

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE ARQUEOLOGIA

DANILO CURADO

UMA PONTE À MEIA-PONTE

GOIÂNIA

2009

DANILO CURADO

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Monografia apresentada ao Instituto Goiano
de Pré-História e Antropologia como
requisito à obtenção do título de Bacharel
em Arqueologia

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

GOIÂNIA
2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
CURSO DE ARQUEOLOGIA

DANILO CURADO

BACHAREL EM ARQUEOLOGIA

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Roberto Pellini
Orientador – IGPA/UCG

Prof.^a Ms. Rute Pontim - IGPA

Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha - UFG

Ao meu pai, pela hereditariedade
À minha mãe, pelos financiamentos
À Alessandra Rodrigues Oliveira, pelo o que ainda virá...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. José Roberto Pellini, que apesar de pirâmides, múmias, fungos e calor, foi capaz de, em pouco tempo, me orientar.

Agradeço aos professores e ex- Professores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia: Sibeli A. Viana, Mariza de Oliveira Barbosa, Márcia Bezerra de Almeida, Paulo Jobim C. Mello.

Ao Prof. Ms. Marcos André Torres de Souza, que me iniciou na Arqueologia Histórica e me mostrou o quanto a Arqueologia precisa de dedicação.

Ao Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski que me passou dicas essenciais para algumas interpretações dessa pesquisa.

Ao Prof. Ms. Diogo Menezes Costa, que, através de conversas informais em campo, com sabedoria, me deu aulas de Arqueologia. Esse trabalho focou-se em Pirenópolis graças a você Diogo, muito obrigado.

À Prof. Gislaine Valério de Lima Tedesco, por dar-me pouso na Cidade de Goiás e acesso total ao material pesquisado.

Ao casal de professores, Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin e Dr.^a Rosicler Teodoro da Silva que, por inúmeras vezes, me ofertaram campos que infelizmente não pude ir. Obrigado pelo incentivo.

À Dinair, por ceder, no futuro, a mão de sua filha.

À minha mãe e irmã, pelo simples fato de estarem em minha vida.

Ao meu pai, que desde a minha infância, sem perceber, influenciou o meu gosto pela História e será eternamente o meu orientador, meu mestre.

À Alessandra Rodrigues Oliveira, futura senhora Curado, que apoiou-me impressionantemente nessa pesquisa, viajando, corrigindo o português, fazendo café, ouvindo, sorrindo ... Obrigado por tudo ! “You are always on my mind”.

"Cidades florescentes tomarão o lugar de cabanas miseráveis, onde apenas eu encontrei abrigo, e nesse porvir os seus habitantes hão de ver nos escritos dos viajantes não só como as cidades principiaram, mas também como nasceram os menores lugarejos. Tomadas de espanto as gentes saberão que onde ressoa o ruído dos martelos e das mais complicadas máquinas, só se ouvia outrora o coaxar de batráquios e o canto dos pássaros; onde imensas plantações cobrirem a terra, dantes cresciam árvores, admiráveis muitas delas inúteis pela abundância. Olhando regiões percorridas por locomotivas, talvez por veículos ainda mais possantes, os homens vão sorrir, ao ler que noutros tempos se considerava feliz quem durante um dia inteiro lograva avançar quatro ou cinco léguas."

August de Saint'Hilaire

RESUMO

Propusemos no ano de 2008 um projeto de pesquisa que visa através da análise das faianças finas identificadas durante o resgate arqueológico do centro-histórico de Pirenópolis – GO, discutir, não somente a segregação social no espaço urbano, como também a representação de poder por meio da arquitetura. No intuito de permitir um melhor diálogo entre as diferentes fontes documentais disponíveis, optamos a utilizar, como fonte primária, fontes documentais como o jornal “A Matutina Meiapontense” e os Códigos de Posturas, além das fachadas das casas seculares ainda existentes na cidade.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG 1.....	48
FIG 2.....	49
FIG 3.....	49
FIG 4.....	54
FIG 5.....	55
FIG 6.....	56
FIG 7.....	57
FIG 8.....	58
FIG 9.....	59
FIG 10.....	116

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráficos 1 e 2.....	92
Gráficos 3 e 4.....	93
Gráficos 5 e 6	94
Gráficos 7 e 8.....	95
Gráficos 9 e 10.....	96
Gráficos 11 e 12.....	97
Gráficos 13 e 14.....	98
Gráficos 15 e 16.....	99
Gráficos 17 e 18.....	100
Gráficos 19 e 20.....	101
Gráficos 20 e 21.....	102
Gráficos 22 e 23.....	103
Gráficos 24 e 25.....	104
Gráficos 26 e 27	105
Gráficos 28 e 29.....	106
Gráficos 30 e 31	107
Gráficos 32 e 33.....	108
Gráficos 34 e 35.....	109
Gráficos 36 e 37.....	110
Gráficos 38 e 39.....	111
Gráficos 40 e 41.....	112
Gráficos 42 e 43	113
Gráficos 44 e 45.....	114
Gráficos 46 e 47.....	115

ÍNDICE DE PRANCHAS

Prancha 01.....	60
Prancha 02.....	61
Prancha 03.....	62
Prancha 04.....	63
Prancha 05.....	64
Prancha 06.....	65
Prancha 07.....	66
Prancha 08.....	67
Prancha 09.....	68
Prancha 10.....	69
Prancha 11.....	70
Prancha 12.....	71
Prancha 13.....	72

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	iii
ÍNDICE DE PRANCHAS.....	iv
SUMÁRIO	v
INTRODUÇÃO.....	11
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1 – COM ... TEXTO.....	20
1.1 – A MATUTINA MEIAPONTENSE.....	21
1.2 – OS CÓDIGOS DE POSTURAS.....	37
2 – COM ... ADOBE.....	46
3 – COM ... “PEQUENAS COISAS ESQUECIDAS”.....	75
CONCLUSÃO.....	121
BIBLIOGRAFIA.....	125

INTRODUÇÃO

A história de Goiás, não diferente da situação do restante do Brasil, demonstra que a antiga Província nasceu com intuito notoriamente exploratório, pois com as descobertas de ouro nas Minas Gerais e em Cuiabá, não restavam dúvidas que no entremeio espacial desses dois novos núcleos auríferos estaria também, o ouro tão procurado. Vieram a Goiás, paulistas e portugueses, que guiados por Bartolomeu Bueno da Silva, iniciaram pequenos núcleos habitacionais. Junto à História da Cidade de Goiás, seguiu-se a de Meia-Ponte (Pirenópolis), que surgiu como um dos primeiros arraiais em Goiás, sendo os lusitanos a gente que mais habitou inicialmente o arraial.

Oliveira (2004) evidencia que Meia-Ponte estruturou-se sobre as amarras do ouro e do comércio, possuindo uma agropecuária não extensiva, onde posteriormente, com o derradeiro caminho que o extrativismo aurífero tomou, foi a responsável pela manutenção do arraial. Assim, formou-se uma sociedade baseada na estrutura econômica-agrária, bem diferente da anterior, aurífera, sendo a nova sociedade conservadora e hierarquizada, centrando poderes e criando uma elitização social.

De acordo com Vaz e Zárate (2003), o período curto de mineração e o singelo desenvolvimento econômico advindo da agropecuária, não propiciou às cidades goianas a consolidação socioeconômica como nos grandes centros urbanos brasileiros, culminando com o desaparecimento de várias cidades, que viram com o fim do ouro, o seu próprio fim. Entretanto Meia-Ponte tornou-se “pólo de desenvolvimento, sem experimentar decadência” (COSTA apud OLIVEIRA, 2001, p. 11). O desenvolvimento do Arraial pode ser representado pelo periódico: *A Matutina Meiapontense*, o qual caracteriza-se como sendo: a mais antiga imprensa do Centro-Oeste brasileiro, talvez de todo o Brasil ocidental (TELES, 1989). O periódico circulou entre 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, totalizando 526 edições, e teve em seu proprietário, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, o homem mais prestigioso de sua época. Pregando que a liberdade de imprensa é considerada o “sustentáculo dos governos bem constituídos”, o Comendador Oliveira acreditava que a

“instrução seria a melhor e a maior garantia dos governos constitucionais” (TELES, 1989, p. 28).

“A excepcionalidade expressa naquele núcleo urbano, num momento em que o desinteresse para com a província falava mais alto, estimula o olhar sobre esse lugar e seus homens” (OLIVEIRA, 2001).

Por ser esta uma urbe de riqueza arqueológica quase inexplorada, salvo o resgate decorrente do projeto de “Acompanhamento e Resgate Arqueológico das Obras de Instalação dos Sistemas Subterrâneos de Energia Elétrica e de Telefonia da Cidade de Pirenópolis”, realizado pelas empresas INELTO S.A. CONSTRUÇÕES E COMÉRIO e ETE – ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE, em parceria com o Núcleo de Arqueologia (NARQ) – que além de prestar os serviços de resgate, responsabilizou-se pela análise e resguardo do material arqueológico - da Universidade Estadual de Goiás, propusemos no ano de 2008 um projeto de pesquisa que objetivava através da análise das faianças finas identificadas durante o resgate arqueológico executados pelo NARQ, discutir não somente a segregação social no espaço urbano como também a representação de poder por meio da arquitetura.

O uso da faiança fina se justifica na medida em que ela representa um indicador temporal e sócio-econômico bastante seguro dentro do cenário Histórico Brasileiro. Baseando-nos em atributos como: forma, pasta, esmalte, técnica de decoração e cor, seguiremos com a análise de toda a amostra da faiança fina que fora exumada no centro histórico de Pirenópolis.

No intuito de permitir um melhor dialogo entre as diferentes fontes históricas disponíveis e tão imprescindíveis aos estudos de Arqueologia Histórica, nos propusemos também a utilizar como documentação primária tantos os remanescentes arquitetônicos ainda presentes na cidade quanto sessões do jornal A Matutina.

Sendo um objeto arquitetônico, de natureza física/material, a casa relata aspectos como a posição ocupada dentro da cidade e a situação econômica dos moradores. Assim, ela desperta o interesse para o estudo da cultura

material, possibilitando leituras que ultrapassam a materialidade, permitindo a reconstrução da história do local em determinado recorte temporal. Deve-se ater que determinada reconstrução não é apenas sob a análise da materialidade, mas na compreensão do seu significado dentro da sociedade que produziu esta casa (OLIVEIRA, 2001). É quando ocorre o estudo das fachadas das residências, pois através delas eram exercidas estratégias de controle e manutenção de poder. Segue então o uso do “partido arquitetônico” como guia de análise, evidenciando os beirais, escadas de acesso, janelas e lanços, para que possamos dialogar entre as próprias casas, quanto as suas semelhanças e diferenças, remetendo-as a escala social.

Por ser a Matutina, um jornal de época e da época em que engloba parte do período da pesquisa, tratamos de trabalhar com uma amostra das edições do jornal. O universo da Matutina totaliza 526 números, os quais, tidos como fonte primária em nossa pesquisa, seriam de enorme contribuição, se fosse analisada toda a amostra, porém tal empreitada deixaremos para o futuro, onde com maiores informações e maior tempo nós nos debruçaremos sobre essas fontes. Resolvemos então, que trabalharíamos com 10% da amostra, o que corresponderia entorno de 52 edições. A importância de tal documentação se impõe por expressar as idéias de seu redator, e de todos aqueles que a ela enviavam suas cartas, evidenciando desejos, reclamações, agradecimentos, além de todo o conteúdo que caracteriza a sociedade meiapontense oitocentista e seu modo de vida, bem como seu modo de fazer a vida.

Mesmo certos de que, ao trabalharmos com a materialidade, o risco que corremos é a constatação da existência de depredação, fragmentação e descaracterização do objeto de estudo, nossa tentativa foi a de gerar dados que permitissem não somente um melhor entendimento do passado histórico meia-pontense dos oitocentos, como também de todo o patrimônio cultural ali existente.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“ESTADO ATUAL DA ARTE”

Dentro da historiografia goiana, deparamos com um vasto material, onde podemos caracterizar alguns autores: Luís Palacín, Americano do Brasil, Jarbas Jayme, Paulo Bertran, Nasr Fayad Chaul, Lena Castello Branco, Leandro Mendes Rocha, Noé Freire Sandes e Dulce Madalena Rios Pedroso. Aliados à história temos outros autores que, em suas devidas ciências, se relacionam constantemente com a gênese do povo goiano, é onde encontramos na arquitetura autores como Adriana Mara Vaz de Oliveira e na Arqueologia, podendo citar: Marcos André Torres de Souza, Gislaine Valério de Lima Tedesco, Héllen Batista Carvalho e Diogo Menezes Costa.

Por tratar-se de uma pesquisa em Arqueologia Histórica, discorreremos sobre os autores arqueólogos e seus estudos, da formação e crescimento do Estado de Goiás. Souza (2000), em sua dissertação de Mestrado intitulada: “Ouro Fino. Arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás” demonstra, através da análise do material coletado nas escavações, as relações sociais no século XVIII, e conclui que os mineiros e seus escravos formavam um quadro social complexo e, em muitas vezes, carregado de referências culturais, étnicas e relações de gênero (SOUZA, 2000).

Tedesco (2000), em sua dissertação “Preferências e Possibilidades de Consumo em Goiás nos Séculos XVIII e XIX”, discorre sobre como as mudanças no cenário de consumo na Europa influenciaram o consumo no Ocidente, demonstrando as novas tendências: “Goiás, apesar de ter sido caracterizado pela historiografia tradicional como economicamente decadente, observou-se através de anúncios de jornais e inventários, do século XIX, que sua população apresentou nítidas preocupações com as novas regras sociais vigentes na Europa.” (TEDESCO, 2000).

O mesmo foco foi utilizado por Carvalho (2000), em sua obra: “Uma Janela para Interior: Vida Cotidiana em Santa Cruz de Goiás no Século XIX”. A

pesquisadora buscou entender como as mudanças ocorridas nos oitocentos influenciaram uma sociedade rural, como é o caso de Santa Cruz de Goiás. A arqueóloga procura “verificar até que ponto a máxima do litoral/urbano civilizado e interior/rural rude e ignorante, apresentada pela historiografia, reflete o período em questão.” e caracteriza como “esta população se posicionou diante dos novos padrões comportamentais disseminados pela proximidade com a Corte portuguesa.” (CARVALHO, 2000).

Na obra, “Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás.”, Costa (2003), trata em sua dissertação, como esse sítio arqueológico histórico, fundado no final do século XIX, na serra dos Pirineus, possui potencial histórico e propõe “estratégias e ações de uso para o sítio, que visem minimizar os impactos turísticos na área, a formalização de roteiros de musealização do local e estabelecer condições para uma exploração científica aprofundada.” (COSTA, 2003).

Mais recentemente, três pesquisas se encontram em andamento e são de importância crucial. Os supracitados autores: Marcos André Torres de Souza, Diogo Menezes Costa e Gislaine Valério de Lima Tedesco, estão em fase de obtenção de Doutorado. Suas pesquisas continuam focadas na Arqueologia Histórica Goiana e englobam os séculos XVII e XVIII, assim sendo, iremos discutir brevemente sobre a formação do atual estado goiano.

HISTÓRIA DE GOIÁS

Apesar de Goiás apenas ser inicialmente povoado (leia-se explorado) pelos paulistas no século XVIII, devemos fazer um retorno ao século anterior para que situemos as condições brasileiras à época e entendermos o motivo de terem situados no sertão goiano.

Para Assis (2005), a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro foi crucial para a História do Brasil, já que a estagnação dos neerlandeses estava associada à plantação canavieira, a qual era a responsável pela instalação da estrutura colonial portuguesa. Expulsos do litoral, os Holandeses passaram a cultivar a lavoura canavieira nas Antilhas, concorrendo seriamente com o açúcar luso-brasileiro.

Com a crise econômica, o príncipe regente de Portugal, Pedro II (não confundam com D. Pedro II) escreveu à vila de São Paulo para que dirigissem ao sertão em busca de ouro, para que salvassem a economia portuguesa. Nesse contexto do século XVII, São Paulo era uma região pobre, pois havia sucumbido à concorrência do açúcar nordestino (ASSIS, 2005).

As terras goianas já eram conhecidas por São Paulo e Belém desde o fim XVII, pois estavam nos roteiros de viagens e ocorriam rumores de que em Goiás haviam riquezas auríferas (PALACIN apud POLONIAL, 1997), entretanto, apenas no século XVIII, através da mineração, houve a ocupação definitiva no território.

As motivações das pessoas em deslocarem para a região do centro-oeste brasileiro foram: buscar um caminho por terra para alcançar Cuiabá, local que já vinha sendo retirado explorado o ouro desde 1719; a esperança de que havia ouro em Goiás e o momento político favorável, pois tinham o apoio oficial para explorar terras em busca de minério (PALACIN apud POLONIAL, 1997).

Em 03 de julho de 1722, mais de 500 homens saíram da vila de São Paulo rumo ao sertão brasileiro. Chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva, a expedição durou 3 anos, 3 meses e 18 dias, culminando na descoberta das

minas auríferas de Goiás. Ao retornar à vila de São Paulo, Goiás estava efetivado no sistema colonial (ASSIS, 2005).

Um ano após regressar à vila, Bartolomeu Bueno da Silva, agora como superintendente das minas retornou, com a finalidade de fixar nos locais onde havia encontrado o ouro. Assim surgiram os primeiros arraiais: Sant'Anna, Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Santa Rita e Anta (SOUZA, 2000).

Devido à mentalidade mercantilista que conceituava a riqueza como sendo a posse dos metais preciosos, o ouro tornou-se, imediatamente, a preferência na economia mundial. Assim, temos que as minas auríferas tornaram-se colônias dentro da colônia, pois dependiam diretamente de comerciantes da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, já que deveriam dedicar, quase que exclusivamente, à produção do ouro (CHAIM, 1987).

Na economia mineratória, o homem livre possuía maior probabilidade de progredir socialmente, o que não ocorria no nordeste açucareiro, a não ser com os senhores-de-engenho. Dado que, por muitas vezes, a extração do ouro era difícil, os mineradores acabavam sedentarizando, estabelecendo, cada vez mais, novos arraiais (CHAIM, 1987).

“Branços, mestiços e escravos misturavam-se pelas ruas tumultuadas e precárias dos arraiais”, onde uma população majoritariamente masculina estava voltada para a busca da riqueza mineral, sujeitos a violência e a um cenário cultural pobre e inexpressivo (ASSIS, 2005).

Todo esse espírito de exploração em demasia, culminou com a decadência das minas, fazendo com que Goiás regredisse a uma economia de subsistência, com a agricultura e a pecuária, assim, a sociedade se ruralizava, encontrando-se num cenário de pouca importação, com o comércio externo quase que desaparecido e uma crise no setor de mão de obra (POLONIAL, 1997).

Adentrou Goiás, ao século XIX, com uma economia voltada para a agricultura de subsistência, vendo inúmeros arraiais fadados ao desaparecimento, entretanto um deles, o de Meia-Ponte, despontava em

relação aos outros, e crescia expressivamente dentro da, até então, Capitania de Goiás.

Segundo Oliveira (2004), Meia-Ponte teve suas bases iniciais apoiadas sobre a exploração aurífera e o comércio, sendo esses amparados por uma incipiente produção agropecuária. Ao findar o ouro, o comércio, aliado à agricultura, foram os responsáveis pela manutenção de Meia-Ponte.

Ainda, na carona das idéias da autora, entendemos que houve, em Goiás, certos núcleos urbanos que resistiram ao processo de ruralização:

“Formava-se uma nova estratificação social urbana, baseada na estrutura econômico-agropecuária, que difere daquela então existente, da economia aurífera. A efemeridade característica da sociedade mineradora transformava-se em uma estrutura hierarquizada e conservadora, presa à pecuária extensiva e à agricultura produzida em latifúndios. A economia agropecuária colocava as famílias proprietárias de terra no centro do poder econômico e político, convertendo-as em lideranças regionais. Posicionava-as no topo da pirâmide social, concentrando poderes, num evidente processo de elitização, derivado do acesso à educação. Os clãs familiares evoluíram para as oligarquias.” (COSTA apud OLIVEIRA, 2001. p. 61).

O aspecto cultural foi um grande marco na história meiapontense. Pela primeira vez, fora de uma capital, um jornal (A Matutina Meiapontense) era publicado, e comunicava notas correspondentes à Província de Goiás, bem como publicações de Mato-Grosso. Além de Meia-Ponte, orgulhosamente, possuir em seus anais o primeiro representante goiano da imprensa, a caracterização cultural também advém da construção de um dos primeiros teatros de Goiás em 1860 (JAYME, 1971) e a primeira biblioteca pública.

Em sua obra, denominada “Viagem à província de Goiás”, Saint-Hilaire alcunhou Meia-Ponte de “arraial encantador”, cita sobre a vegetação, hidrografia e topografia do arraial. Relata a área urbana com um formato quadrangular, possuindo mais de trezentas casas, todas muito limpas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. Os quintais das casas possuíam

bananeiras, laranjeiras e cafeeiros, já as ruas eram largas, retas e com calçadas dos dois lados. (SAINT-HILARIE apud OLIVEIRA, 2004).

Podemos então, a partir das palavras do francês Saint-Hilaire, perceber que Meia-Ponte despontava diante os outros arraiais edificados na então Província de Goiás, e sua evolução caracteriza-a como sendo o berço da cultura em Goiás.

CAPÍTULO I

COM ... TEXTO

Como fora colocado por Orser (ORSER, 1992, p. 41), os registros históricos fornecem, de acordo com os antropólogos, informações “éticas” e “êmicas”. “Ética” seria o ponto de vista exterior ao fato ocorrido, já “êmica” seria o ponto de vista do interior. Então, o redator da Matutina, com sua visão “êmica” expôs os fatos contemporâneos à sua época, e nós, através de uma interpretação sob uma óptica “ética” devemos então, certos dos riscos que corremos quanto a interpretação, fazer uso da hermenêutica, esta que vem a ser a ciência da interpretação de textos, sejam esses primários ou secundários.

A partir de Schleiermacher - filósofo e pedagogo, que fez com que a hermenêutica fosse pensada sistematicamente como ciência – houve o entendimento que compreender é “a arte de reconstruir o pensamento de outrem, para o que é necessário uma abordagem intuitiva, pois reconstruir o pensamento é reexperimentar o processo mental do autor” (PALMER apud ALBERTI, 1996).

Neste sentido, podemos ver a Matutina, como reflexo das idéias de seu redator, e de todos aqueles que a ela enviavam suas cartas, evidenciando desejos, reclamações, agradecimentos, além de todo o conteúdo que caracteriza a sociedade meiapontense oitocentista e seu modo de vida.

Vida essa que, ao pensarmos como sendo de uma comunidade, uma sociedade, regida de normas, regras e deveres para com a Província, naturalmente fazia-se valer através das leis, sendo essas regidas também pelos Códigos de Postura. Então, na tentativa de reconstrução da sociedade de Meia-Ponte do século XIX, o uso interpretativo do Código de Posturas, juntamente à Matutina, nos proporcionou uma melhor visão de como aquela comunidade deveria se portar, e como realmente se portava mediante seus pares, para que pudessem conviver de acordo às normas cultas trazidas e espalhadas pela Corte Portuguesa, adaptadas para a longínqua Província de Goyaz.

1.1 - A MATUTINA MEIAPONTENSE

Sabe-se que o primeiro informativo brasileiro (Gazeta do Rio de Janeiro), foi editado em 1808, em Londres, portanto o informativo foi o precursor da história da imprensa no Brasil. Porém, somente 22 anos após a primeira edição de um jornal em solo brasileiro, é que o Centro-Oeste, mais precisamente, Goiás, recebeu seu primeiro periódico: *A Matutina Meiapontense*.

Entretanto, ao pensarmos que demorou 308 anos para produzir a primeira edição de um jornal no Brasil temos a prova do quão era extrativista, no sentido de puro descaso, o idealismo da Coroa portuguesa para conosco. Visto que, em alguns casos, “como na cidade do México e de Lima, ou na Nova Inglaterra”, a impressão foi introduzida pouco depois da conquista de tais territórios (ROMANCINI E LAGO, 2007). Antes disso, o primeiro jornal português fora fundado em 1641, intitulado *A Gazeta* (LISBOA, 23/02/09).

As razões para o atraso da Imprensa no Brasil foram: “A natureza feitorial da colonização; o atraso das populações indígenas; a predominância do analfabetismo; a ausência de urbanização; a precariedade da burocracia estatal; incipiência das atividades comerciais e industriais e o reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos” (MELO apud ROMANCINI E LAGO, 2007).

O primeiro informativo do Centro-Oeste, *A Matutina Meiapontense* circulou entre 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, totalizando 526 edições e é caracterizado dentro do primeiro período da “Divisão metodológica da história da imprensa goiana”, proposta por Teles (1989, p. 24).

Ao estudarmos o período contemporâneo à *Matutina*, verificamos que a antiga Meia-Ponte, sendo o arraial mais populoso da Província, a qual só perdia em números para a Capital – Vila Boa, com cerca de 10 mil habitantes – demonstra, no sugerido período contemporâneo, que “os brasileiros estavam em plena lua-de-mel com a liberdade. [...] Assim urgia a necessidade de se criar um periódico que pudesse registrar os anseios e os sentimentos de um

povo que, até então, vivia com os olhos, as mãos e os sonhos enterrados nos garimpos de ouro.” (TELES, 1989, p. 25).

Diante das necessidades, porém certo de que uma mínima parte da população goiana e meiapontense era letrada, o segundo Presidente da Província, marechal Miguel Lino de Moraes, fez valer de seu cargo, encaminhando ao Império o seguinte ofício:

“Ofício s/número. Ilmo e Exmo Senhor. Transmito por cópia à presença de C. Exa. Um artigo da data da sessão do Conselho do Governo em 06 do corrente pela qual se pede uma tipografia para essa Capitania. Deus guarde a V. Exa. Cidade de Goiás, 25 de abril de 1829. Senhor José Clemente Pereira. A Miguel Lino de Moraes.”
(TELES, 1989, p. 26).

Porém de nada o ofício adiantou, pois, sem mais jazidas de ouro, e seu correspondente lucro para a Coroa, Goiás representava apenas uma província que causava gastos aos lusitanos. (TELES, 1989, p. 26).

Surge então a figura do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, comerciante de grande riqueza, homem único na história de Meia-Ponte, sendo lembrando até hoje pelas suas posses e seus feitos. Dono do “Engenho de São Joaquim”, hoje a aclamada “Fazenda Babilônia”, era um grande produtor de cana-de-açúcar, algodão e tecido que conseguia ultrapassar a barreira sertanista de Goiás e alcançar terras como a Inglaterra.

Sensibilizado com a negação da vinda da Tipografia para Goiás, Comendador Joaquim Alves de Oliveira lançou-se numa enorme empreitada para época: financiar, com suas próprias mãos e bolsos, a compra do maquinário tipográfico no Rio de Janeiro a fim de fazer um informativo à Meia-Ponte. Após instalada a tipografia, em 3 meses já começaram a rodar as primeiras páginas da Matutina Meiapontense.

Pregando que a liberdade de imprensa é considerada o “sustentáculo dos governos bem constituídos”, o Comendador Oliveira acreditava que a “instrução seria a melhor e a maior garantia dos governos constitucionais” (TELES, 1989, p. 28).

Na certeza de que os periódicos vinham a espalhar as “luzes entre o povo”, já numa clara menção da influência da Revolução Francesa, “secundado pelo movimento constitucionalista português, de 1821, que pregava os postulados liberais e combatiam abertamente o absolutismo” (TELES, 1989, p. 28), a Typographia d’Oliveira, como mais era conhecida a Tipografia do Comendador, em sua primeira página, na primeira edição, visava possuir:

*“Íntegra dos decretos e resoluções da Assembléia Geral;
Decretos, Provisões e avisos, lançados no Diário Fluminense, que forem aplicáveis a nossa Província;
Um extrato das sessões de ambas as Câmaras Legislativas;
Alguns discursos dos Srs. Senadores e Deputados;
Notícias nacionais e estrangeiras colhidas nos melhores periódicos.”*
(TELES, 1989, p. 28).

Primeiramente, consta que a Matutina saía às terças e sexta-feiras, sendo que a partir do número 25, aumentou em uma edição por semana, circulando às terças, quintas e sábados. Teles (TELES, 1989) depõe que o periódico era impresso em “4 páginas, em papel almaço, contendo duas colunas”.

Logo abaixo ao nome do jornal, ainda no cabeçalho, havia as seguintes frases, caracterizando as localidades correspondentes ao jornal e outras informações: “Subscreve-se para esta Folha na Cidade de Cuiabá, na loja do Senhor Fleury de Camargo; na cidade de Goyaz, na do Senhor Sargento-Mor Manoel Francisco Ferreira; na Villa de S. João d’El Rei, na Typographia do Astro; no Arrayal de Trahira, em casa do Rm^a Senhor Visitador Manoel da Silva Álvares e neste Arrayal na Typographia de Oliveira. As Folhas, por hora,

sahirão as Terças e Sextas-Feiras; o preço da Assignatura: 28000 réis por trimestre.” (MEIAPONTENSE, 1830). Assim, notamos que além das terras goianas, o jornal era entregue e continha informações referentes à Mato-Grosso e Minas Gerais, como também, naturalmente, outras localidades que indiretamente tinham suas informações lançadas no periódico.

Afirma Teles (TELES, 1989. p. 30) que preciosos documentos de época foram e estão registrados na *Matutina Meiapontense*, exemplificando o autor como: “a instalação da primeira biblioteca do Estado de Goiás, que se deu no Arraial de Meia-Ponte (Matutina Nº 19), os poemas de Silva e Souza, às curiosas e leitores, os anúncios sobre fuga de escravos, a criação da escola de medicina e cirurgia em Cavalcante, no nordeste goiano, os conceitos de liberdade e a força do “Habeas Corpus”, a notícia sobre o assassinato da esposa do Comendador Joaquim Alves de Oliveira. A criação da Sociedade Defensora da Liberdade de Meia-Ponte considerado o primeiro grito em defesa dos direitos humanos e, até o primeiro grito feminista, partido de uma mulher residente na comarca de São João das Duas Barras, reclamando contra a discriminação feminina imposta pela administração da Província.” (TELES, 1989.p.31).

O fim da Matutina, pelo o que se sabe, ocorreu pela compra da Tipografia por José Rodrigues Jardim, então Presidente da Província, dando origem, em 3 de junho de 1837, na Cidade de Goiás ao Correio Oficial, sendo caracterizado como o segundo jornal do Estado.

Na Matutina Meiapontense, propusemos a trabalhar com amostragem. O universo da Matutina totaliza 526 números, os quais, tidos como fonte primária em nossa pesquisa, seriam de enorme contribuição, se fosse analisada toda a amostra, porém tal empreitada deixaremos para o futuro, onde com maiores informações e maior tempo nós nos debruçaremos sobre essas fontes. Resolvemos então, trabalhar com 10% da amostra, que, ao “arredondarmos”, corresponderia a 52 números. No intuito de ampliar a linha cronológica o máximo possível, adotamos a análise das primeiras 26 edições da Matutina (5%) e das 26 últimas (5%), intercaladas, tal número de análise, entre 10 outros

números, ou seja: analisamos 52 números, sendo os 26 iniciais e os 26 últimos, saltando sempre de 10 em 10. Assim, as edições do periódico utilizadas foram:

- do início da Matutina = 1-11-21-31-41-51-61-71-81-91-101-111-121-131-141-151-161-171-181-191-201-211-221-231-241-251.

- do final da Matutina = 526-516-506-496-486-476-466-456-446-436-426-416-406-396-386-376-366-356-346-336-326-316-306-296-286-276.

“Os princípios de todas as coisas são modestos, mas crescem com seus progressos” - Cícero. ¹

Assim como há a exibição da frase acima nas primeiras páginas da Matutina Meiapontense, o próprio periódico, como podemos ver anteriormente, foi ganhando respaldo ao longo dos seus números. Daremos uma continuidade cronológica de acordo com a Matutina, por isso certos assuntos semelhantes serão tratados em momentos diferentes, sempre respeitando a linha temporal do jornal ao longo dos seus 4 anos.

Logo no primeiro número, aos 5 de março de 1830, as primeiras linhas do jornal demonstram a necessidade da liberdade de imprensa bem como a devida obediência que o povo devia prestar ao então Imperador:

“A liberdade da imprensa não he considerada como sustentaculo dos Governos bem constituídos, se nao por que offerece meios para a instrução geral, por quanto he esta, que estabelece huma base a segurança, e obrigações do Cidadão; he ella que faz amar a Justiça, respeitar as Authoridades e obedecer as Leis.” (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 1).

As atas do Conselho Geral, Conselho esse que discutia e propunha sobre os interesses da Província, eram apresentadas nas páginas da Matutina, democratizando aquilo que os membros do Conselho Geral da Província discutiram em reunião:

¹ “Omnium rerum principia parva sunt Sed suis progressionibus usa augentur” – Cic. De Fin. lib. v.

“He possuindo do mais vivo prazer, que offereço, na Matutina, as Actas do nosso Conselho Geral; por ellas conhecerão os Goyanos, quanto nos he proveitoza esta inestimavel Instituição, ella he o mais seguro Baluarte da liberdade dos povos, e a mais firme Garantia do Systema constitucional”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 1).

Em 9 de Abril, do referido ano, número 11, sexta-feira, verificamos que a Matutina possui em uma de suas correspondências um forte clamor de um de seus leitores, nomeado de *“O Zelo da Verdade”*, onde exprime toda a sua revolta contra outro correspondente, *“Senhor Rosseiro das Furnas”*. Em longas linhas que cobrem mais de uma página do periódico, o furioso homem demonstra toda a sua religiosidade, comum a toda sociedade meiapontense, e conhecimento eclesiástico ao tratar sobre o Jejum: *“O Jejum, Snr. Rosserio das Furnas, he huma privação voluntaria de certos alimentos, como abstinencia de carne, e deixar parte do alimento ordinario com espírito de mortificação”,* e ainda defende o alfabetismo da população com ironia: *“conheça, que nesta Freguezia, sem que seja o Reverendo Parocho, ha quem saiba rabiscar algumas linhas para ennunciar a sua opinião.”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 11).

Follis (2003) elucida sobre a “teoria dos miasmas”, a qual associava as epidemias com a insalubridade do meio urbano. O resultado que a teoria causou, no século XIX, foram as reformas urbanas, com um único sentido, a higienização.

Tal cultura, da higiene, pode ser verificada na Matutina, onde cita em Artigos de Officio:

“[Os Carceiros, nas prisões] Farao lavar todos os dias com agoa condusida as Cloacas dos Cárceres, e todos os mezes os Sallões das Cazas dos Conselhos, de maneira que em toda a occasiao se achem as ditas Cazas izentas de máo cheiro, e no maior asseio possivel, pena de ser o Carcereiro multado em 2\$000 reis nesta Cidade, e nos Arraiaes em 1\$ reis.” (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 31).

Seguem, os artigos de ofício, da edição número 41, aos 3 de Julho de 1830, os quais tratam sobre a preservação física de alguns aspectos da cidade: “[...] *Não se farao escavaçoens nas ruas estradas ou arrabaldes da Povoação. [...] O proprientario, que tiver algum Prédio, ameaçando ruina será obrigado a reparallo.*” Na mesma edição do jornal, temos mais uma característica de quão religiosa era a Meia-Ponte oitocentista: “*Aquelles, que tiverem porcos, passando pelas ruas principaes, que sao aquellas, por onde passao prossissoens, soffrerao a pena de perderem os mesmos porcos, os quaes serao mortos, e entregues na Povoação á Caza de Caridade, e na sua falta aos presos.*”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 41).

Em comunicado no dia 5 de Outubro de 1830, a Matutina número 81 trazia em suas páginas mais uma defesa ao liberalismo, pregando o direito à propriedade: “*Todas as grandes Sociedades fundao-se no direito de propriedade, e nao podem florecer em que os indivíduos, de que se compoem, se interessem em multiplicar as produçoens da terra, e da arte, quero dizer, quando todos estes indivíduos estao certos de gosarem livremente o que adquirem por sua industria. Sem isto redusidos ao simplesmente necessario estao expostos a que este mesmo lhes venha a faltar.*”(MEIAPONTESE, Matutina. Nº 81).

Algo ao mínimo curioso é o anuncio na Matutina (nº 91) o qual trata de uma loteria. Sabemos que a primeira loteria realizada no Brasil, que se tem notícia, data de 1784 em Minas Gerais, Vila Rica (atual Ouro Preto), e a partir do dinheiro arrecadado foi possível construir edifícios públicos como a Câmara dos Vereadores e a Cadeia. Assim, a prática do uso da loteria acabou sendo adotada em todo o país, onde preferivelmente era utilizada a arrecadação na construção das Santas Casas, orfanatos e hospitais. (INFOESCOLA, 22/05/09). Temos então, possivelmente, uma das primeiras loterias realizadas na Província de Goiás:

“*Na Loge do Sr. João Caetano Pimentel se achão a venda Bilhetes da 2. Loteria Concedida a benefício do Hospital de Caridade de S. Pedro d’Alcantara em a Cidade de Goyaz. O maior premio he de 200\$000, e os Bilhetes se vendem a 800 reis.*”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 91).

Acreditamos que a loteria foi tão bem aceita em terras goianas, que em 1837, padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, após deixar de ser editor da Matutina e tomar posse na administração da Província, fez com que baixasse a resolução nº. 55, criando a “Loteria da Província de Goiaz”. Com apenas uma extração anual, a arrecadação era destinada também para o Hospital de Caridade de S. Pedro de Alcântara. (JAYME, 1943).

Aos 20 de Novembro de 1830, a Matutina, em seu 101º número, apresenta as punições que sofrerão aqueles que abusarem da já dita “liberdade de imprensa”, provando que esta “liberdade” era amarrada ao regime monárquico e que a ele devia obediência:

“Artigo 2º. Abusão do direito de communicar os seus pensamentos os que por impresso de qualquer natureza que seja emitirem.

1º Ataques dirigidos á destruir o Systema Monarchico Representativo, abraçado, e jurado pela Nação e seu Chefe.

2º Provocações dirigidas a excitar rebellião, contra a Pessoa do Imperador, e seus direitos de Throno.

3º Provocações dirigidas á se desobedecer ás Leis, e ás Authoridades constituídas.

4º Doutrinas dirigidas á destruir as verdades fundamentaes da existencia de Deos, e da immortalidade da alma, e a espalhar blasfemias contra Deos.

5º Calumnias, injurias, e zombarias contra a Religião do Imperio, assim pelo que pertece aos seus Dogmas como ao seu Culto. Evidente offensa da Moral Publica. [...]”.(MEIAPONTESE, Matutina. Nº 101).

No número 121, encontramos a fala do Sr. Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, Presidente da Província, que ao Conselho da Província de Goiás dirigiu em sua instalação: *“Das Aldeãs de São Joze, e Carretão eu tenho tirado os pequenos Índios Orfaos, e alguns outros de ambos os sexos; d’entre elles 13 estao applicados a diversos Officios, e 25 entregues á pessoas, de quem confio o bom tratamento, e educação; meio vantajozo de obterem mais prompta civilização, pois que os Indios, em quanto se conservarem em Corpo de Nação, mui tardiamente hao de perder os uzos de seos maiores.”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 121). Nota-se ainda a contínua tentativa de

civilizar, aos moldes europeus, os silvícolas, impondo-os culturas, fazendo-os perder seus costumes.

No mesmo número do periódico, anterior citado, encontramos em “*Máximas utilíssimas*” a demonstração de que a sociedade não deveria se expor à ociosidade e que é o trabalho o meio mais benéfico de estruturar a vida: “*A preguiça faz tudo difficil, em quanto o trabalho faz tudo fácil; [...] A preguiça anda tao devagar, que a probreza logo a panha*”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 121). Difícil é imaginarmos empregos a toda sociedade, ainda mais por se encontrar na transição entre sociedade mineradora para sociedade agropastoril.

Espantou-nos o trecho encontrado em “Variedades” do número 131 da Matutina. Intitulado de “Arvore da Escravidão”, temos uma bela metáfora, a qual espelha todo o sistema escravocrata à ordem da natureza vegetal: “*Hum tronco secco, e escabroso, torto desde a raiz até o mais pequeno de seos galhos, despido de folhagem, porem coberto de fructos mui amargosos, capazes de envenenarem a quem deles fizer uso [...] apesar da inutilidade deste arbusto elle frequentemente se vé plantado nos grandes jardins dos Príncipes despóticos, servindo tão somente para os marimbondos nella fazerem suas habitações*”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 131).

Apesar de não serem redigidas, as páginas da Matutina, pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira, seu proprietário, o jornal de caráter liberal, mostrou que em certos momentos ultrapassava essa liberdade. Coube-nos a pergunta: Como tais palavras anti-escravocratas poderiam estar contidas no jornal daquele que era um dos maiores escravocratas do Brasil central? A resposta calou-se em meados do século XIX, com a morte do Comendador.

Em Correspondência, na Matutina número 151, aos 17 de Março de 1831, o correspondente “Amigo do Bem Publico” narra certas ocorrências que atormentaram a segurança pública. Primeiramente, comenta sobre o assassinato que um “crioulo” cometeu no Arrial de Pilar e “*desapareceo depois de cometter a duplicada morte da filha, e do feto*”. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 151).

Já no Arraial de Meia-Ponte: *“Em a Rua nova, ha poucos dias, huma Taverneira, de nome Methildes, amanheceo apunhalada, e cuberta de sangue junto ao seo Leito, para se roubar tudo o que tinha na caza mais precioso, e este malefício se executou de sorte, que so a luz do dia o manifestou”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 151).

Segue o correspondente, indignado, com as indagações: *“ E poderão as Justiças dormir nos braços da moleza, aparecendo estes factos horrorosos no meio da Sociedade ? Assim se cuida na segurança publica? Qué das rondas da Policia? Que fazem os Soldados, que absorvem as rendas das Provincias? Assim cumprem o seo dever os Officiaes de Quarteirões, que nada setirão?* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 151). Entendemos que essa transição, da sociedade mineradora para agricultora, levou o horror dos costumes das lavras para a pacata sociedade agropastoril, sendo, totalmente visto, com pavor os fatos anteriormente narrados, por aqueles que desejavam a paz pública nos oitocentos.

Seguimos na análise do periódico (Matutina nº. 161), *“Das circunstancias agravantes e atenuantes dos crimes”* presente no Código Criminal, da Constituição de 1824:

“Art. 18. São circunstancias atenuantes dos crimes. 1º Não ter auido no delinqüente pleno conhecimento do mal, e direta intensão de o praticar. 2º Ter o delinqüente comettido o crime para evitar maior mal, 3º Ter o delinqüente comettido o crime em defeza de sua família, ou de hum terceiro. 4º Ter o delinqüente comettido o crime em desfronta de alguma grave injuria ou deshonra, que lhe fosse feita, ou a seus acendentes, decendentes, conjujes ou irmãos. 5º Ter o delinquente cometido o crime opondo-se a execução de ordens illegaes 7º Ter o delinqüente comettido o crime aterrado de ameaças 8º Ter sido provocado o delinqüente [...] 9º Ter o delinqüente comettido o crime no estado de embriaguez [...] 10º Ser o delinqüente menor de vinte e hum annos.” (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 161).

Quanto aos dízimos cobrados sobre os gêneros de cultura e criação que eram exportados, encontramos-os na Matutina nº 161, de 27 de maio de 1831.

Os dízimos, que pertenciam à Fazenda Publica da Província de Goyaz, incidiam sobre: *“o Milho o Feijão, o Arroz com casca, a Mamona, o Trigo em grão, o Algodão em pluma, o Gado Vacum, e Cavalar, e os Couros do Gado Vacum não curtidos.”* . Tais gêneros estavam sujeitos a dizimo para se pagar numa proporção de 10 para 1. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 181).

Já na proporção de 20 para 1 temos: *“a Farinha de Milho, a de Mandioca, a de Trigo, o Arroz pilado, o café, o Açúcar, a Rapadura, a Agoa ardente de Cana, o Tabaco em rolo, a Cal, a Carne salgada, os Porcos vivos, ou mortos, e os Couros de Gado vacum curtidos nas Fazendas da propria criação.”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 181).

Sobre o Código Penal, quanto as *“Offensas da religião, da moral, e bons costumes”*, estavam submetidos à penas aqueles que celebrassem ou cultuassem outra religião que não fosse a do Estado; *“mofar ou zombar de qualquer Culto estabelecido no Império por meio de papeis impressos, litografados ou gravados, que se distribuem por mais de quinze pessoas”*; propagar *“doutrinas que destruam as verdades fundamentadas da existência de Deus e da imortalidade da alma”*. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 191). É evidente o quão era próximo a Igreja ao Estado, anulando inúmeros outros cultos, como dos africanos e silvícolas, que acabavam por usar os cultos católicos como pano de fundo para seus próprios cultos religiosos, realizando assim uma forma de resistência religiosa.

A Matutina número 211 apresenta 11 artigos de Posturas que a Câmara Municipal de Goyaz havia adotado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em função da crise que tais câmaras passavam no momento. O Descontentamento pode ser notado a partir das indagações: *“Quem porem achará identidade de circunstancias, na crise actual, entre o Rio de Janeiro, e Goyaz? E ainda quando essas taes Posturas não se dirijão senão para a Cidade, ellas, não sendo modificadas, hirão produzir ali mesmo um descontentamento no povo, que não merece segundo seo honrado procedimento actual, medidas de tanto aperto. [...] Nos achamos essas Posturas provisórias muito úteis e boas para as actuaes circunstancias em que se acha o Rio, más applicadas taes quaes a*

Goyaz he o que, nem hum dos que amar o bem publico, approvará". (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 211).

Os artigos de postura proibiam a comercialização de pólvora e armas sem a licença da Câmara Municipal; proibia a confecção de armas para pessoas suspeitas ou escravos; ordenava que os escravos que fossem pegos fazendo desordens deveriam ser imediatamente enviados para seus senhores, para seguirem ao açoitamento e proibia os jogos em casas públicas, além de outros artigos.

Em 27 de Agosto de 1831, Matutina número 221, vemos a pressão que os Brasileiros, precisamente os meiapontenses, fizeram sobre os brasileiros adotivos (portugueses) em função da recém independência do Brasil e formação do Império. Em "artigos de officio" temos uma clara visão do anti-lusitanismo que havia ocorrido em Meia-Ponte: *"os Brasileiros adoptivos, que se achavão nesta Cidade, e seo termo, forão depostos dos Empregos, em que se achavão"*. Tal negação contra os brasileiros adotivos fica ainda mais evidente nas palavras de Fillippe Antonio Cardoso: *"demos no mundo mais huma prova de que os Goyanos sabem deffender suas vidas, e Liberdades, penhores, que vos são tão caros, e que não sabem vingar-se de offensas, que a contrapesa-las..."* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 221).

A importância da Matutina na sociedade Meiapontense, bem como na goiana em geral, era tamanha que até mesmo a Câmara Municipal da Cidade de Goiás fazia uso do periódico, como podemos ver a seguir em uma das Sessões Extraordinárias da Câmara: *"O Sr. Presidente apresentou, e leo a Matutina nº 200 no Artigo que trata da representação documentada do Juiz de Paz de Pilar, e poz este Art. a consideração da Camara."* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 231). Verificamos assim que a Matutina servia como um meio de publicação da Constituição e seu impacto sobre a sociedade atingia, até mesmo, a esfera política.

Após 55 números, a Matutina 286, aos 26 de Janeiro de 1832, aborda sobre a Ata da 1ª Sessão Preparatória para a criação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada em Meia-Ponte. Possuindo 43

sócios, e tendo como presidente o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, a Sociedade surgiu com intuito de defender os direitos humanos dos Portugueses, que também comungavam com a causa da independência brasileira. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 286).

A mesma sociedade que defendia os direitos humanos dos portugueses era a mesma que anunciava o não direito dos escravos: *“A José da Costa de Carvalho fugio hum escravo de nome José, crioulo, estatura ordinaria, cheio de corpo, cara redonda, pinta de branco assim na barba, como na cabeça, com o nariz, e beiços feridos de bobas; orelhas grossas da mesma moléstia: com hum grande calo de ferida na perna direita, de idade de 40 para 50 annos mais ou menos. O Annunciante promette dar 12\$000 rs. a quem pegar, e trazer, e se for fora da Província dará 30\$000.”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 326). E assim se mantinha a estrutura sócio-econômica, debruçada sobre a força escrava negra.

Datada, 4 de Agosto de 1832, a Matutina número 356, consta a distribuição de um exemplar, para a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, do Relatório da Comissão de Salubridade geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Meia-Ponte, assim, se aproxima às grandes cidades brasileiras do século XIX ao tentar enquadrar no modelo de higienização proposto pelo Rio de Janeiro, emulado dos países europeus.

No mesmo número, supracitado, encontramos dois “annuncios” que tratam sobre reuniões: uma Sessão do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e outro da Sociedade Reedificadora da Igreja Matriz. Podemos avaliar, através desses avisos, que a cidade de Meia-Ponte nos oitocentos, ao contrário do que muitos propõem atualmente, vivia constantes dias de reuniões e certa movimentação social, o que a descaracteriza como mais uma cidade interiorana pacata.

Um dia após as festividades da Independência, aos 8 de Setembro de 1832, a Matutina noticiava as comemorações ocorridas em Meia-Ponte. Surpreende-nos a rapidez com que eram produzidas as folhas do periódico, noticiando eventos do dia anterior: *“Meyaponte sempre prestou hum particular*

festejo ao 7 de Setembro, o anno passado, suas casas adornadas de flores amarellas, e folhas de fumo, e Café manifestavão geral praser [...] hontem pelos disvellos da Sociedade Defensora da Liberdade, e Independência Nacional se passou o dia nos mais vivos transportes de alegria. [...] a Igreja Matriz, que se achava ricamente preparada, seguiu-se humo solemne Missa Cantada pelo Parocho” (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 366).

Sobre as festividades em comemoração à Independência, segue a Matutina dizendo que, acabada a missa, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira ofereceu um chá, onde a população seguiu cantando hinos, dançando e circulando pelas ruas, dando por fim, toda a festa, às 11 da noite. Mais uma vez notamos a Meia-Ponte ligada às comemorações nacionais, fora, na medida do possível, do isolacionismo imposto pelo sertão.

Algo interessante e importante de se relatar é a certa rivalidade entre as “cidades” na Província de Goiás. Sabe-se que Vila Boa e Meia-Ponte se estranhavam desde o século XVIII, bem como Meia-Ponte e Corumbá. Na Matutina número 396, de 25 de Dezembro de 1832, notamos que Jaraguá, até então distrito de Meia-Ponte, também possuía certos ressentimentos à Meia-Ponte.

Na Sessão Extraordinária do Governo da Província de Goyaz (30 de Maio de 1832), o Presidente da Província, reunido dos Conselheiros, apresentou um ofício que havia recebido do Juiz de Paz da Capella Curada de Jaraguá. O ofício relatava que haviam sido alistados, em Jaraguá, 295 homens para a Guarda Nacional, porém, Meia-Ponte excluía 35 pessoas do alistamento. Assim, entornos de 40 homens se dirigiram a casa do Juiz de Paz “representar que não queriao concorrer como G. N. [Guarda Nacional] ao Arrayal de Meyaponte, e que estavam promptos á servir onde residem [Jaraguá], e, quando seja necessario não duvidão pegar em Armas, e marchar para qualquer parte em defeza da Patria, menos para Meyaponte, por viverem cançados com chamamentos. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 396).

“Higiene publica, ou conselhos as Authoridades no caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus” é o título de uma das notícias da Matutina número

416, de 2 de Março de 1833. Condizendo a já dita cultura de higienização que propagava no país, a coluna traz as circunstâncias que favorecem o desenvolvimento do cólera: *“Taes são, as grandes e freqüentes variações athmosphericas; o calor e humidade combinados; as chuvas abundantes, e duradouras; o desaceio, e immundice: a agglomeração de pessoas em um mesmo lugar; a habitação em casas estreitas, e mal arejadas, e entulhadas de homens e de animaes; a carestia dos viveres, ou sua má qualidade; a miséria, e a consternação publica.* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 416).

A Camara Municipal da Villa de Meyaponte, na 1ª Reunião Ordinária de 1833, apresentou a décima imposta pelo Alvará de 27 de Junho de 1808, o qual criava os impostos sobre prédios urbanos *“que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte e de todas as mais Cidades, Villas e Logares notaveis situados á beiramar neste Estado do Brazil e de todos os meus Dominios”* (PLANALTO, 28/05/09). No entanto, com o Art. 51, §. 5º da Lei de 15 de Novembro de 1831, a décima deixa de ser cobrada apenas nas cidades do litoral e passam a ser cobradas também *“nas Povoações, ou Villas que contiverem mais de cem casas dentro do arruamento”*. (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 436).

Foi então designado a cobrança do imposto à *“Villa de Meyaponte, e o Arrayal de Jaraguá; e marca para o lançamento nesta Villa todos os Prédios situados no lugar em que se acha a Matriz, todos os da Rua Nova desde seo principio ate as casas de Francisco Soares de Araujo inclusive: todos os da Rua Direita desde o Lavapes ate o seu fim junto a Matriz, e todos os da Rua do Rozario ate o Cruzeiro.”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 436).

Em *“Artigos extrahidos das Actas das Sessões extraordinarias de 11, e 12 de Dezembro de 1833”* vimos como a Província de Goiás se portou quanto ao episódio do resgate das moedas de cobre. Dom João VI ao retornar à Portugal levou consigo as reservas metálicas do Banco do Brasil. Assim, por o Brasil estar com os cofres vazios, *“entre 1823 e 1831, casas de fundição em Cuiabá, Goiás, Minas Gerais e São Paulo lavraram moedas de cobre com suas respectivas marcas, destinadas a circular restritamente nessas províncias.”* (BRASIL. 28/05/09).

A emissão dessas moedas tornou-se descontrolada, gerando quantidade significativa de moedas falsificadas. Assim, para contornar a situação, o governo decidiu que, dentro de alguns poucos meses, os portadores das moedas de cobre deveriam entregá-las e receber em troca as cédulas, sendo que dessas seriam deduzidos 5% do valor em razão da Fazenda Publica.

“...claro está a todas as luzes o extremecimento, e a impressão que tem feito sobre os animos a citada Lei por se sentirem todos feridos, e muito especialmente o commercio, que se vê em huma total colisão vendo desaparecer os seus interesses.” (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 506).

Em um dos últimos anúncios da Matutina, em seu derradeiro número, 526, aos 24 de Maio de 1834, o periódico termina sua vida na imprensa goiana anunciando: *“Na Loja do Snr. Tem. Cor. Joaquim Ribeiro Camelo, Nesta Villa, e vendem Exemplares da Lei de 1º de Outubro de 1828, bom papel e encadernação a 400 reis”* (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 526), enquadrando a sociedade meiapontense na necessidade, dever e direito do reconhecimento das leis que a regem, interagindo-a com o resto do Império.

1.2 – OS CÓDIGOS DE POSTURAS

Ao ano de 1834, foram instituídas as Assembléias Legislativas Provinciais, as quais possuíam a função de legislar em suas referidas Províncias. A partir de 1835, o órgão ganhou a incumbência de aprovar os Códigos de Posturas propostos pelas Câmaras Municipais. (CARVALHO, 2004).

Na tentativa de adequar a população aos hábitos e práticas irradiados da Europa, o Código de Posturas impunha-se sobre as precárias estruturas urbanas das Províncias, as quais criavam um propício ambiente para que proliferassem inúmeras moléstias, causando alta mortandade pela falta de serviços públicos que atuassem no escoamento do lixo produzido pelos habitantes. (NETO, 2008).

Os Códigos de Posturas se constituíam num mecanismo de controle social a partir do momento que foram criados para manter a ordem pública e evitar que a força político-administrativa do município fosse abalada. (CARVALHO, 2004).

O uso das posturas pelos municípios resultou em transformações significativas e por referir-se a questões da administração pública, hoje a leitura dessas posturas, tornou-se uma excelente fonte para o estudo do passado, pois revela aspectos da vida diária como “costumes e problemas enfrentados pela comunidade” (GEBARA apud CARVALHO, 2004).

Para Carvalho (2004), as regras impostas, nesses documentos normativos, eram resultantes das práticas que os habitantes do município faziam de forma aleatória, o que levava a desordem, afastando assim, a população local das práticas e hábitos cultuados pelos europeus e descaracterizando-os de serem uma sociedade civilizada. Os Códigos de Posturas podem, então, ser entendidos como “instrumentos adestradores” pois levavam a população a adquirirem os costumes de uma sociedade dita civilizada.

Com o intuito de entendermos a evolução social ocorrida em Meia-Ponte nos oitocentos, analisamos os Códigos de Posturas com um olhar comparativo, procurando encontrar nos diferentes Códigos, ao longo do século XIX, pequenas alterações que correspondessem à dinâmica, natural, da sociedade. Tratamos dos artigos que mais se enquadravam na nossa pesquisa, localizamos os novos artigos e quais deixaram de conter nas Posturas. Foram avaliados os anos de: 1835, 1839, 1868, 1888, além do Regulamento do Cemitério, datado de 1869.

O primeiro Código de Posturas, referente ao ano de 1835 e aprovado pelo então presidente da Província de Goyaz, Jozé Rodrigues Jardim, dispunha de sete títulos e 61 artigos.

O primeiro título, “Estradas, Ruas e Praças”, em seu 4º artigo aborda sobre a obrigatoriedade daqueles que possuísem casas e muros, voltados às ruas públicas, em rebocar, cair e cobrir de telhas. Entendemos esse artigo como a tentativa de harmonizar as vias públicas, e dar um sentido de organização para a cidade.

No sexto artigo, o Código obriga aos proprietários das casas mandarem consertar ou fazer calçadas, com cinco palmos de largura, sendo o infrator multado e, em caso de reincidência, a multa dobraria de valor.

O artigo abaixo, talvez, seja um dos mais significativos para essa pesquisa, por tratar-se da limpeza que os meiapontenses deveriam manter nas imediações de suas casas:

“Art. 7º - Todos os proprietários são obrigados na Villa, ou nos Arraiaes do Município, a conservár as frentes de suas Cazes, lados, e fundos dos quintaes livres de matos, immundicias, e estagnações: a infracção será punida com a pena pecuniária d'hum mil reis.”

No segundo título, “Saúde”, o artigo 11º aborda sobre a limpeza que deveriam se manter os açougues e tavernas que vendessem gêneros comestíveis, com a precaução de jogar fora aqueles “dannificados”. A mesma questão sobre salubridade, trata o artigo 15º onde veta que fossem jogados animais mortos nas ruas, praças ou becos.

O artigo 21º proíbe aos meiapontenses a pesca com o Timbó, “ou outra coisa venenosa”, começamos dessa maneira a notar os primeiros sintomas de preocupação com o meio-ambiente e a saúde pública.

O terceiro título, “Tranquilidade”, em seu artigo 26º proíbe que, fora sob licença do Juiz de Paz ou exercício de seu ofício, andassem dentro da Vila ou nos Arraiais do município com *“fouce, machádo, ou faca, bem como com outro qual quer instrumento cortador ou perforante”*, tentando evitar, provavelmente, confusões e óbitos, acontecimentos comuns à uma sociedade mineradora mas inaceitáveis numa agro-pastoril, coservadora e “civilizada”.

“Art. 29º - Ficão prohibidos os Batuques, e outras danças deshonestas, com voserias, palmas, e bebidas espirituosas sob pena de quatro mil reis, ou quatro dias de prisão ao que der a Caza, e de dous mil reis, ou dous dia de prisão a cada hum dos concorrentes.”

Em continuação ao artigo anterior, o artigo 30º cita que após o toque de recolher, nenhuma pessoa deveria permitir danças em sua casa, mesmo que fossem honestas, com motim ou estrondo, a não ser por motivo cabível, porém sob juízo do Inspetor de Quarteirão, o qual possuía papel no policiamento da cidade. O Inspetor de Quarteirão, tido como “uma autoridade na porta das casas”, deveria zelar pela tranquilidade de todos aqueles que morassem no seu quarteirão. Defendidos pelo Código de Processo Criminal, eles podiam até efetuar prisões em flagrante, tudo para manter os bons costume e o sossego público. (SILVA, 2007).

O artigo 34º, ainda sob o título de “Tranquilidade”, impõe que todas as tavernas deverão estar fechadas desde as nove horas da noite até o

amanhecer, salvo que haja motivo justo de necessidade, caso contrário o infrator seria multado.

O viajante francês Saint-Hilarie, esteve em Meia-Ponte em 1819 e já havia constatado o número de mendigos pela cidade: *"Vários deles, atacados de elefantíase, necessitam evidentemente de assistência. Outros são filhos naturais que poderiam trabalhar. Os fazendeiros mais prósperos de Meia-Ponte queixaram-se a mim do prodigioso números de mendigos que vagueiam pelas ruas do povoado."* (SAINT-HILAIRE, 1975). Tal situação permanecera até 1835, onde o Código de Posturas aborda o título *"Mendígos"*, e em seu art. 49º cita:

"Não se consentiráõ mendígos pelas Ruas á excepção dos cegos, e aleijados, e aquelles, que por molestias não poderem trabalhar. O Fiscál averiguará as circunstancias do mendígo, e participará ao Juiz de Páz para lhe dár o destino da Lei, quando julgue, que o mendígo pode trabalhár."

É interessante imaginarmos que há essa parcela da sociedade que faz da rua a sua casa. Analisando pelo lado arqueológico, devemos pensar que, como seres humanos, os mendigos também possuíam uma cultura material e que a mesma acabou tornando-se artefato arqueológico. Certos de que distingui-los dentro da camada social (materialmente) não seria tarefa árdua, e nem tão simples, mas mantê-los calados eternamente é um erro científico, pois assim como a elite, os mendigos também faziam parte desse passado histórico que tentamos resgatar.

Pobres daqueles que não possuísem rendas para satisfazerem suas multas, de acordo com o Artº 54, em "Disposições Gerais", aqueles que não pagassem suas dívidas pecuniárias, tais multas seriam convertidas em dias de prisão, na proporção de a cada mil reis como um dia na cadeia.

Enquanto os escravos eram castigados com açoites ao infringirem algum Artigo de Postura, as mulheres escravas recebiam “*palmatoadas*”, é o que as assegurava o artigo 56º.

O último artigo que nos chamou atenção do Código de Posturas de 1835 cita sobre maus tratos aos escravos:

Art. 59º Os Fiscais em seos Termos vigiarão sobre o bom tratamento dos Escravos participando a Camara todos os actos de crueldade, que lhes constár, para a Camara providenciár”.

A diferença substancial que notamos entre o Código de Posturas do ano de 1839 para com o de 1835 foi a exclusão de três artigos. Tanto o Artigo 25, quanto o 26 e 27, sob o título de “Tranqüilidade”, tratavam sobre o porte de ferramentas que poderiam ser tratadas, na atualidades, como armas brancas. No Código de Posturas de 1835 os três artigos evidenciam as proibições e liberações onde tais ferramentas poderiam circular pela vila ou arraiais, sendo que nossa interpretação correspondeu a uma possível tentativa de diminuição nas desordens ocorridas com o uso de tais ferramentas. Como o Código de Posturas do ano de 1839 não possuía tais artigos, acreditamos que os hábitos de circularem com tais objetos perfuro-cortantes foram gradativamente deixados de lado, assim, a não existência dos artigos nas Posturas.

Ernesto Augusto Pereira, até então presidente da Província de Goyaz, fez publicar como lei, ao ano de 1868, o Código de Posturas proposto pela Camara Municipal da Cidade de Meiaponte. 93 artigos em 7 títulos.

O 4º artigo, sob título de “*Estradas, Ruas e Praças*”, proíbe aos munícipes “*riscar, escrever ou estampar nas paredes dos edifícios ou muros, disticos ou figuras dehonestas e palavras obcenas*”, rementendo-nos a um passado não tão distante da nossa sociedade contemporânea, onde tais atos ocorrem em abundância.

O Código de Posturas do ano de 1839 possuía em seu artigo 30º a imposição de que todas as tavernas deveriam estar fechadas desde as 9 horas da noite até o amanhecer, já nas Posturas de 1868 esse artigo não se faz presente, onde, possivelmente, podemos imaginar que os meiapontenses respeitaram de tal maneira tal obrigatoriedade que a permanência do artigo no novo Código seria em vão.

Foram acrescentados nas Posturas de 1869 os artigos 34º e 35º que tratam sobre a obrigatoriedade dos negociantes e proprietários de tavernas a aferirem e oferecerem suas balanças, pesos e medidas à aferição. Todos os outros três artigos que se seguem tratam sobre a aferição, levando-nos à conclusão que tais artigos deveriam representar um problema diário em que a sociedade meiapontense deveria passar ao realizar suas compras, sendo necessárias as Posturas para imporem barreiras contra os falsos pesos em que os comerciantes vendiam seus produtos.

O Artigo 39º : *“É prohibido amarra-se animaes nas frentes das casas das ruas da cidade; ao infractor multa de 4\$rs.”* , nos elucida a preocupação em transformar a cidade aos moldes europeus, assim como no artigo 44º, o qual proíbe a exposição de couro nas ruas para secar e “nem outros quaesquer objectos que infeccionem o ar”.

Constantemente o Código de Posturas encontrava novas ações praticadas pela sociedade que deveriam ser proibidas para que não afastassem a Meia-Ponte dos ideais de uma cidade “civilizada”, como podemos notar no artigo 71º em que proibia o transito de carros, obviamente de boi, “pelas calçadas dos passeios a frente das cazas”, sendo o infrator sujeito a multa e a reparar a destruição que fizesse.

Os últimos artigos adicionados nas Posturas de 1868 e que ajuda-nos a recriarmos o ambiente social meiapontense oitocentista, correspondem ao 76º e 83 º. O primeiro veta, depois do sol posto, dar-se tiros dentro da cidade ou arraial do municipio, exceto em festividades religiosas ou públicas nacionais. O segundo faz conhecer a todos que “depois do toque de recolher nenhum

escravo poderá transitar pelas ruas sem bilhete de seu senhor = pena de ser recolhido á cadeia”.

O mesmo Presidente da Província de Goyaz, Ernesto Augusto Pereira, regulamentou em 1869, a inspeção, administração e conservação do Cemitério fundado na Cidade de Meia-Ponte, o qual competia a Irmandade do Santíssimo Sacramento, sendo a receita pertencente à Igreja Matriz.

No Capítulo 3º, *“Das Sepulturas”*, o artigo 7º dispõe as áreas do cemitério destinadas de acordo com as classes, verificamos que não só em vida, mas também na morte, os meiapontenses distinguiam-se de acordo com a proximidade da Capela do cemitério:

“1ª. Para menores livres ao lado direito da Capella.

2ª. Para catacumbas ao lado esquerdo da mesma.

3ª. Para a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

4ª. Para as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos e de S. Benedito.

5ª. Para a fabrica.

6ª. Para pobres e escravos.

7ª. Para deposito de ossos ao lado esquerdo do portão.” (CEMITÉRIO, 1869)

De acordo com Coe (2006), no século XIX, foi preciso segregar os “mortos das igrejas para cemitérios longe das cidades, para que o contato com os vivos fosse o mínimo possível. [...] Segundo a crença, a decomposição dos cadáveres, aliada à pouca circulação do ar dentro dos templos religiosos, fazia deste local um foco iminente de proliferação de doenças. Os enterramentos nas igrejas foram, portanto, gradativamente, sendo objeto de inúmeras censuras.” (COE, 2006). Assim, o artigo 31º trazia que logo que o Cemitério recebesse a benção, ficariam proibidos os enterramentos dentro das igrejas, sob pena de multa, caso houvesse infração.

O Código de Posturas de 1888, provavelmente o último do período imperial, foi aprovado pelo então Vice-Presidente Felicíssimo do Espírito Santo. Possuindo 97 artigos, as novas Posturas excluíram todos aqueles artigos referentes aos escravos, já que os mesmos haviam sido libertados através da Lei Áurea, datada de 13 de maio de 1888 e o Código de Posturas fora

aprovado em 26 de Setembro do mesmo ano. Além das diferenças pela ausência da legitimidade da escravidão, tais Posturas traziam artigos modificados daqueles retrados em 1868.

O artigo 3º prega que as casas edificadas ou reedificadas deveriam ter no mínimo quatro metros e meio de altura em relação ao nível da rua, e suas portas e janelas deveriam ser proporcionais a altura da casa. O aumento na altura das casas, certamente, deve-se a insistente prática de higienização dos edifícios, no intuito de aumentar a circulação de ar, evitando epidemias. O que também é claro através do artigo 8º onde obrigava que todos os proprietários deveriam manter asseados as frentes de seus quintais, por tratar-se do local mais próximo da casa.

Quanto ao artigo 10º das Posturas de 1868, que tratava sobre a proibição de porcos nas ruas, vimos que fora extinto das Posturas de 1888, levando-nos a acreditar que a população, talvez, tenha respeitado e seguido as Posturas.

O novo artigo 27º proibia, dentro das povoações, “levantar alaridos em horas de silêncio, injuriar a outrem com palavras infamantes ou gestos obscenos”, ao infrator, que atentasse à tranquilidade pública, cabia-lhe multa.

Sabemos que na década de 1880, houve em Pirenópolis, afastado a alguns quilômetros da cidade, uma área de extração de ouro conhecida como Lavras do Abade. O fim trágico da Vila do Abade, por conta da poluição que estava sendo feita no Rio das Almas, através da mineração, possivelmente originou o artigo 79º, que ordenava ao Fiscal visitar semanalmente o Rio das Almas e verificar se estava sendo respeitadas as Posturas referentes ao Rio. Já no artigo 85º a proibição do banho em parte do Rio das Almas, provavelmente deve-se a proibição da imoralidade social.

Talvez, se em 05 de Setembro de 2002 o artigo 82º fizesse presente em algum Código de Postura de Pirenópolis, caso houvesse, a Igreja Matriz não teria passado pelo fatídico incêndio que a assolou:

“Art. 82º - Os sachristães são obrigados a dar o signal de fogo logo que lhes conste o incendio [...].”

CAPÍTULO II

COM ... ADOBE

Em “Introdução à Arqueologia Histórica”, Orser (ORSER, 1992) trata das diferentes fontes de informação na pesquisa, relatando que as principais são: “os artefatos e estruturas, a **arquitetura**, os documentos escritos, as informações orais e as imagens pictóricas”, sendo que cada fonte tem o seu uso específico.

O mesmo autor, acima citado, aborda que as questões sociais podem ser abordadas mediante a arquitetura – estruturas – a partir do momento em que os arqueólogos notaram que tais estruturas arquitetônicas podem ser lidas, da mesma maneira que fazem nos solos. “Edifícios, quando examinados com cuidado, produzem informações sobre quando foram construídos, quando foram feitas reformas e quais cômodos eram mais importantes.” (ORSER, 1992.p. 37).

No primeiro quartel do século XX, com a mudança na historiografia, através dos Annales, houve a aproximação da História com outras ciências sociais, mais tarde com a antropologia, seguindo o nascimento da história cultural. A nova história cultural conduziu novos campos de trabalho: “a vida privada, o cotidiano, a memória social, a história cultural e a história da cultura material” (OLIVEIRA, 2001.p. 17).

Se pensarmos na cidade como sendo local de duas esferas, uma pública e outra privada, veremos a troca/relação entre esse público e o privado, reciprocamente. Pensar então, em uma arqueologia urbana, é pensar tanto no público e no privado, afinal, os dois são características intrínsecas a qualquer ser humano que viva em comunidade.

A questão da vida privada surgiu – como campo de investigação - a partir dos trabalhos de Philippe Ariès e George Duby com a obra “História da vida privada”, sendo essa a responsável pelas questões teóricas envolvendo a vida privada. Porém, antes mesmo dos autores supracitados, Gilberto Freyre

em Casa-grande e Senzala e em Sobrados e Mocambos, ambos da década de 1930, já tratava “sobre vários aspectos da vida privada e da vida cotidiana, utilizando-se da casa como ponto de partida para a compreensão do sistema cultural brasileiro” (OLIVEIRA, 2001.p. 21) teve início, assim, a idéia da casa como elemento da vida privada.

Entretanto, a casa não apenas caracteriza a vida privada de seus moradores. Sendo um objeto arquitetônico, de natureza física/material, ela relata outros aspectos como a posição ocupada dentro da cidade e a situação econômica dos moradores. Assim, a casa desperta o interesse para o estudo da cultura material, possibilitando leituras que transcendem a materialidade, permitindo a reconstrução da história do local em determinado recorte temporal. Deve-se ater que determinada reconstrução não é apenas sob a análise da materialidade, mas na compreensão do seu significado dentro da sociedade que produziu esta casa, tornando essa história uma história cultural (OLIVEIRA, 2001).

Em geral, existem duas tradições arquitetônicas: a acadêmica e a vernácula. A primeira é representada por aquela que é ensinada e praticada pelos arquitetos profissionais, tratada como “alta arquitetura” ou “erudita”. Já a arquitetura vernácula – ou “práxis” – independe de conhecimento sistematizado e não é resultado de nenhum conjunto de regras (ORSER, 1992; OLIVEIRA, 2001).

Para Orser (1992), a arquitetura vernácula vem a demonstrar melhor as atitudes e crenças de um povo, se comparada à acadêmica, porém, afirma que, com o tempo, ambas tradições tendem a interagir entre si.

Durante o período colonial, Oliveira (2001), refere à casa urbana brasileira como sendo de uniformidade em todo o território nacional. Essa regularidade tinha como orientador o elemento português, e era imposta pela coroa através de leis divulgadas nas Cartas Régias, exigindo que as fachadas deveriam ser harmônicas. Oliveira esclarece que a ocupação portuguesa gerou um tipo de cidade derivada dos núcleos urbanos portugueses, com seus lotes e habitações padronizadas.

Dessa maneira, caracterizava-se Meia-Ponte onde as casas, sempre unidas umas as outras, usualmente conhecidas como geminadas, possuíam telhados de duas águas, uma voltada para a rua e a outra para o quintal. O padrão também era notado na dimensão do lote, sendo comum entre 5 a 10 metros de largura e atingir (com seu comprimento) a outra rua detrás da entrada principal, tornando os quintais sempre muito extensos (OLIVEIRA, 2001.p. 164).

Em *Casa dos Homens* (JAYME, 2003), expõe três modelos de planta baixa das casas de Meia-Ponte, e pondera sobre a pouca diferença entre as mesmas, ressaltando que não havia, em tal época, preocupação obsessiva por novidades arquitetônicas.

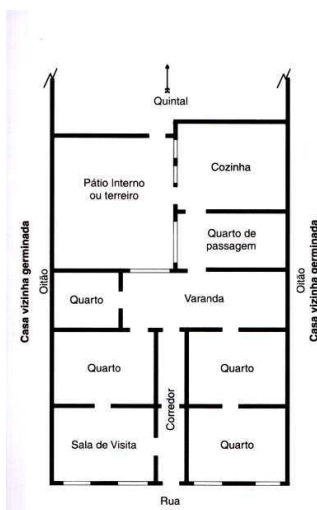


Figura 1: Planta baixa sem escala

Fonte: JAYME, Jarbas; JAYME, Sisenando. Casas de Pirenópolis. V.II, 2003.

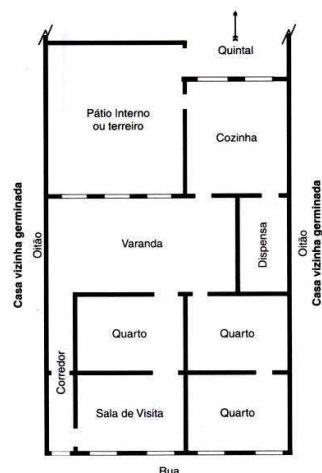


Figura 2: Planta baixa sem escala

Fonte: JAYME, Jarbas; JAYME, Sisenando. Casas de Pirenópolis. V.II, 2003.

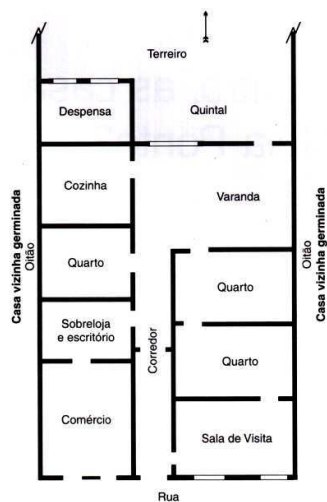


Figura 3: Planta baixa sem escala

Fonte: JAYME, Jarbas; JAYME, Sisenando. Casas de Pirenópolis. V.II, 2003.

No primeiro desenho (figura 1) temos uma típica casa de classe média meiapontese. A sala, onde as crianças não poderiam frequentar, era aberta raramente, apenas para aquelas pessoas de fino trato, por isso, era o cômodo da casa onde nota-se a maior preocupação com os detalhes como a mobília e paredes empapeladas. Essa realidade era inexistente nas casas de famílias

mais pobres, onde não havia a ocorrência da sala de visitas. As recepções, nessas casas mais humildes eram realizadas nas varandas, ou mais conhecidas como sala de estar ou sala de jantar. A varanda era o local também da reunião familiar e recinto de “prosa” após as refeições: almoço (9 horas), café do meio-dia (12 horas) e o jantar (16 horas). O local também era freqüentado à noite, até as 21 horas, momento em que o sino da cadeia alertava que já era hora de recolher. (JAYME, 2003).

Segundo Jayme (2003), nos últimos cômodos da casa, encontravam-se o quarto de passagem, a cozinha e a despensa, todos com funções voltadas para o preparo da alimentação da família.

A ausência de cômodo destinado ao fim de tais alimentações, ou seja, o banheiro e a privada, forçava os moradores a realizarem suas necessidades fisiológicas no fundo dos quintais, obstruídos visualmente pelas árvores, que eram abundantes nos quintais. “Via de regra, as necessidades de bexiga e dos intestinos resolviam-se nos grandes quintais, detrás das bananeiras. As galinhas e os leitões cuidavam da limpeza... No século pretérito, e mesmo no primeiro quartel da atual centúria [século XX], raríssimas eram as privadas, tipo fossa comum (latrinas) nos quintais.” (JAYME, 2003.p. 142).

Quanto ao banho, homens e mulheres o realizavam no Rio das Almas, preferencialmente no período vespertino, logicamente em locais separados. Homens e meninos, de acordo com Jayme (2003), realizavam seus banhos completamente nus em locais tradicionais na época: Ramalhuda e o Pesqueiro. As mulheres e meninas, devidamente trajadas com suas camisolas, seguiam-se, ainda no Rio das Almas, a 2 Km a vasante, e asseavam-se nas Lajes de Cima, Lajes de Baixo e a Biquinha. Antes de deitar, os meiapontenses costumavam fazer uso do banho de asseio, em bacias de cobre.

Temos um exemplo de outro tipo de morada, na figura 2, que é aquela onde o corredor deixa de ser central e passa a ser ladeado do oitão. O oitão é cada parede lateral do edifício, sendo que o já dito corredor pode ser ladeado tanto pelo oitão esquerdo ou direito. Já a figura 3 representa uma casa mista, casa-comércio, muito comum no século XIX em Meia-Ponte (Jayme, 2003),

“corroborando para a tese de que os comércios, em Meia-Ponte, exerciam importante papel como representantes de uma elite e colocavam-se como introdutores da nova sociabilidade mundana” (OLIVEIRA, 2001.p. 216).

O maior número das casas de Pirenópolis, como afirma Jayme (2003), conservavam esses padrões demonstrados nas plantas baixa. O diferenciador era: “o grau de luxo interno (paredes empapeladas, móveis finos e trabalhados, quadros e outros adereços caros); a natureza do piso (chão batido, tijolos quadrados, lajes de pedra ou assoalho); o tamanho das casas; o número de janelas e portas, na frontaria e o seu formato: retangulares ou arqueadas, no topo; janelas simples ou providas de guilhotinas móveis; janelas com persianas, abrindo-se para o exterior e com tabuletas móveis; janelas guarnecidas de vidraças ou de malacachetas coloridas.” (JAYME, 2003.p. 142).

Todas essas diferenças entre as casas são o reflexo direto da situação sócio-econômica do proprietário da residência. Na relação rua e casa, citemos então, o público (rua) e privado (casa), podemos certamente dizer que essas duas esferas se fundem logo na fachada das casas. As fachadas, como também a sala de visitas, é o local mais público da casa, onde, naturalmente, era comum a exposição de artigos que espelhassem o grau econômico do seu proprietário.

Nas fachadas, vários meios que a compõem podem ser melhor analisados e utilizados como fonte de pesquisa quanto à caracterização econômica. Já que esta pesquisa visa através da arquitetura, junto à análise da louça, como fonte material a ser utilizada para a confecção de um mapa sócio-econômico, ilustraremos as diferenças entre a elite – suas casas – e as simples moradas, daqueles ex-escravos e seus descendentes ou simplesmente daqueles homens livres que, no dito popular não possuíam “nem eira nem beira”.

Beiras, ou seja, beirais, são elementos de composição relevantes nas casas, pois são eles que definem a cobertura e localizam-se ao fim do telhado, na aba, na “beirada”, na borda do telhado. “No encontro com as paredes, arrematam-se em cimalhas de madeira ou estuque, guarda-pó de madeira,

beiral encachorrado ou beira seveira”. Oliveira (2001) aborda que em Meia-Ponte apareceram os lambrequins ou sinhaninhas, que são “elementos de madeira recortados como rendas, utilizados como fechamento dos beirais” Ao contrário de outros lugares, esses elementos usados em Pirenópolis diferenciam a arquitetura da cidade (OLIVEIRA, 2001.p. 235).

Em Pirenópolis, constatamos, em algumas ruas, um desnível intenso, o que levavam a algumas casas ao assobradamento, originando assim um porão, porém a presença do porão não era significado de ser a casa um sobrado. Por ser a porta de acesso, no nível superior ao da rua, era necessária uma escada de acesso, localizada na calçada, em frente ao corredor interno da casa. Podendo ser essa escada de um ou dois lanços, era um elemento de composição da fachada, onde na presença de um desnível acentuado, era necessário um guarda-corpo feito de madeira (OLIVEIRA, 2001.p. 235).

“A arquitetura das casas, com muitas janelas voltadas para a rua, favorecia o intercâmbio social, não havendo uma preocupação de isolamento” (MATOS apud OLIVEIRA, 2001.p. 31). Assim, podemos observar a importância social da janela e conseqüentemente a sua valorização quanto aos detalhes, sendo o grande atrativo das fachadas. Em moradas mais simples, encontram-se o desenho tradicional, “vergas retas ou vergas em canga, sem caixilhos de vidro, apenas com folhas cegas de madeira que se abriam para o interior” (OLIVEIRA, 2001.p. 250). Em casas mais abastadas “encontram-se caixilhos de madeira para vidro, em guilhotina, na parte exterior, com as mesmas folhas cegas abrindo para o interior. O caixilho se subdivide em pequenos quadrados, para que os vidros sejam pequenos, facilitando o seu transporte para regiões distantes como Goiás [...] Este tipo de esquadria foi muito utilizado no século XIX [...] onde] o vidro proporcionava a entrada de luz nas residências.” (OLIVEIRA, 2001.p. 251).

Outro modelo de janelas que podemos verificar em Pirenópolis, que perdura desde a Meia-Ponte, são aquelas que aparecem uma bandeirola fixa de vidro e a parte inferior, que abre para fora, feita de veneziana, podendo ter ou não parte interna de folha cega. Tais venezianas de madeira surgiram no século XIX com o propósito de ventilar sem a necessidade de exposição direta

à rua (OLIVEIRA, 2001.p. 254). Notamos o uso do mesmo estilo das janelas, nas portas. Onde se encontram janelas arqueadas na parte de cima, na maioria dos casos, as portas também possuíam o mesmo estilo.

Para estudarmos as fachadas das casas, antes faz-se necessário um rápido olhar pela evolução urbana da cidade e como foram constituídos os espaços em que temos a elite social concentrada em contraposição a camada daqueles que fazem parte da base da pirâmide social.

A Meia-Ponte continha em sua formação os fatores de incidentalidade e de intencionalidade (GALVÃO JUNIOR E BERTRAN apud OLIVEIRA, 2001, p. 137). Incidentalidade está relacionado à extração do ouro, onde não haviam investimentos econômicos, ocorrendo problemas na definição do traçado e do assentamento, causando imprecisão no desenho urbano. A intencionalidade, que legitima, “por meio dos representantes do poder e das classes sociais abastadas, a organização do espaço, com a locação simbólica de seus equipamentos. Essa orientação programada na locação de elementos urbanos demonstra a utilização da cidade como instrumento de poder”.

Pirenópolis nasceu às margens do Rio das Almas (1727) e de início era apenas um simples acampamento de garimpeiros. “A primeira rua do povoado é provavelmente a Rua das Bestas (atual Rua Direita), cujo percurso teria vindo desde o Largo da Igreja até a margem do córrego Lavapés, onde havia uma pousada para visitantes e tropeiros, na saída para Jaraguá e Vila Boa (atual Goiás Velho).”. Temos então a primeira formação da cidade, onde é visível a formação de um eixo longitudinal, o qual ligava o garimpo à Pousada (CAVALCANTE E GONÇALVES, 1999, p. 14). Nota-se também a ligação da saída da cidade com a construção mais importante (a igreja), além de situar-se na rota de penetração no povoado, para quem vinha da capital. Outro fator que contribuiu para o surgimento da rua, foi o fato dessa encontrar-se em terreno elevado, distante da insalubridade dos rios.

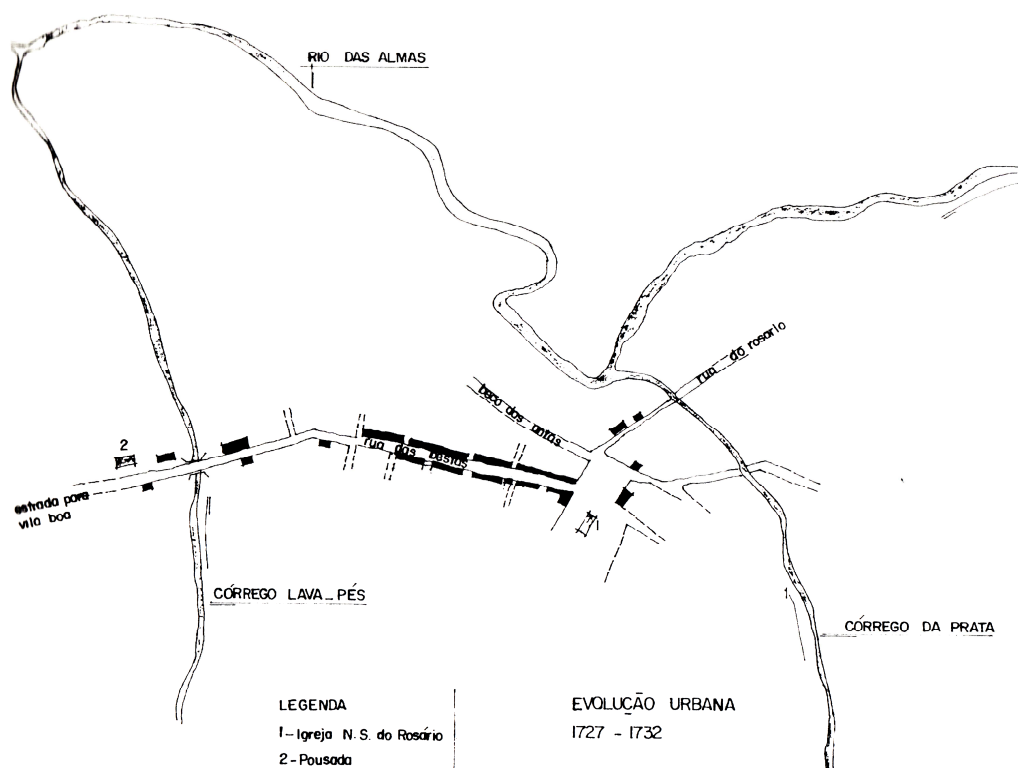


Figura 4 – Evolução Urbana. Meia-Ponte. Sem escala. 1727-1732.

Fonte: PEIXOTO apud OLIVEIRA, 2001.

Oliveira (2001), trata dos estudos realizados pelo Sphan/Pró-Memória, o qual ocorreram graças ao tombamento de Pirenópolis, onde o resultado do desenvolvimento urbano de Meia-Ponte é caracterizado por três fases:

- 1) Período da atividade mineradora: a gênese do arraial (1727-1731):

O qual corresponde à figura anterior.

- 2) Período do apogeu da atividade mineradora (1732-1750):

O ouro foi o responsável pelo crescimento urbano. Em 1736 a Igreja Matriz foi concluída juntamente com a Casa de Câmara e Cadeia, centralizando os edifícios do poder em um único lugar, temos então um caso de intencionalidade. Surge a segunda rua, denominada Rua Nova, paralela à rua Direita [Rua das bestas], além

das Ruas Prata e Matutina, localizadas do lado oposto, tendo como referência a Igreja Matriz, permitindo que a cidade crescesse para esse lado. Aparece a Rua do Rosário, indo até a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos [já derrubada], passando pelo Córrego da Prata. Temos, nesse momento, as estradas de acesso à Bahia, Minas Gerais e São Paulo, bem como a construção das igrejas Nossa Senhora do Carmo e da Boa Morte da Lapa dos Pardos. Quanto a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, indica a possibilidade de que na região concentravam-se as casas dos escravos e negros forros (OLIVEIRA, 2001, p. 140).

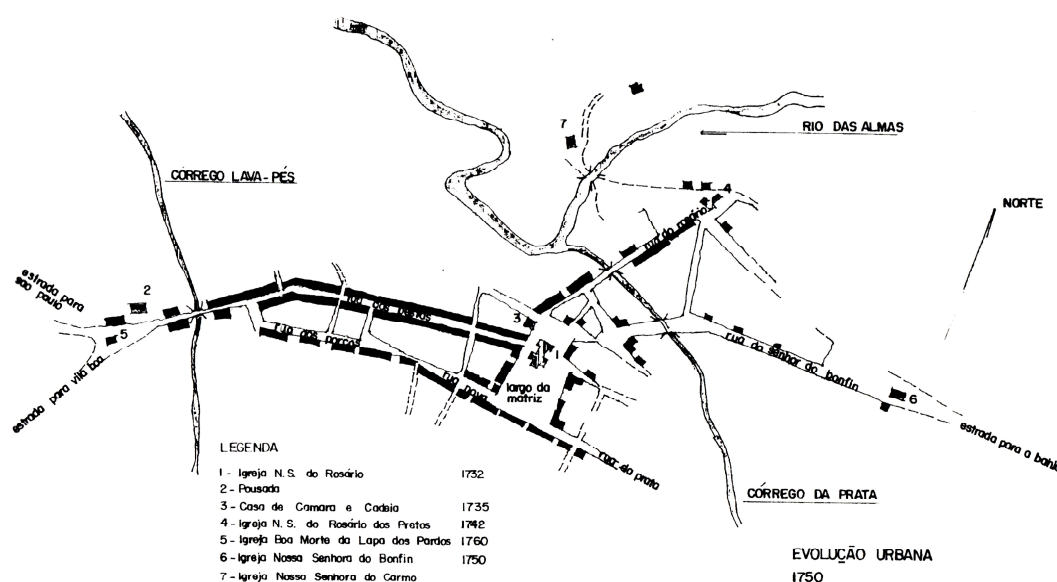


Figura 5 – Evolução Urbana. Meia-Ponte. Sem escala. 1750.

Fonte: PEIXOTO apud OLIVEIRA, 2001.

3) Período da decadência, da retomada da atividade agrícola e da consolidação da cidade como entreposto comercial (1750-1830).

Novas ruas originam no centro histórico de Meia-Ponte: Rua João Dias (atual Rua Aurora) e Rua do Fuzil. Mais tarde, em 1868, surge outra rua, chamada Sizenando Jaime (OLIVEIRA, 2001, p. 141).

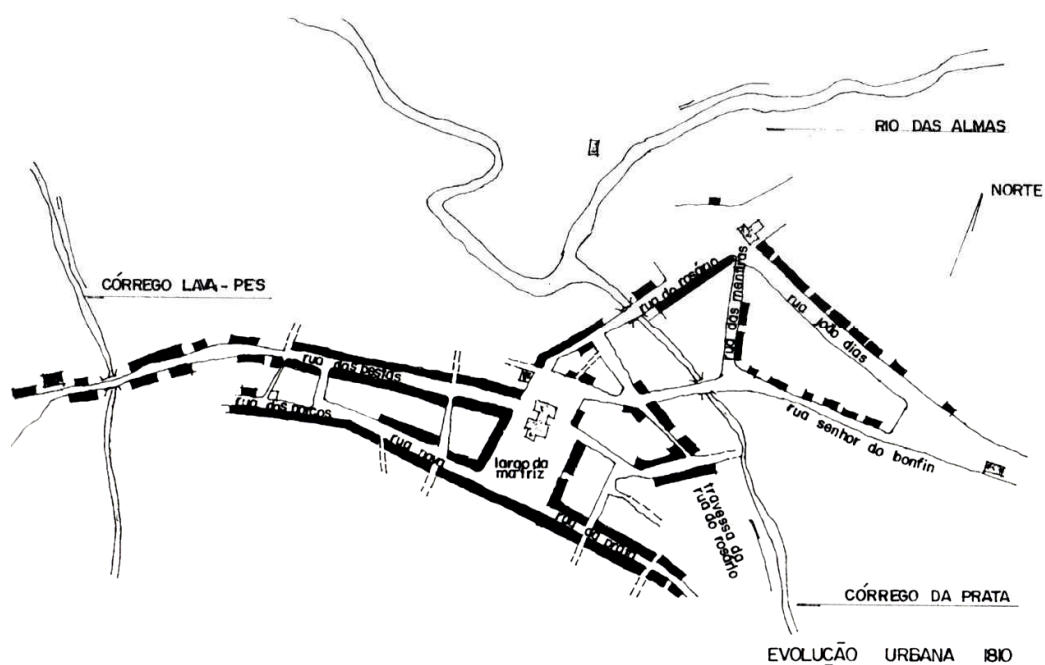


Figura 6 – Evolução Urbana. Meia-Ponte. Sem escala. 1810.

Fonte: PEIXOTO apud OLIVEIRA, 2001.

Segundo as Décimas Urbanas de 1810, temos as seguintes ruas:

RUA	CASAS/ LADO DIREITO	CASAS/ LADO ESQUERDO	TOTAL
Rua das Bestas, atual Direita	51	51	102
Rua do Rosário	15	19	34
Rua Nova	5	19	24
Rua da Prata	17	35	52
Rua do Bonfim	16	0	16
Rua das Dores, atual Matutina	9	6	15

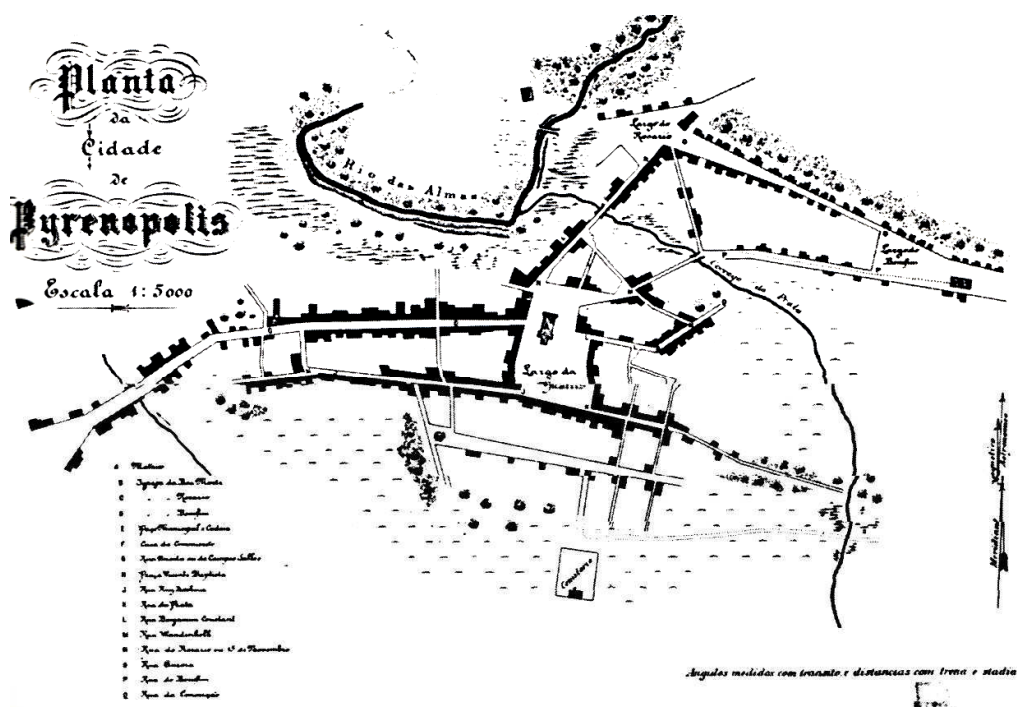


Figura 8 – Evolução Urbana. Meia-Ponte. Sem escala. 1892.

Fonte: PEIXOTO apud OLIVEIRA, 2001.

Podemos considerar, sobre o traçado urbano, como sendo a Igreja Matriz o centro (núcleo) irradiador, funcionando como pólo catalizador da cidade, obedecendo fielmente às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, sendo um sítio alto, topograficamente privilegiado e em local descente. Outro fator relevante é o espaço livre à frente da Igreja, acentuando o caráter monumental do edifício. (OLIVEIRA, 2001, p. 143).

Próximo à Igreja encontravam-se as pessoas de maior poder aquisitivo, no entanto, quanto mais distante desse centro irradiador, em direção à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – do outro lado da cidade - estavam estabelecidas aquelas famílias com pouco poder aquisitivo (OLIVEIRA, 2001, p. 143), dando jus ao modelo centro-periferia por nós abordado.

A principal rua na Meia-Ponte oitocentista, a das Bestas, atual Direita, além de ser a pioneira, abrigava a maior parte do comércio e era aquela com maior densidade populacional (OLIVEIRA, 2001, p. 144). Outro fator que dá

VISTA LESTE - OESTE



FONTE: JAYME, 2003

VISTA OESTE - LESTE



FONTE: DANILO CURADO

CASA À DIREITA



FONTE: JAYME, 2003

CASA Nº 63



FONTE: DANILO CURADO

Provavelmente último quartel do século XIX



FONTE: JAYME, 2003

Respectivamente nº. 55, 57 e 59



FONTE: DANILO CURADO

Anterior a 1850



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa nº 53



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 01

RUA DIREITA / LADO SUL

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

À Direita, quase bicentenária



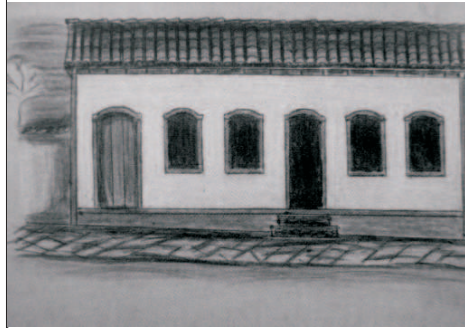
FONTE: JAYME, 2003

Atual casa nº 43



FONTE: DANILO CURADO

Século XIX



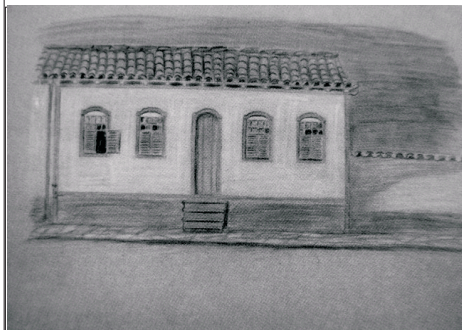
FONTE: JAYME, 2003

Atual casa nº 41



FONTE: DANILO CURADO

Anterior a 1850



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 37



FONTE: DANILO CURADO

Sesquicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 35



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 02

RUA DIREITA / LADO SUL

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

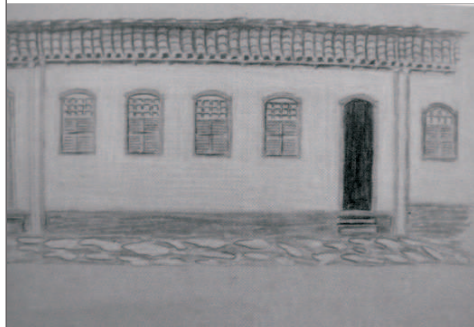
Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Sesquicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 33



FONTE: DANILO CURADO

Séc. XIX



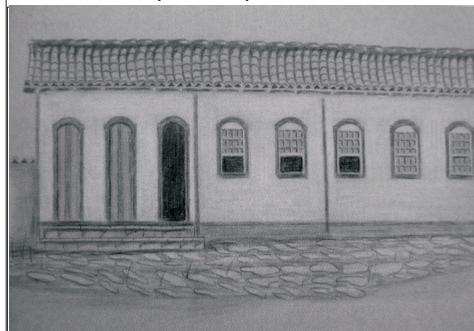
FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 31



FONTE: DANILO CURADO

Mais que sesquicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 29



FONTE: DANILO CURADO

Datada de 1886 - 1887



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 17



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 03

RUA DIREITA / LADO SUL

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Datada de 1850



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 13



FONTE: DANILO CURADO

Primeira metade do Séc. XIX



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 07



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 04

RUA DIREITA / LADO SUL

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Existe há mais de um século

Atual casa Nº 74



FONTE: JAYME, 2003

FONTE: DANILO CURADO

Final do Século XIX



FONTE: JAYME, 2003

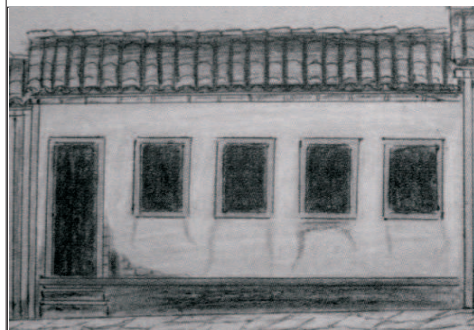
Atual casa Nº 70



FONTE: DANILO CURADO

Sesquicentenária

Atual casa Nº 60



FONTE: JAYME, 2003



FONTE: DANILO CURADO

Primeiro quartel do Séc. XIX

Atual casa Nº 58



FONTE: JAYME, 2003



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 05

RUA DIREITA / LADO NORTE

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Sesquicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 56



FONTE: DANILO CURADO

Sesquicentenária



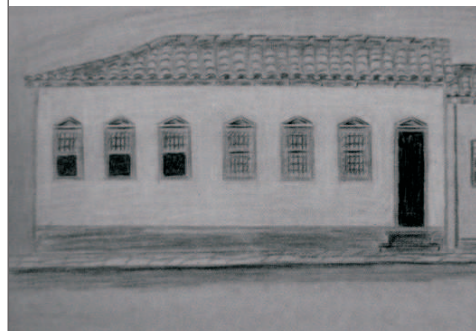
FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 54



FONTE: DANILO CURADO

Datada de 1852



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 52



FONTE: DANILO CURADO

Bicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 50



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 06

RUA DIREITA / LADO NORTE

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Anterior a 1870



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 44



FONTE: DANILO CURADO

Mais de 120 anos



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 38



FONTE: DANILO CURADO

Quase Bicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 36



FONTE: DANILO CURADO

Primeira metade do Séc. XIX



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 32



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 07

RUA DIREITA / LADO NORTE

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Frontaria centenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 26



FONTE: DANILO CURADO

Bicentenária



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 12



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 08

RUA DIREITA / LADO NORTE

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Rua Santa Cruz – Sentido Leste-Oeste



FONTE: JAYME, 2003

Rua Santa Cruz – Vista Parcial, Sentido Leste-Oeste



FONTE: DANILO CURADO

Século XIX



FONTE: JAYME, 2003

Casa Nº 18



FONTE: DANILO CURADO

Ambas do século XIX



FONTE: JAYME, 2003

Atuais casas Nº 20



FONTE: DANILO CURADO

Anterior a 1868



FONTE: JAYME, 2003

Atual casa Nº 22



FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 09

RUA SANTA CRUZ / LADO SUL

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009



PRANCHA 10

RUA SANTA CRUZ / LADO NORTE

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Rua Direita/ Casa Nº 07



Notamos um simples Beiral, apenas com o guarda pó (diferencial) estando abaixo das telhas.

FONTE: DANILO CURADO

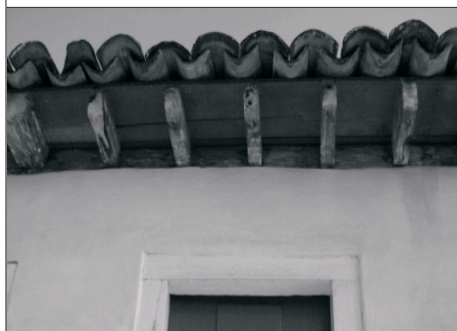
Rua Direita/ Casa Nº 17



Em evidencia o Lambrequim usado na Casa Nº 17, na Rua Direita

FONTE: DANILO CURADO

Rua Santa Cruz/ Casa Nº 20



Temos que, naturalmente, as casas da Rua Santa Cruz são mais simples, representando tal condição nos próprios beirais e nas fachadas como um todo.

FONTE: DANILO CURADO

PRANCHA 11

BEIRAIS

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Rua Direita/ Casa Nº 13



FONTE: DANILO CURADO

Escada de acesso na casa Nº 13, Rua Direita.
Detalhando parte do Guarda-Corpo
(parte integrante da escada)
e do assobradamento, causado pelo desnível do solo.

Rua Santa Cruz/ Casa Nº 22



FONTE: DANILO CURADO

A escada de acesso, **ausente** nesta figura,
é caracterizada como atributo da alta sociedade.

PRANCHA 12

ESCADAS DE ACESSO

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Rua Direita/ Casa Nº 13



FONTE: DANILO CURADO

Na Casa Nº 13, do lado Sul da Rua Direita, encontramos a janela em forma de guilhotina, com caixilhos de madeira para vidro. Na parte interior temos as folhas cegas.

Rua Direita/ Casa Nº 55



FONTE: DANILO CURADO

Verificamos neste caso, a já comentada “bandeiriola fixa de vidro e a parte inferior, que abre para fora, feita de veneziana”, sendo que na referida casa, a janela possui folha cega internamente.

Rua Santa Cruz/ Casa Nº 20



FONTE: DANILO CURADO

“Vergas retas [...] sem caixilhos de vidro, apenas com folhas cegas de madeira que se abriam para o interior” (OLIVEIRA, 2001.p. 250).

Rua Santa Cruz/ Casa Nº 22



FONTE: DANILO CURADO

Um típico caso de casa simples, com janelas não diferentes. Jayme (2003) detecta que a Rua Santa Cruz era habitada quase toda por ex-escravos e seus descendentes.

PRANCHA 13

JANELAS

Monografia de Graduação

UMA PONTE À MEIA-PONTE

Aluno: Danilo Curado

Orientador: Dr. José Roberto Pellini

IGPA/UCG

JUN/2009

Ao escolhermos trabalhar com a Rua Direita e com a Santa Cruz, não pensávamos que algumas casas já teriam sofrido mudanças após a edição do livro de Jarbas Jayme (2003). O trabalho realizado pelo historiador foi finalizado, porém não concluído, em decorrência da sua morte, foi então que seu filho Sizenando Jayme, retomou os trabalhos nas árduas pesquisas dos inventários das casas. Com o lançamento do livro no ano de 2003, bons anos já tinham passado, desde o início do trabalho de Jayme (o pai), entretanto, com o tombamento do centro Histórico de Pirenópolis, imaginamos que pouquíssimas mudanças teriam sofrido as casas, e não é isso que notamos.

Basta analisar melhor as ilustrações que inserimos no trabalho, nas páginas acima, e verão que em comparação às antigas ilustrações - realizadas graças aos pincéis do pintor Pérsio Ribeiro Forzani, as quais foram feitas através da oralidade e da Memória daqueles que ainda se recordam de como eram as casas – muitos detalhes nas fachadas foram alterados, muitas janelas deixaram de ser janelas e transformaram-se em portas, ou portas tornaram-se janelas.

Jayme (2003), em seu trabalho, demonstra revolta contra todos aqueles que, por quaisquer motivo, demoliram suas casas, aterrorizando a história e o passado de Pirenópolis. No entanto, o autor também glorifica aqueles que contribuem para a imortalidade da memória oitocentista (ou até mesmo anterior).

Apesar de todas as mudanças que deparamos, foi possível caracterizar a diferença entre as casas da Rua Direita e da Rua Santa Cruz. Certos de que, estatisticamente, a Rua Direita ainda possui um número bem maior de casa coloniais, em relação à Rua Santa Cruz, foi possível verificar que o modelo Centro-Periferia cabe à Meia-Ponte do Século XIX quanto a sua Arquitetura, ainda mais por concluirmos que na própria Rua Direita é possível notar essa diferenciação social.

Já pela largura da rua, bem como pela declividade e distância da Matriz, pudemos enxergar, antes de tudo, a segregação urbana que ocorria para com a Rua Santa Cruz. Ao voltarmos os olhares para as casas, apesar de ser bem

menor o número de habitações ainda com suas fachadas preservadas na Rua Santa Cruz, foi notório a visualização da classe baixa que vivia naquela rua.

Em contramão, temos a Rua Direita, que com sua elegância e grandiosidade, demonstra ter tido uma população preocupada com suas fachadas e com o que essas apresentavam para a sociedade. Com detalhes que as diferenciavam muito e necessitavam de uma boa mão-de-obra, as casas da Rua Direita, demonstravam o poder de seus habitantes em beirais com lambrequins, escadas de acesso, portas e janelas, tudo para legitimar o status que a sociedade meiapontense depositavam sobre aquelas almas que se erigiram próximas aquela curva do Rio, o Rio das Almas.

CAPÍTULO III

COM ... “PEQUENAS COISAS ESQUECIDAS”²

Nas relações entre o público e o privado, várias evidências dentro das cidades contribuem para a análise comportamental do homem do passado. Pensar numa Arqueologia Urbana é incluir tanto ambientes públicos como ruas, praças, travessas, becos e largos, quanto privados, como casas e quintais.

Quanto às considerações sobre Arqueologia Urbana, Tocchetto afirma que “a cidade é um corpo com uma espacialidade expressa por uma rede intrincada de manifestações tangíveis e onde se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais [...] é uma entidade dinâmica e complexa, que se revela na diversidade das formas e relações sócio-culturais, configurando-se enquanto lugar e veículo das expressões e representações dos diferentes grupos humanos que nela vive” (TOCCHETTO, 2004, p 14).

Todos nós, contemporâneos ou ascendentes, temos anseios, desejos e sentimentos, os quais nem sempre devem ou podem ser expressados. Formamos então dois seres dentro de um, aquele que expõe aos seus pares o que convém, o que pode, o que é permitido, e, em contradição, daquele que fica alojado em nosso interior, escondido, proibido. Esse modo de vida, natural do ser humano, acaba sendo representado no seu modo de fazer a vida em seus comportamentos e nas suas escolhas.

Essa representatividade, que acaba tornando-se material, é o que a Arqueologia estuda. E o que vem a ser Arqueologia Histórica não é apenas aquela ciência que analisa culturas, comunidades e povos que possuíam escritas, mas que acabaram por interagir em um movimento global, mercantilista ou, se quisermos que assim seja, proto-capitalista.

² DEETZ, James. In *Small Things Forgotten: An Archaeology of Early American Life*. New York: Ed. Anchor Books, 1977.

Symanski (1998) aborda a veracidade que os vestígios prestam para com a História, diferente da documentação escrita que apresenta-se incontestavelmente burlável, já que acabara sendo escrita, na maioria das vezes, pelos vencedores. Assim, a ciência arqueológica histórica se dispõe a realizar o diálogo entre a documentação e a materialidade, onde a refutação, complementação ou validação dos dados escritos auxiliam na reconstrução do passado humano e “pode levar a uma nova via de análise, pois possibilita a discussão de problemas que não seriam passíveis de evidenciação, caso o dado arqueológico fosse trabalhado apenas com o propósito de fornecer informações complementares a uma pesquisa histórica”(SYMANSKI, 1998,p. 16).

Nossa pesquisa enfocou a antiga Meia-Ponte, atual cidade de Pirenópolis, no Estado de Goiás. Ao ano de 2002, durante os meses de fevereiro a julho, ocorreram as atividades de campo na cidade, em decorrência do projeto de “Acompanhamento e Resgate Arqueológico das Obras de Instalação dos Sistemas Subterrâneos de Energia Elétrica e de Telefonia da Cidade de Pirenópolis”, realizados pelas empresas INELTO S.A. CONSTRUÇÕES E COMÉRIO e ETE – ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE, juntamente com a Universidade Estadual de Goiás (com sede na Cidade de Goiás), a qual, além de prestar os serviços de resgate, responsabilizou-se pela análise e resguardo do material (NARQ, 2003).

De acordo com o relatório de campo produzido pelo NARQ- Núcleo de Arqueologia (UEG). (NARQ, 2003): “A obra de instalação das redes elétrica e de telefonia subterrâneas da Cidade de Pirenópolis [...] compreenderam dois tipos de intervenção no solo do sítio arqueológico histórico de Pirenópolis: valas para implantação dos eletrodutos e caixas de inspeção. Por determinação do IPHAN as valas foram feitas conjuntamente, de modo que uma mesma vala de 70 cm de largura e 80 cm de profundidade, atendesse às duas redes.”

TIPOS DE CAIXAS POR REDE

REDE	TIPO DE CAIXA	DIMENSÕES
ELETRICA	ZA	40X40X40 cm
ELETRICA	ZB	70X70X70 cm
ELETRICA	ZC	90X90X95 cm
ELETRICA	ZD	120X120X120 cm
TELEFONICA	R0	45X45X45 cm
TELEFONICA	CP2	120X120X120 cm
TELEFONICA	CP3	140X140X140 cm
TELEFONICA	CS1	260X260X260 cm

Fonte: NARQ, 2003.

É importante frisar que, pelo tamanho da obra e a impossibilidade da total coleta do material, a equipe do NARQ trabalhou com uma metodologia de amostragem sistemática, “fornecendo uma boa amostragem da área do sítio arqueológico, assim como, da distribuição espacial do mesmo” (NARQ, 2003).

O mesmo relatório (NARQ, 2003) consta que, o material coletado estava abaixo do esperado, isso se comparado a outras escavações urbanas, como é o caso do sítio arqueológico histórico de Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás, o qual é contemporâneo à Meia-Ponte: “Diante da baixa densidade de material encontrado começou-se a cogitar se os habitantes da vila cumpriam à risca a determinação dos governantes de se *‘mandarem fazer calçadas (...) conservarem as frentes de suas cazas, lados e fundos dos quintaes livres de imundícies e estagnações’*, enfim, não atirar lixo nas vias públicas, depositando-o nos locais adequados como lixeiras escavadas nos quintais. Assim sendo, para responder a este questionamento, foram realizadas sondagens em alguns dos quintais cujos moradores ofereceram para a pesquisa, visto que, as obras compreendiam apenas as ruas.”

Foram então escavadas as ruas/travessas/becos/áreas: Rua Aurora, Área de Eventos, Rua Benjamim Constant, Rua Benedito de Pina, Beco Benjamim Goulão, Rua Bernardo Sayão, Rua do Bonfim, Rua do Carmo, Praça

do Coreto, Beco da Cadeia, Rua Direita, Rua Emanuel Jaime, Rua Emanuel Jaime Lopes, Rua Frota, Rua do Fuzil, Av. Joaquim Alves, Praça da Matriz, Rua Matutina, Travessa Matutina, Beco Matutina, Travessa Mestre Propício, Beco Neco Mendonça, Travessa Neco Mendonça, Av. Neco Mendonça, Rua do Norte, Rua Nova, Travessa Rua Nova, Travessa Pirineus, Rua da Prata, Rua do Rosário, Rua Rui Barbosa, Rua Santa Cruz, Travessa Santa Cruz, Beco Santa Cruz, Rua Sizenando Jaime, Beco Sem Nome, Rua 24 de Outubro, Margem direita do Rio das Almas e Área de Eventos, correspondendo ao centro histórico da referida cidade.

Já os quintais escavados foram: Av. Neco Mendonça, casa nº 10; Rua do Rosário, casa nº 24; Rua Direita, casa nº 57 e casa nº79 e Rua Matutina, casa nº 06.

Dentro dos inúmeros materiais coletados, o que se tornou mais significativo para essa pesquisa foi a Louça, principalmente a Faiança Fina do século XIX. Porém, antes de tratar desse tipo de artefato, entremos na discussão do que vem a ser a cultura material, já que é sobre a mesma que se ampara a Arqueologia. Utilizando o pensamento de Oliveira: “Inserida no contexto da história cultural, a cultura material sempre alimentou discussões próprias, principalmente a partir de “O Capital” de Karl Marx, quando se incentiva a construção de uma história das condições materiais das sociedades. Desde então, a preocupação com a cultura material começou a aparecer timidamente nos estudos dos historiadores, etnólogos e arqueólogos. No campo dos historiadores, a cultura material deixa de ser vista na ‘prateleira de curiosidades’ somente com os Annales, por meio de Bloch, de Febvre e, essencialmente, de Fernand Braudel.” (OLIVEIRA, 2004.p. 33).

No estudo de Symanski: *“Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX”*, o autor trabalha com o conceito de que consumir (ou seja, adquirir e usufruir dessa cultura material) não é apenas tido como comportamento econômico, mas também, comportamento social, e “as escolhas de consumo do indivíduo refletirão os gostos dessa coletividade e servirão para reafirmar sua filiação neste grupo.” (SYMANSKI, 1998).

Sabe-se que, para a Arqueologia Histórica, um dos fatores mais relevantes para a obtenção de dados é através da louça. Esta possui extensa bibliografia a seu respeito e limites cronológicos bastante definidos, por isso a sua escolha. Importância também há ao relatar que é na louça, que encontramos muito a atribuição de valores econômicos, o que para nossa pesquisa torna-se fundamental, pois assim, é possível caracterizar diferenças econômicas na sociedade: “Questões relacionadas a *status* sócio-econômico, hábitos alimentares, etnicidade, gênero e conteúdo simbólico desses objetos têm sido uma constante na literatura especializada, sobretudo norte-americana.” (SYMANSKI, 1998).

Segundo Toccheto “a faiança fina constitui uma categoria cerâmica intermediária entre a faiança e a porcelana” (TOCCHETO, 2001.p.21), e como aponta Brancante: “a faiança fina, corresponde ao esforço dos oleiros ingleses na busca de novos processos para substituir a faiança clássica e alcançar a porcelana do Ocidente” (BRANCANTE, 1981.p, 129). Brancante cita sobre as vantagens da pasta da faiança fina, por ser mais clara e mais resistente, bem como o fato da decoração ser aplicada diretamente, sob um menor custo, levando a um maior número de consumidores desse tipo de louçaria.

Podemos definir a Faiança Fina como:

“a classe de louça doméstica mais popular no Brasil oitocentista, começando a ser importada principalmente da Inglaterra após a abertura dos portos em 1808. Devido a sua qualidade superior, à variedade de padrões decorativos, que iam do chinóiserie – louças com decorações de inspiração oriental – a cenas bucólicas de paisagens inglesas, e ao seu preço acessível, dominou rapidamente o mercado (LIMA apud TOCCHETTO, 2001.p. 22).

Em sua pasta, a faiança fina contém elementos como sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz, resultando em uma louça

com pasta permeável, opaca, com quebra irregular e textura granular. Para conter sua permeabilidade e tornar-se impermeável era necessário a adição (em sua cobertura) de um esmalte, constituído de substâncias minerais (TOCCHETTO, 2001.p. 22).

Para Tocchetto, os elementos resultantes do processo de produção, dentre eles: o esmalte, a técnica de decoração, cor, motivo decorativo, cena, modelo e padrão decorativo, fornecem-nos dados como tendências de consumo, bem como de gosto, além de dar-nos uma datação confiável do período de fabricação de tais peças (TOCCHETTO, 2001.p.23).

Considerando que o trabalho de Tocchetto (*A Faiança Fina Em Porto Alegre*), foi e continua sendo um marco na Arqueologia Histórica Brasileira, o qual por muitos é usado como referência no estudo da Faiança Fina – não só na realidade sulista do Brasil, mas em todo o território nacional – não poderíamos descartá-lo, assim sendo, adotamos seu trabalho para ser nosso guia em tal pesquisa.

Quanto ao esmalte das louças, podemos caracterizar como sendo de três tipos: Creamware, pearlware e whiteware. A partir do ano de 1759, foi aperfeiçoado o processo de produção da faiança fina, tendo como resultado uma louça de corpo creme com esmalte de coloração esverdeada. O tom verde vem da aplicação do óxido de chumbo, e caracteriza tal tipo de louça como Creamware. Já em 1810, o Creamware começou a ser superado por uma louça de coloração pérola, a Pearlware. O início da fabricação da Pearlware ocorreu em 1779 pelo mesmo criador da Creamware, Josiah Wedgwood, e com o advento da louça perolada acarretou o desaparecimento da Creamware no mercado em 1815, a não ser na produção de utensílios relacionados à higiene pessoal (bacias e urinóis). A coloração do Pearlware remete a tons azulados, podendo ser melhor visualizados em locais onde ocorrem seu acúmulo, como bordas e bases, graças ao óxido de cobalto (TOCCHETTO, 2001,p. 23).

Há discussões quanto ao término de produção das louças pearlware: “Segundo Schávelzon a produção do pearlware começou a ser abandonada

entre 1830 e 1840, quando o whiteware passou a dominar. Symanski considera estas datas discutíveis, apontando a primeira metade do século dezenove como o período onde foram mais comuns as louças pearlware”. A louça conhecido como whiteware começou a ser produzido a partir de 1820, sendo popularmente aceito até os dias atuais, devido seu baixo custo no mercado. (TOCCHETTO, 2001,p. 24).

TIPO DE ESMALTE	INÍCIO DA FABRICAÇÃO	TÉRMINO DA FABRICAÇÃO
CREAMWARE	1759	1815 (EXCETO UTENSÍLIOS DE HIGIENE)
PEARLWARE	1779	1830 – 1840
WHITEWARE	1820	ATÉ OS DIAS ATUAIS

Fonte: TOCCHETTO, 2001.

Para que se faça uma análise da louça, Faiança Fina, apenas o estudo do esmalte não é o suficiente, pois não permite uma precisa periodização da peça, já que os períodos são amplos. Outro empecilho é a impossibilidade de verificação do esmalte, graças à dimensão do fragmento. Assim, necessita-se de outros atributos. Através da adaptação da classificação das cerâmicas históricas (Majewski & O'Brien), criou-se um sistema de classificação das faianças finas, tendo início na repartição das louças decoradas e não-decoradas. Nas decoradas, foram separadas aquelas que possuem superfície modificada daquelas que não possuem superfície modificada. Assim, a amostra pode ser dividida, considerando a presença ou ausência de decoração e a técnica empregada (TOCCHETTO, 2001,p. 24).

Os atributos que foram selecionados, usando como guia “A Faiança Fina em Porto Alegre” (2001) e o Roteiro de Análise de Louças elaborado pelo Prof. Ms. Diogo Menezes Costa, são: esmalte, técnica de decoração, cor e padrão decorativo, o qual fizemos poucas alterações para que o nosso Roteiro de Análise se enquadrasse nas exigências do objeto de estudo.

Assim, de acordo com Tocchetto (2001), temos:

1 - TÉCNICA DE DECORAÇÃO

1.1 - PINTADA A MÃO

- 1.1.1 - Pintada a mão livre (peasant style e spring style)
- 1.1.2 - Banhada (dipped)
- 1.1.3 - Carimbada (Cut sponge)
- 1.1.4 - Spatter
- 1.1.5 - Sponge
- 1.1.6 - Pintada em faixas e/ ou frisos (Faixa estreita azul sob o esmalte; Frisos dourados; Frisos)

1.2 – TRANSFER PRINTED

- 1.2.1 – Transfer Printed
- 1.2.2 – Borrão

1.3 – SUPERFÍCIE MODIFICADA

- 1.3.1 – Pintado A Mão
- 1.3.2 – Não Pintado

2 – LOUÇAS NÃO DECORADAS

- 2.1 – Superfície não modificada e não pintada

3 – SELO

1.1 - PINTADA A MÃO – “Aplicação da decoração de forma manual, mesmo utilizando diferentes recursos e produzindo vários motivos. São consideradas como técnicas decorativas específicas: pintada a mão livre, banhada (dipped), carimbada (Cut sponge), spatter e sponge. Além dessas técnicas encontram-se, ainda, as seguintes decorações: faixas e frisos, o padrão Shell Edged, pintando sem incisões, e a associação das técnicas pintada a mão livre e carimbada.” (TOCCHETTO, 2001,p. 25).

1.1.1 - Pintada a mão livre - caracterizam-se pela decoração de motivos florais, onde temos dois estilos diferentes:

Peasant Style – Motivos florais feitos com largas pinceladas. Decoração empregada entre 1810 e 1860, mais comum em pearlware nas cores azul cobalto monocromático e tons terrosos policromáticos. Outras demais cores, temos a data entre 1830 e 1860, sendo mais popular entre 1840 e 1860.

Spring Style – pequenos elementos florais produzidos através de finas pinceladas, mais comum em whitware. Sua popularidade foi entre 1840 e 1860, sendo que seu início de produção foi em 1830 e seu término em 1860.

1.1.2 - Banhada (dipped) - através da aplicação de uma camada fina de argila colorida na forma de faixas e listras, criando um leve relevo. Seu período de produção foi entre 1790 e início do século XX.

1.1.3 - Carimbada (Cut sponge) – decoração ocorre através de um carimbo. Os motivos mais comuns são flores e figuras geométricas. Produzida entre 1845 e o início do século XX.

1.1.4 – Spatter - técnica de decoração que resulta em um salpicado, produzido por pancadas leves de pincel, podendo ser aplicado na borda, no centro ou na superfície inteira do recipiente. Temos dois tipos de variantes:

True Spatterware – comum a partir da década de 1820 e posterior a 1860, sendo popular entre 1830 e 1840. São grandes salpicados em grandes áreas nas cores vermelho, azul e verde.

Design Spatter – produzido provavelmente através de moldes, carimbos ou estêncil. Contemporâneo ao True Spatterware, caracteriza-se por pequenas áreas formadas por pontos colocados muito próximos.

1.1.5 – Sponge - Utilizava uma esponja para pintar a peça. Tornou-se comum após o uso dos carimbos (final da década de 1840). O período entre 1860 e 1935 foi o momento de maior popularidade.

1.1.6 - Pintada em faixas e/ ou frisos (Faixa estreita azul sob o esmalte; Frisos dourados; Frisos) - Ocorreu entre o final do século XVIII e início do século XX.

Faixa estreita azul sob o esmalte – ocorre nas primeiras pearlwares no final do século XVIII e início do século XIX bem como em creamware, popular nas cores marrom e vermelho no mesmo período.

Frisos dourados – frisos individuais ou múltiplos em dourado ao redor da borda, pós 1860.

Frisos – Duas linhas pintadas próximas uma da outra na borda da peça, comum no último quartel do século XIX.

1.2 – TRANSFER PRINTED

1.2.1 – Transfer Printed - Conhecida também como impressão por transferência, foi desenvolvida a partir de 1750, tomando o posto da pintada a mão, pois esta ultima era muito onerosa.

MOTIVOS CARACTERÍSTICOS DOS DESENHOS CENTRAIS

DESENHO	MOTIVOS	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Chinoiserie	Pagodes, templos, salgueiros, flores de cerejeira, laranjeiras, embarcações de juncos, figuras com vestimentas orientais.	1783 - 1873	1815 - 1836
Pastoral	Cenas rurais focalizando animais ou pessoas trabalhando.	1871 - 1859	1819 – 1836
Vistas Exóticas	Animais não indígenas da America ou da Inglaterra, tais como camelos, tigres e elefantes, arquitetura exótica, tais como mesquitas, minaretes, etc., figuras em trajes estrangeiros.	1793 – 1868	1820 – 1842
Floral: padrão	Repetição de pequenas flores usualmente sobre toda a superfície do recipiente. ----- Grupo de flores localizado no centro do recipiente, usualmente rodeado por uma área sem impressão	1795 – 1867	1826 – 1842
Sheet floral			
Floral Central		1784 - 1869	1833 – 1849
Clássico	Urnas, folhas de acanto, templos com colunas, figuras em trajes clássicos, elementos gregos e chaves.	1793 – 1868	1827 – 1847
Romântico	Figuras pequenas em primeiro plano, passeando, pescando, etc., fontes de água, tais como rios ou lagoa em meio da paisagem, bandeiras, tendas, pequena torre ou pavilhões em primeiro plano, edifícios ao fundo.	1793 – 1870	1831 - 1851

Fonte: TOCCHETTO, 2001, p. 32

MOTIVOS IMPRESSOS NAS BORDAS

TIPO DE BORDA	MOTIVOS	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Continuação da cena principal	Elementos que fazem parte do desenho central, restrito às cenas Britânicas, Americanas e Exóticas.	1784-1903	1815-1837
Repetição contínua	Foral: aparece nas cenas exóticas, Americanas e Inglesas	1784-1856	1820-1836
	Geométrico: losangos, favos de mel, borboletas, Joo-I e motivos de chaves. Aparece em associação com os motivos centrais chinês e chinoiserie	1784-1864	1818-1829
	Linear: linhas concêntricas muito próximas ao redor da borda, servindo como fundo de motivos florais descontínuos ou motivos sem espiral e volutas.	1820-1891	1842-1858
Repetição não contínua	Floral: aparece associado aos motivos centrais romântico, pastoral, gótico e floral (ou também com cartuchos)	1799-1894	1829-1843
Cartuchos	Pequenos cartuchos ovais ou oblongos, com uma variedade de desenhos, usualmente encontrados em associação com elementos florais (frequentemente impressos em White granite ware), foram incorporados nas décadas de 1830 e 1840. Podem ser:		
	Floral	1802-1889	1832-1848
	Cenas	1790-1889	1832-1847
	Objetos	1809-1889	1838-1849

Fonte: TOCCHETTO, 2001, p. 34

CORES

COR	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
AZUL ESCURO	1802-1846	1819-1835
AZUL MÉDIO	1784-1859	1817-1834
PRETO	1785-1864	1825-1838
MARROM	1818-1869	1829-1834
AZUL CLARO	1818-1867	1833-1848
VERDE	1818-1859	1830-1846
VERMELHO	1818-1880	1829-1842
LILÁS	1818-1871	1830-1846
VIOLETA	1818-1870	1837-1852
ROSA	1784-1864	1827-1842

Fonte: TOCCHETTO, 2001, p. 35

1.2.2 – Borrão - a decoração tem aspecto de um borrado. Este processo era aplicado em louças decoradas pela técnica do transfer printing assim como nas louças pintadas a mão. A técnica torna difícil a análise do esmalte utilizado. Foi introduzido na Inglaterra em 1830 do século XIX sendo produzida até o século XX. Dois períodos de popularidade ocorreram entre 1840 a 1850 e entre 1890 a 1904. Outras cores além do azul foram utilizadas, como: violeta (produção entre 1828 – 1867 e pico de produção entre 1840 e 1858), preto, amarelo, marrom e verde. A cor dourada inicia-se após 1860.

AZUL BORRÃO, ASSOCIADO À TÉCNICA TRANSFER PRINTING

CENA OU MOTIVO DECORATIVO	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Chinoiserie	Paisagens com temas chineses	1828-1867	1841-1854
Paisagem romântica	Paisagens européias de inspiração romântica	1830-1920	1849-1863
Chinoiserie floral	Motivos florais com peônias, crisântemos, flor de lótus e borboletas	1834-1887	1839-1856
Motivo floral central	Motivos florais com qualquer flores	1862-1929	1890-1904

Fonte: TOCCHETTO, 2001, p. 37

1.3 – SUPERFÍCIE MODIFICADA - Produzidas através de pressão de molde, utilizada em faianças finas durante o século XIX.

1.3.1 – Pintado A Mão - ocorre a presença do padrão Shell Edged, o qual iniciou em 1775 tornando-se popular entre os Creamware. Foi possivelmente o primeiro padrão decorativo entre as pearlwares. Dependendo da cor também era chamada de blue edged ou Green edged. No Brasil ficou sendo conhecida como “beira azul”. A Shell Edged finalizou possivelmente entre 1850 e 1860, porém alguns autores acreditam que pode ter sido produzida até o início do século XX. Podendo ser simplesmente pintadas (1780-1900) ou moldadas (1775-1860) as cores mais freqüentes são a azul e a verde.

1.3.2 – Não Pintado - Alguns tipos que podemos identificar são: padrão trigal e Royal Rim. O trigal consiste em decoração de ramos de trigo em relevo modelado. Começou a ser produzido em 1851 e teve por fim o final do século XIX. Seu pico de produção foi entre 1860-1870, porém é produzido até hoje. O padrão Royal Rim caracteriza-se por apresentar a borda ondulada. Ocorre em louças creamware na segunda metade do século XVIII e em pearlware (primeira metade do século XIX).

2 – LOUÇAS NÃO DECORADAS

2.1 – Superfície não modificada e não pintada - A ausência dos elementos decorativos podem constituir uma opção decorativa. Deve-se então atentar para o esmalte e marcas de fabricação afim de obter-se dados cronológicos.

3 – SELO - “Além das características como a pasta e o esmalte, a técnica decorativa, os estilos e motivos decorativos, as marcas de fabricantes constituem um importante elemento na análise da louça. A identificação das marcas torna possível a obtenção de informações como: a origem exata da louça, o período de fabricação, com uma datação mais aproximada que aquela realizada através do esmalte ou da decoração” (TOCCHETTO, 2001, p. 41).

Symanski (1998) aborda que “o valor das faianças finas variava, segundo Miller (1980), em função da complexidade da técnica de aplicação da decoração. Essa constatação, baseada na pesquisa de listas de preços dos fabricantes de Staffordshire, Inglaterra, para o período entre 1796 e 1855, permitiu ao referido autor desenvolver uma escala econômica para as faianças finas referentes à primeira metade do século XIX”. Miller observou que a louça, sem decoração, manteve seu valor estável, sendo a mais barata entre todas as outras faianças finas comercializadas. Assim, Miller organizou o valor dos tipos decorados em decorrência da não decorada, ou seja, baseou-se no tributo decoração (SYMANSKI, 1998, p. 168).

Em nossa pesquisa, basearemos no estudo de Miller (SYMANSKI, 1998) sobre a escala de valoração da louça, sendo esta dividida em:

Primeiro ou mais baixo nível	As louças brancas sem decoração
Segundo nível	Louças decoradas de forma simples, que exigia pouca perícia, tais como Shell edged, spongeware e banded ware.
Terceiro Nível	Louças pintadas a mão com motivos como flores, folhas, paisagens chinesas estilizadas e padrões geométricos.
Quarto Nível	As louças decoradas pela técnica de decoração conhecida por transfer-printing

Fonte: SYMANSKI, 1998, p.168

A pesquisa que propusemos, como visto acima, está voltada para o estudo da Faiança Fina, e o resultado (quantitativo) que a mesma demonstrou no Projeto de Resgate de Pirenópolis, contando ruas e quintais, alcançou um universo de 1564 (mil quinhentos e sessenta e quatro) fragmentos. Como já foi dito, coube as empresas INELTO e ETE escavarem o centro histórico, inclusive com valas conjuntas (entre as empresas), assim, a empresa INELTO foi responsável pela exumação de 619 (seiscentos e dezenove) fragmentos de louça, a empresa ETE, por sua vez, obteve 864 (oitocentos e sessenta e quatro) fragmentos de louçaria. Numa escavação conjunta (tratadas como valas conjuntas) entre as empresas INELTO e ETE, foram quantificados 81 fragmentos.

A primeira etapa na análise do material arqueológico foi a separação da Faiança Fina, entre os diferentes tipos de louça, ou seja, entre Faiança Fina, Irestone, Porcelana e Grês.

Com o material já separado, partimos para a análise da técnica decorativa, baseado no trabalho de Tocchetto (2001), e abordamos todos os processos de análise já citados. Após a confecção da tabela, com os resultados que obtivemos de cada rua – uma vez que optamos em não trabalhar com os quintais, tendo em vista que nem todos foram escavados e, fazer uma análise comparativa geraria uma diferença significativa, dificultando a compreensão - dialogamos com os níveis de valores das louças proposto por Miller. Do resultado verificamos se o modelo Centro-Periferia poderia ser

utilizado, quanto a Faiança Fina, na Meia-Ponte do Século XIX, observando se quanto mais distante a rua estudada fosse distante da Matriz (centro) menor era o poder aquisitivo daquela população que habitava a rua.

Antes de apresentarmos os resultados, devemos esclarecer que, caso houvesse um beco, uma travessa ou uma rua com o mesmo nome, decidimos analisar todos esses locais como sendo um único, visto que sua proximidade espacial não prejudicaria a pesquisa, ou seja, ao ler : Beco Neco Mendonça, Travessa Neco Mendonça e Av. Neco Mendonça, entende-se como: Rua Neco Mendonça, somente.

Assim como Symanski (1998), em nossa pesquisa, procuramos trabalhar a forma e a função do objeto estudado, então a amostra foi quantificada pelos fragmentos e, posteriormente, verificados os números mínimos de peças (NMP). Através do NMP identificamos a quantidade mínima de peças que constituem a amostra:

QUANTIDADE DE FRAGMENTOS DE TODA A AMOSTRA	1019
NÚMERO MÍNIMO DE PEÇAS (NMP) DE TODA A AMOSTRA	889

Já foi citado quais as ruas escavadas e quais os locais, com o mesmo nome, iríamos considerá-los como único. Cabe-nos, então, esclarecer que nem todas as ruas escavadas haviam louça (faiança fina), assim, a quantidade de ruas que abordamos nessa pesquisa diminuiu, formando o seguinte quadro de Número Mínimo de Peças por Rua:

RUA	FRAGMENTOS
24 DE OUTUBRO	45
AREA DE EVENTOS	5
AURORA	33
BECO DA CADEIA	3
BENEDITO DE PINA	2
BENJAMIM GOULÃO	22
BERNARDO SAYÃO	45
BONFIM	39
CARMO	8

CORETO	8
DIREITA	42
EMANUEL JAIME LOPES	11
FUZIL	42
JOAQUIM ALVES	25
MATRIZ	33
MATUTINA	33
NECO MENDONÇA	151
NOVA	57
PIRINEUS	3
PRAÇA CENTRAL	1
PRATA	107
ROSÁRIO	32
RUI BARBOSA	56
SANTA CRUZ	86

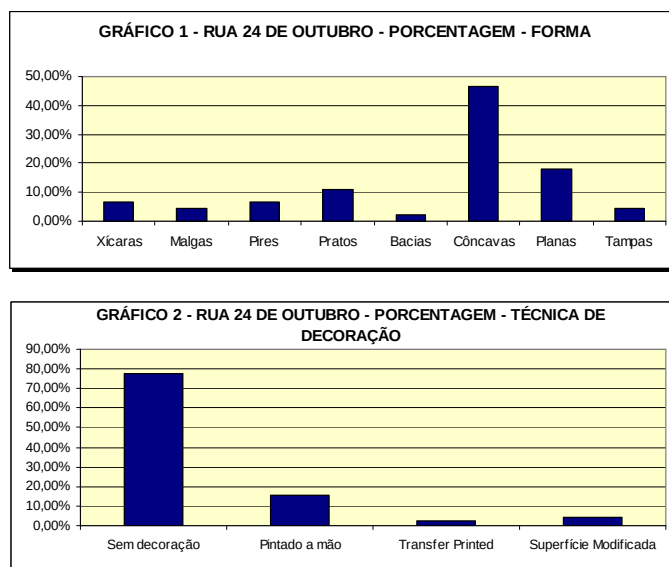
Como podemos observar, a discrepância da quantidade de fragmentos entre as ruas é alta, assim, optamos por trabalhar com uma porcentagem sobre a média das ruas como representante mínimo satisfatório da quantidade de peças. A média é de 37,04 fragmentos por rua, se usarmos ao mínimo 50% da média, como sendo satisfatoriamente amostral, temos que as ruas com quantidade inferior a 18,52 fragmentos não possuem quantidade de fragmentos suficientes para caracterizar aquela rua. Não podemos fazer uma interpretação sobre o único fragmento de faiança fina encontrado na Praça Central e adotá-lo como representante amostral de todos os outros fragmentos da Praça Central, por isso houve necessidade de limitar, ao mínimo, a quantidade de fragmentos.

RUA 24 DE OUTUBRO

Na Rua 24 de Outubro foram abertas os seguintes números de caixas : 09 ZB, 02 CP2 e 01 CP3. Assim, chegamos a uma área aberta de 9,25 m² na rua.

O relatório do NARQ (2003) evidencia que numa das sondagens fora encontrados restos de um calçamento de pedras, possuindo material arqueológico tanto acima quanto abaixo desse calçamento. A equipe do NARQ conseguiu identificar, em campo, que o contexto estava perturbado pois havia “corda de varal” (material recente) abaixo do calçamento.

Outra sondagem apresentou o material arqueológico dentro de uma mancha de terra escura, a qual estava a profundidade de 54 cm alcançando os 110 cm. Tal mancha adentrava o quintal do prédio do IPHAN e estava envolta a uma piçarra amarela. Ao final, foram resgatados cerâmicas, louças, vidros e metais.



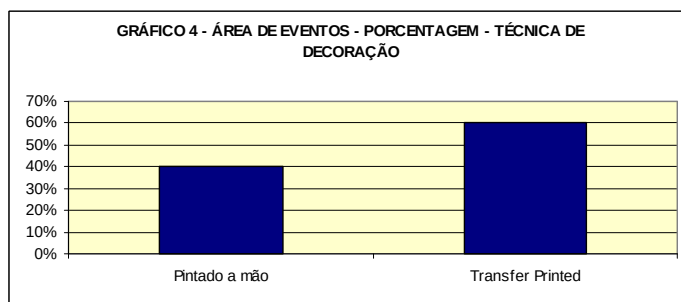
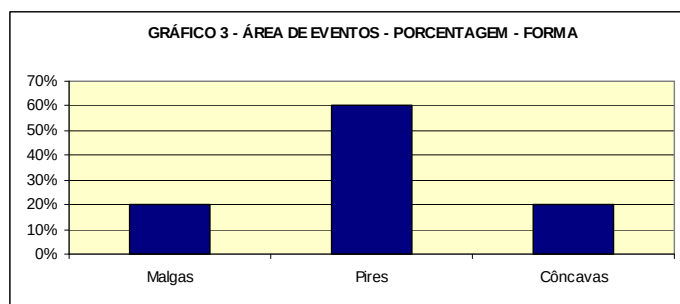
Apesar da baixa frequência de fragmentos em Transfer Printed, as peças exumadas dessa rua são interessantes quanto à igual quantidade entre xícaras e pires, demonstrando o uso dos objetos de chá por algum(ns) membro(s) que nela moravam. A tampa, apesar da baixa frequência, evidencia ainda mais o costume do chá no cotidiano das residências da Rua 24 de Outubro.

ÁREA DE EVENTOS

Em campo, foi detectado que a área escavada “é um grande aterro formado por um sedimento marrom claro seguido de uma piçarra avermelhada em quase toda a sua extensão” (NARQ, 2003 p, 20.).

Foi detectado, em apenas uma sondagem, o que viria a ser uma camada arqueológica, a qual era composta por alta densidade de material e carvão, o que levou a crer que a área serviu para queima de lixo.

Foram abertas 7 sondagens, sendo: 01 ZB; 04 ZC e 02 ZD, totalizando uma área de 6,61 m².

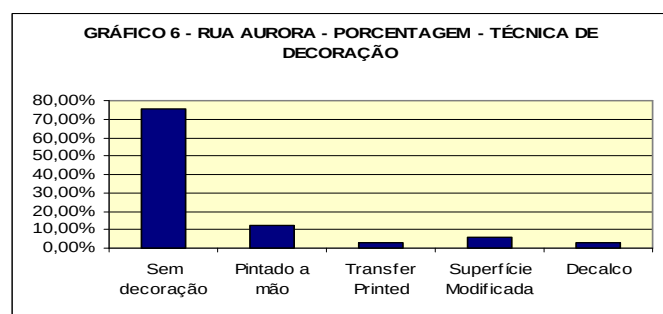
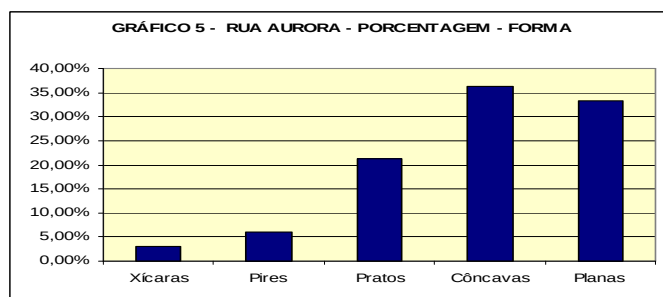


Como havíamos citado, aquelas ruas em que houvessem a quantidade inferior a 18,52 fragmentos, não adotariamos como amostra satisfatória da rua e, conseqüentemente, da cultura material dos habitantes das residências.

RUA AURORA

A partir de 7 sondagens foi possível evidenciar um antigo calçamento de pedras, o qual iniciava aos 25 cm, finalizando aos 60 cm. O material arqueológico, constituído de cerâmica, vidro, metal, louça e ossos humanos, apresentou-se acima desse calçamento. O sedimento em que se encontravam os fragmentos arqueológicos demonstrou estar perturbado pois nele haviam plásticos e telhas recentes. (NARQ, 2003).

Os 84,64 m² são provenientes das seguintes caixas: 16 ZB, 16ZC, 04 ZD, 06 CP2, 10 CP3, 04 CS1 e 4 metros de vala.



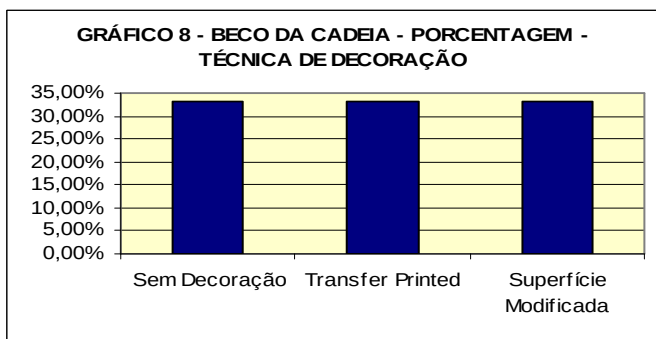
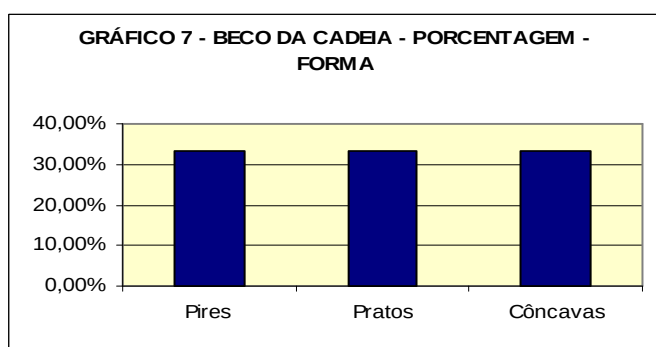
As considerações dessa rua recaem sobre a quantidade de pratos e formas planas que foram encontradas nas sondagens. Os pratos costumam evidenciar um maior poder aquisitivo se partirmos do pressuposto que o uso dos mesmos seria para o consumo de alimentos sólidos, os quais, a classe baixa, não costumava consumir com frequência.

Fizemos a distinção do decalco no gráfico de decoração, porém sua técnica se assemelha ao Transfer Printed e o consideramos como sendo de igual valoração aos objetos em Transfer Printed.

BECO DA CADEIA

O NARQ (2003) caracterizou o solo do Beco da Cadeia possuindo um sedimento marrom escuro arenoso constituído de alta densidade de material arqueológico, sendo: vidro, cerâmica, metal e ossos.

Não podemos informar a área total que fora escavada, pois o relatório apenas cita que foram feitas “05 sondagens na vala”. (NARQ, 2003. p. 15).

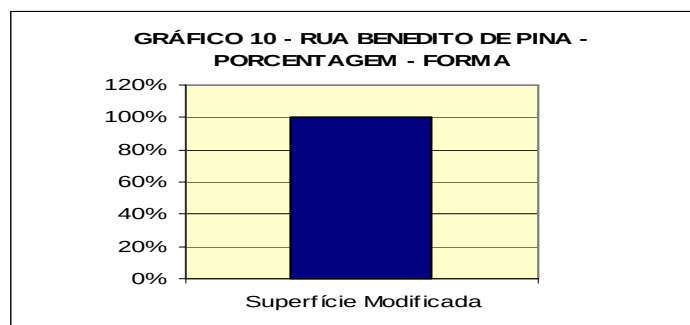
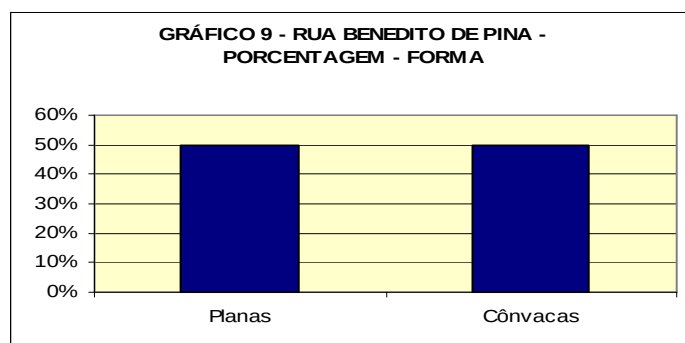


É impossível caracterizarmos o Beco da Cadeia apenas com 3 fragmentos de Faiança Fina passíveis de análise, assim sendo, optamos por considerar essa amostragem baixa e não representativa do seu local de origem bem como dos antigos moradores das proximidades do Beco da Cadeia.

RUA BENEDITO DE PINA

Apenas uma sondagem foi aberta na Rua Benedito de Pina. Na área de 1,44 m² (01 CP2) foi encontrado cerâmica, louça, vidro, metal e ossos.

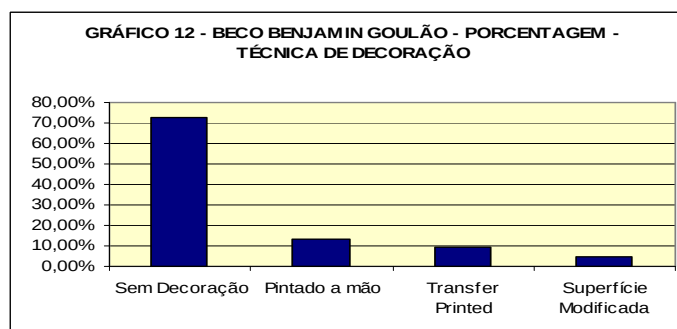
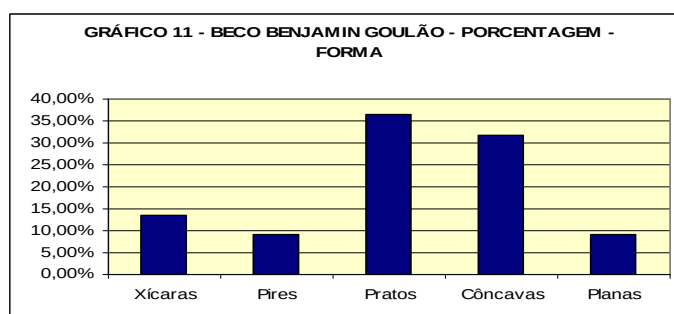
A sondagem apresentou uma única camada estratigráfica, a qual dimensionava entre 08 cm a 120 cm, sendo o solo avermelhado “liguento”. O material arqueológico resgatado encontrava-se entre os 08 cm e 36 cm de profundidade. (NARQ, 2003.p. 14).



Assim como o Beco da Cadeia, a Rua Benedito de Pina possui quantidade extremamente reduzida de fragmentos arqueológicos, apenas 2 em Faiança Fina. O próprio relatório do NARQ (2003) advertiu para a baixa densidade de material encontrada na Rua, o que podemos presumir que, não só a Faiança Fina, como as outras categorias de materiais arqueológicos, também estavam em quantidades inferiores ao desejável como amostral.

BECO BENJAMIM GOULÃO

O local apresentou material arqueológico em toda a sua extensão, entretanto, o NARQ (2003), declarou que esse material era “rolado”, pois pertenceria às ruas adjacentes ao beco. O relatório ainda completa que, desde o século XIX, nosso período estudado, já ocorriam fortes enxurradas em direção ao Beco. Foram trazidos a superfície cerâmica, louça, metal, vidro e ossos, e mais precisamente, objetos de botica e higiene. (NARQ, 2003.p. 14).

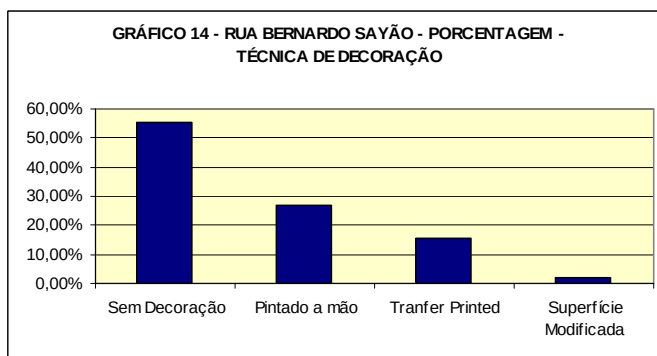
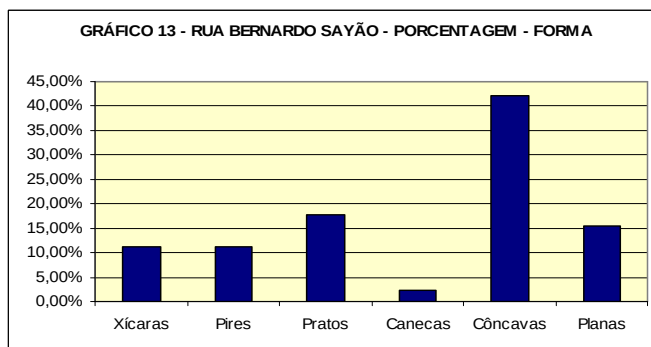


Chama-nos a atenção a superioridade dos fragmentos de pratos, totalizando 36,36% da amostra, o qual superou a porcentagem de pratos da Rua Aurora. Caberia-nos a interpretação que, igualmente a última rua citada, o Beco Benjamin Goulão possuía população que usufruía amplamente de pratos em Faiança Fina se não fosse a constatação de que o material encontrado no beco era resultado das fortes enxurradas que assolavam as ruas meia-pontenses.

A área trabalhada no Beco Benjamim Goulão foi de 62,86 m² (04 ZB e Vala de 16,5 – 103,5 m), porém não podemos concluir de qual rua, ou quais ruas, o material proveio. Para isso, necessitaríamos de uma melhor verificação em campo, detalhando de qual rua vem a maior incidência de enxurrada.

RUA BERNARDO SAYÃO

Através de uma área de 11,35 m², aberta pela equipe de arqueólogos do NARQ, foi constatado que o local possuía baixa densidade de material. Assim mesmo, foram resgatados louças, vidros, cerâmicas, ossos e metais, a partir de 10 caixas ZB, 05 ZC e 01 ZD. (NARQ, 2003).



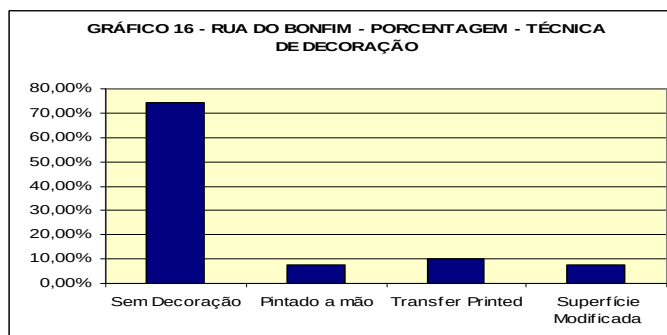
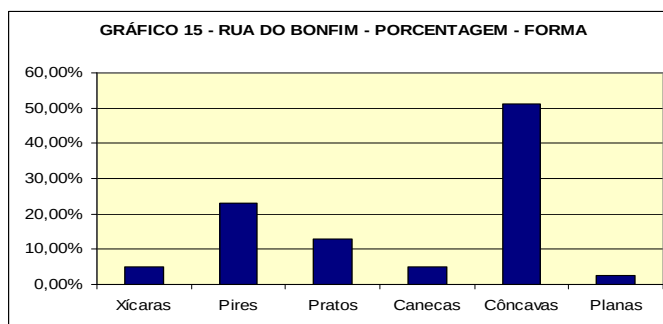
As ruas 24 de Outubro e Bernardo Sayão possuem a mesma quantidade de xícaras e pires, totalizando 11,11% cada forma. É possível assim, interpretarmos o culto do chá nas práticas cotidianas dessa rua, a qual faz parte do centro-histórico de Pirenópolis.

Outro fator que se assemelha à Rua 24 de Outubro é a baixa porcentagem de decoração em Transfer Printed, se compararmos aos fragmentos Sem Decoração e aos Pintados a mão. Isso nos revela que a parafernália usada no chá, certamente possuía baixa ou quase nula decoração em Transfer Printed, podendo ser essa decorada pela técnica Pintada a Mão ou até mesmo Sem Decoração.

RUA DO BONFIM

“A maior parte da rua é formada por um sedimento marrom amarelado com baixa densidade de material arqueológico.” (NARQ, 2003.p. 15). As caixas abertas totalizaram uma área de 46,67 m², sendo: 14 ZB, 13 ZC, 04 CP2, 12 CP3.

A equipe do NARQ notou que em uma das sondagens havia vestígios de um calçamento de pedras a 38 cm de profundidade. Abaixo do calçamento o solo encontrava-se estéril e acima dele havia vidros, metais, louças e cerâmicas (NARQ, 2003.p. 15).



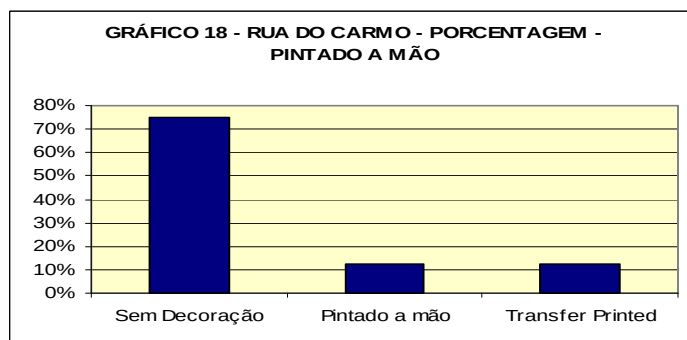
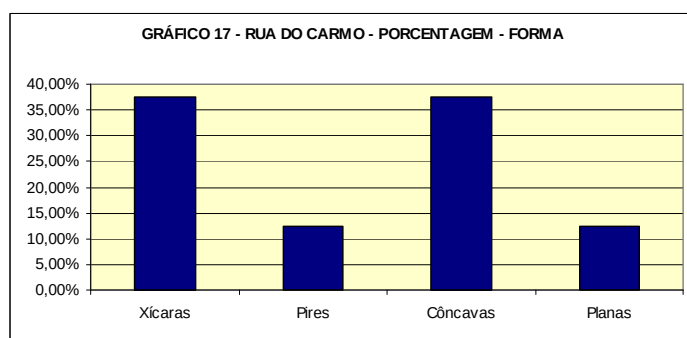
Na Rua do Bonfim notamos uma maior quantidade de pires em relação a xícaras, diferenciando das ruas anteriores, onde a proporção era a mesma. Porém, em proporções equivalentes, encontramos as xícaras e as canecas, ao total de 5,12% cada.

Quanto à decoração, não há tamanha diferença entre os três tipos verificados, possuindo os fragmentos em Transfer Printed, uma ligeira maior porcentagem (10,25%) em relação aos Pintados a mão (7,69%) e aos de Superfície Modificada (7,69%).

RUA DO CARMO

A partir da abertura de 18 caixas ZB, 04 ZC, 02 ZD, 03 CP2, 04 CP3, 04 CS1 , a Rua do Carmo teve uma área exposta de 54,14 m² em função do empreendimento.

A informação do relatório de campo é que foi notada a presença de aterro em várias sondagens e que nesse aterro o material arqueológico resgatado é, em sua maioria, do século XX. (NARQ, 2003.p 15). Entende-se como material arqueológico resgatado na Rua do Carmo: cerâmicas, vidros, louças, metais, ossos e materiais construtivos.

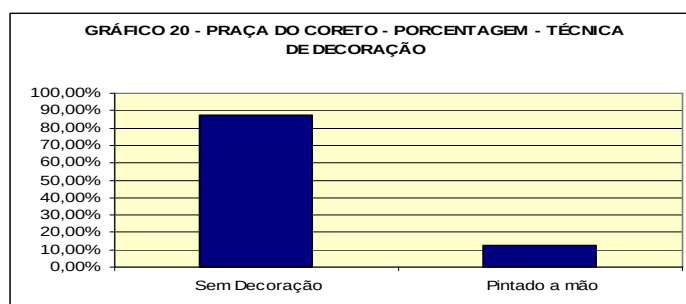
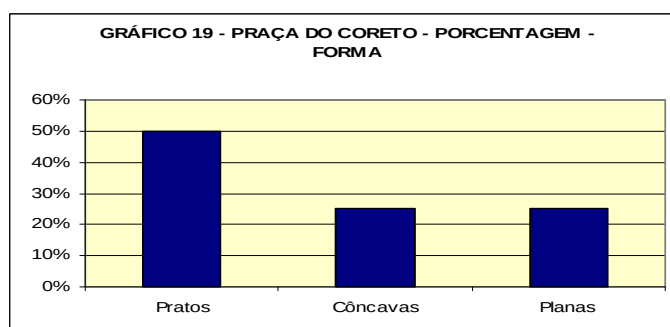


Essa rua possui apenas 8 fragmentos em sua amostra, número inferior ao que decidimos ser suficientemente capaz de amostragem (18.52 fragmentos).

PRAÇA DO CORETO

A área impactada totalizou 5,76 m² (04 ZD), onde foram resgatadas cerâmicas, ossos, vidros, louças e metais.

No local, foi observado um sedimento vermelho escuro estéril, já em duas sondagens, foi encontrado um sedimento marrom amarelado com baixa densidade de material arqueológico. Precisamente na sondagem (caixa) ZD 14, “encontrou-se um esteio de aroeira de 45 cm a 1,00m de profundidade. Não foi observado mais vestígios de estruturas na praça e a mesma foi preservada no local como as demais localizadas no sítio”. (NARQ, 2003.p. 15).

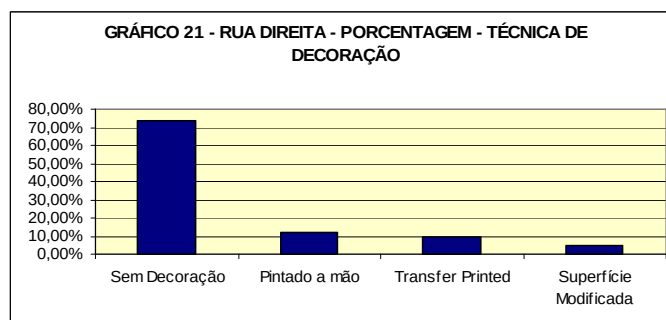
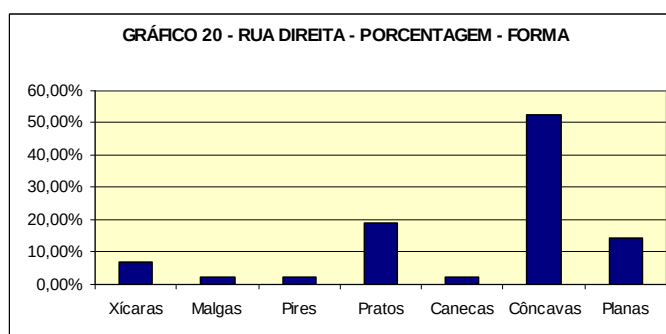


A Praça do Coreto possui o mesmo problema que a Rua do Carmo em função da quantidade de fragmentos de Faiança Fina. A praça, ao ter apenas 8 fragmentos como seus representantes na categoria Faiança Fina, não nos permite que a interpretemos de forma satisfatória, pois está abaixo dos 18,52 fragmentos propostos, previamente, por nós.

RUA DIREITA

Para o NARQ a estratigrafia da Rua Direita apresentou-se confusa, “aparecendo um solo marrom claro com cascalho na maior parte das sondagens, intercaladas pela presença de vermelho escuro, considerado solo natural da região, piçarra amarelo-esbranquiçada e pedra sabão. As camadas de sedimento marrom parecem tratar-se de aterro.” (NARQ, 2003.p. 15).

Metais, cerâmicas, louças, vidros e ossos foram resgatados dos 71,59 m², correspondendo esses a 29 caixas do tipo ZB, 14 ZC, 07 CP2, 08 CP3, 03 CS1.



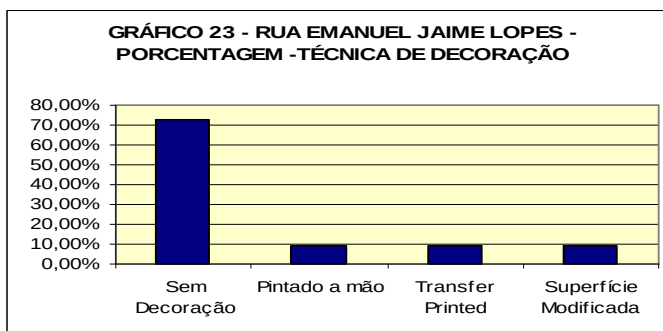
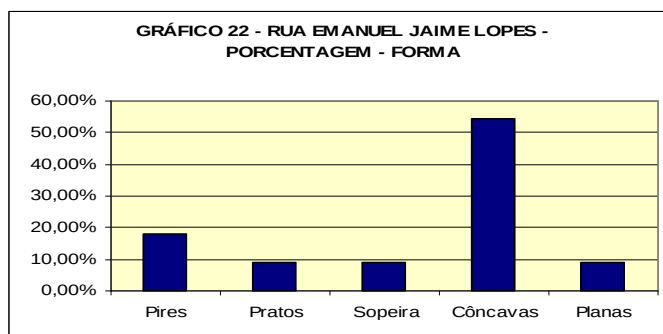
Por ser a Rua Direita a mais antiga da cidade de Pirenópolis e ter sido aquela em que grande parte da abastada sociedade meiapontense habitava, estranha-nos a alta porcentagem de fragmentos sem decoração em relação aos decorados (Pintado a mão e Transfer Printed).

Como vimos, Miller propôs através de sua escala, que a Faiança Fina sem decoração era a mais barata existente no mercado, assim, esperávamos que a importante Rua Direita fizesse jus à escala econômica proposta à Faiança Fina, e não foi isso o que ocorreu, como podemos verificar no Gráfico 21.

RUA EMANUEL JAIME LOPES

As sondagens realizadas na Rua Emanuel Jaime Lopes levaram aos arqueólogos responsáveis pela escavação a observarem um “sedimento argiloso marrom avermelhado” (NARQ, 2003.p. 16) com baixíssima densidade de material.

A área em que foram realizadas as pesquisas compreendia 8,77 m² (02 ZB, 03 ZC, 01 ZD, 02 CP3), nos quais foram resgatados fragmentos de cerâmica, metal, osso, vidro e louça.

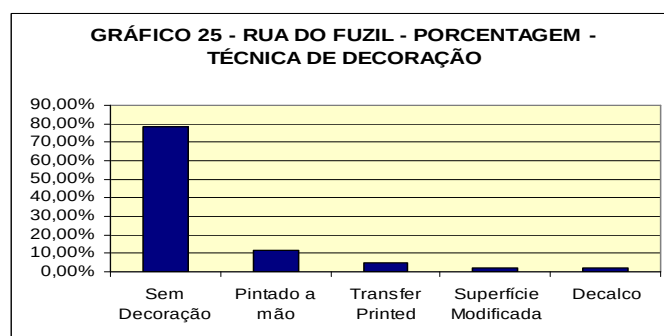
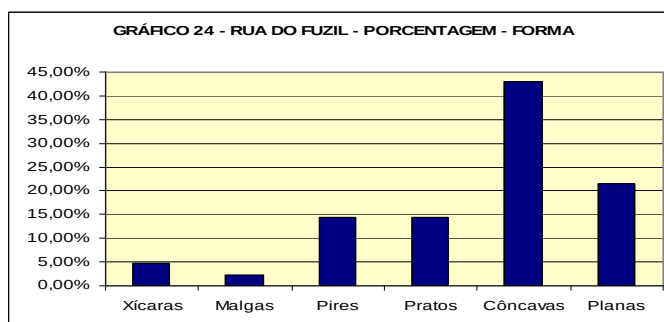


Novamente temos uma rua que não pode ser interpretada por conta da inexpressividade quantitativa de seus fragmentos de Faiança Fina, bem como de qualquer outra categoria de material arqueológico, dado que o NARQ constatou a pouca quantidade de fragmentos na rua.

RUA DO FUZIL

“Esta rua foi calçada na segunda metade do século XX, antes era toda esburacada em função das enxorradas. Desta forma a maioria das sondagens ou era estéril ou o material era recente” (NARQ, 2003. p. 16).

As 09 caixas ZB, 11 ZC, 04 ZD, 02 CP2 E 11 CP3 totalizaram uma área de 43,52 m², onde foram exumados fragmentos de cerâmica, vidro, louça, metal e osso. O relatório do NARQ (2003) enfatiza a presença de muito material plástico.



A porcentagem de fragmentos de pires é superior aos de xícaras, sendo que, tanto pires quanto pratos possuíam o mesmo percentual (14,28%).

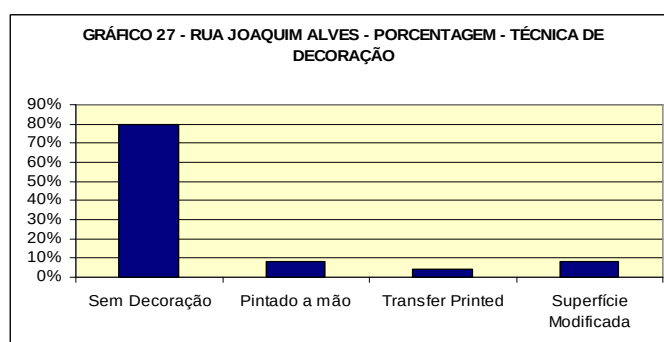
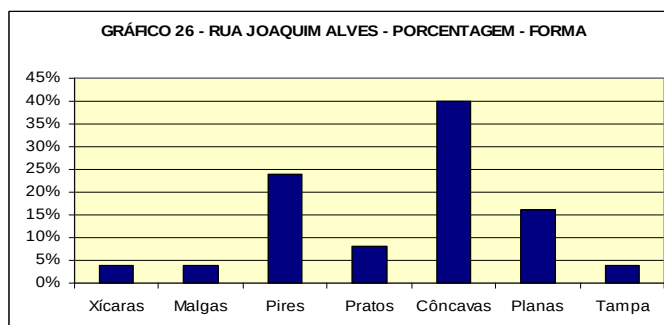
A quantidade de fragmentos sem decoração (78,57%) é bem superior aos outros decorados, em seguida os fragmentos pintados a mão (11,90%) representam a segunda maior escolha entre aqueles que habitavam a Rua do Fuzil.

AVENIDA JOAQUIM ALVES

De acordo com o relatório produzido pelo NARQ (2003) “as caixas desta rua foram abertas em cima da rede já existente e apresentaram-se estéreis” (NARQ, 2003.p. 16). Contudo, notou-se que em todas as caixas haviam o solo original da região, sendo ele vermelho escuro.

Apesar que o relatório de campo cita sobre a não ocorrência de material arqueológico, em nossa análise, deparamo-nos com 25 fragmentos de Faiança Fina, da Avenida Joaquim Alves, o que nos leva a crer que o solo não era estéril mas que seria, provavelmente, de baixa densidade de material arqueológico.

Mediante a nossa verificação de que 4,84 m² (02 CP2 e 01 CP3) foram abertos na Avenida Joaquim Alves, avaliamos que as sondagens não eram nem estéreis e nem de baixa densidade de material, pois haviam sido resgatados 25 fragmentos somente de Faiança Fina, o que torna a quantidade, por metro quadrado, relativamente alta em comparação as outras ruas.



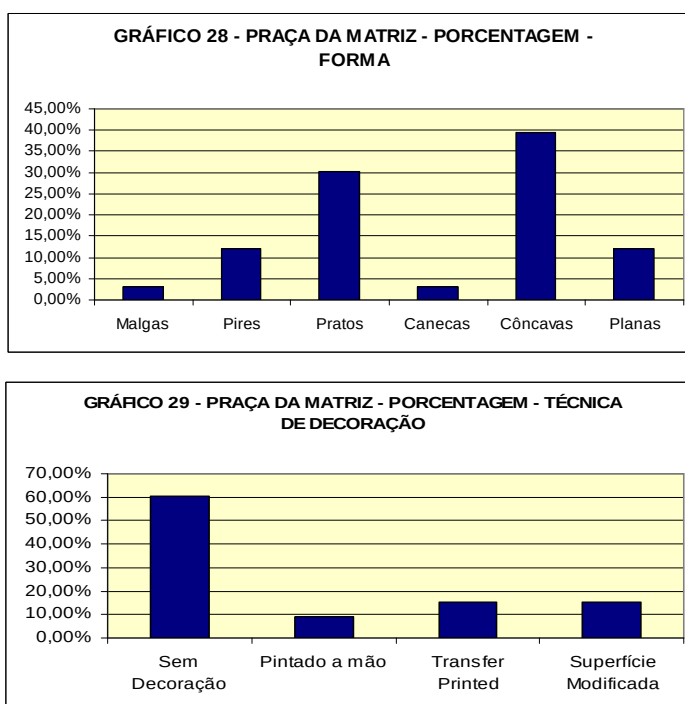
A alta incidência de pires e a igual porcentagem entre xícaras, malgas e tampas, dão a Avenida, um diferencial quanto à forma. A quantidade elevada de fragmentos sem decoração demonstra o uso de Faianças Finas não decoradas pela população local.

PRAÇA DA MATRIZ

No local foi observado, em quase todas as sondagens, que havia a presença de aterro e que o solo encontrava-se perturbado na área que envolve um rego d'água que foi canalizado. (NARQ, 2003.p.16).

Além do rego d'água, foi encontrado restos de calçamento de pedras em duas sondagens, porém o estado de preservação era de semi-destruição (NARQ, 2003.p.16).

O local foi contemplado com a abertura total de 29,53 m², sendo localizada cerâmica, vidro, metal, louça, ossos e material construtivo.



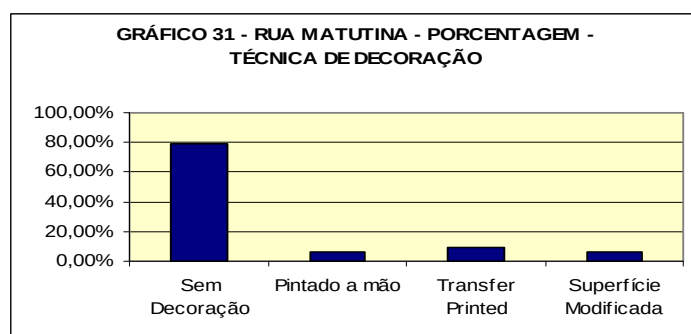
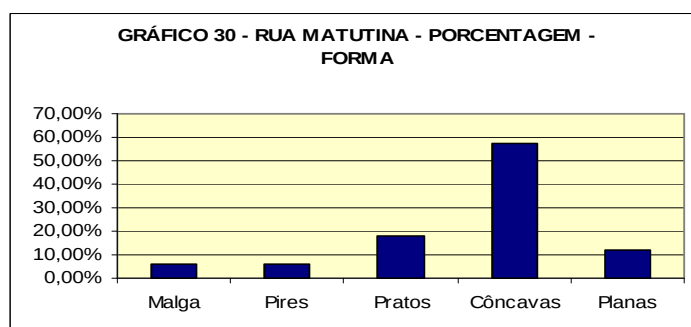
Como podemos observar no Gráfico 28, na Praça da Matriz não fora encontrado nenhum fragmento de xícara, em contrapartida, há a ocorrência de 12,12% de fragmentos de pires.

Quanto a decoração, não diferenciando das ruas anteriores, a grande porcentagem se dá aos fragmentos Sem Decoração, seguidos daqueles em Transfer Printed e de Superfície Modificada, ambos com 15,15%.

RUA MATUTINA

O local nomeado de Rua Matutina (12 ZB, 04 ZC, 03 CP2), além dessa, contemplou também as escavações na Travessa Matutina (04 ZB e 01 CP3) e no Beco Matutina (03 ZB), levando a uma área de 24,71m² estudada pela equipe de Arqueologia.

A estratigrafia da Rua Matutina apresentou ser composta de piçarra de cor amarelada, verificação ocorrida em quase todas as sondagens. Acima da piçarra, os arqueólogos notaram uma estreita camada de solo marrom com material recente. Houve a ocorrência de vestígios de calçamento de pedra a 65 cm de profundidade, além de uma estrutura de madeira. Tanto na Travessa Matutina quanto no Beco Matutina o material mostrou ser recente. (NARQ, 2003).

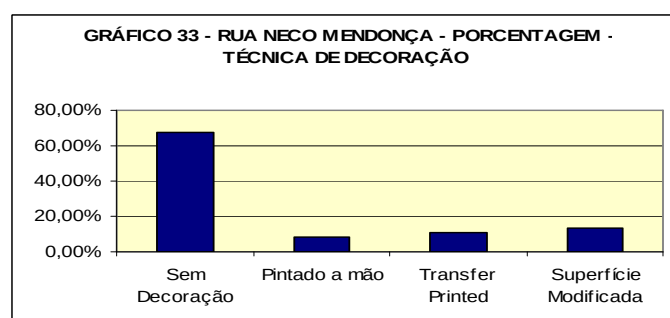
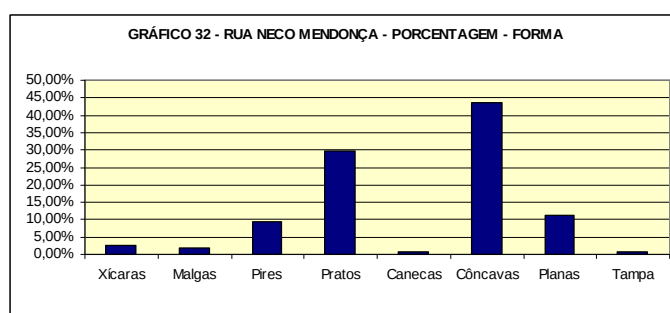


A baixa porcentagem de fragmentos decorados, aliado a mesma quantidade de ocorrência entre Pires (6,06%) e Malgas (6,06%), torna a Rua Matutina uma rua comum no cenário histórico da Meia-Ponte oitocentista, com uma ligeira maior porcentagem de Pratos, em relação às outras formas já tratadas, ocorrendo, comumente, a maior frequência dos fragmentos tidos como de forma Côncava.

RUA NECO MENDONÇA

Igualmente a Rua Matutina, o local nomeado como Rua Neco Mendonça foi eleito como representante do Beco Neco Mendonça (04 ZB, 04 ZC, 01 CP2, Vala de 03 – 16,3 m e vala perpendicular de 0 – 1,3m), da Travessa Neco Mendonça (17 ZB, 03 CP2) e da Avenida Neco Mendonça (02 CP2 e 03 CP3), totalizando, nas três localidades, uma área trabalhada de 38,27 m² em função do empreendimento.

No Beco Neco Mendonça, o relatório de campo do NARQ (2003) registrou que a camada arqueológica variava entre os 18 cm aos 104cm. Já a Travessa Neco Mendonça demonstrou possuir a estratigrafia perturbada por uma antiga tubulação de água, bem como o Beco Neco Mendonça, onde uma antiga galeria de esgoto, juntamente a um encanamento abandonado, foram os responsáveis pela perturbação estratigráfica.

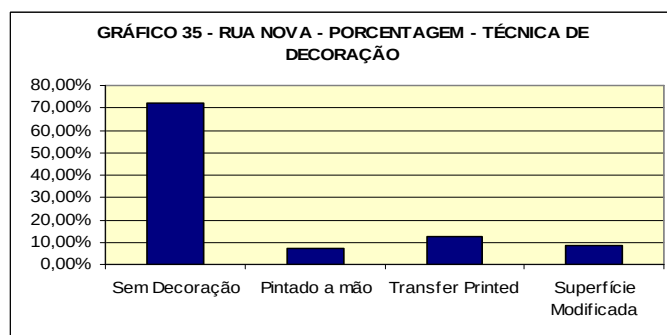
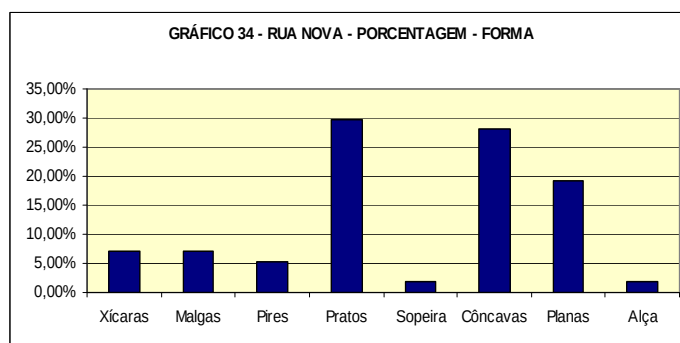


Podemos interpretar a variabilidade das formas presentes nessa amostra das Faianças Finas como sendo, possivelmente, produto de venda dos Mascates que, de acordo com os atuais moradores do local, faziam ali os seus acampamentos (NARQ, 2003.p. 17). Coincidentemente foi o local em que mais fora resgatados materiais em Faiança Fina, totalizando 151 fragmentos.

RUA NOVA

Tanto a Rua Nova quanto a Travessa Rua Nova foram palco de estudos arqueológicos da equipe do NARQ. A primeira com 14 caixas do tipo ZB, 06 ZC e 10 CP3, além de uma vala onde não conseguimos ver a sua metragem, junto à segunda, com 02 caixas ZB e vala que também não nos foi possível, somaram uma área total de escavação medindo 32,3 m².

Na Rua Nova as sondagens apresentaram várias perturbações na estratigrafia, provocadas por encanamentos da rede de água. Na Travessa Rua Nova muitos dos materiais encontrados eram provenientes do século XX.



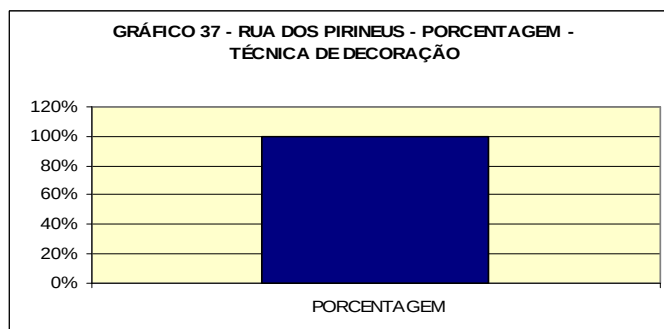
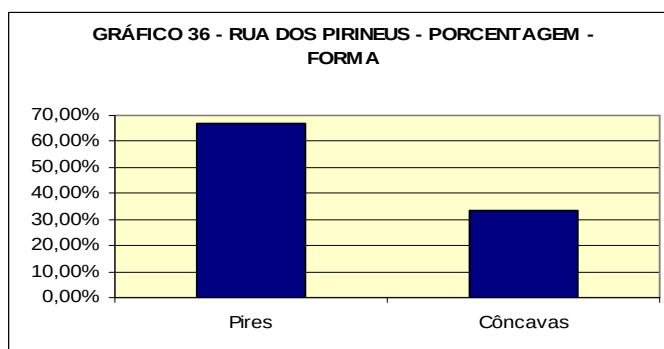
Os fragmentos sem decoração permanecem com a maior porcentagem no registro arqueológico, quanto a forma, a porcentagem de pratos supera até mesmo as Côncavas, levando-nos a pensarmos sobre a preferência de alimentos sólidos aos ensopados.

A existência de Alça e Sopeira comprova a freqüência do uso de objetos em Faiança Fina, o que torna-se representativo a partir da variabilidade que podemos notar no Gráfico 34 quanto as formas.

RUA PIRINEUS

Os trabalhos na Travessa Pirineus, nomeada por nós como Rua Pirineus, abrangeram uma área de 6,56m², sendo encontradas louças, ossos, cerâmicas, metais e vidros, além de uma estrutura de calçamento de pedras (NARQ, 2003.p, 18).

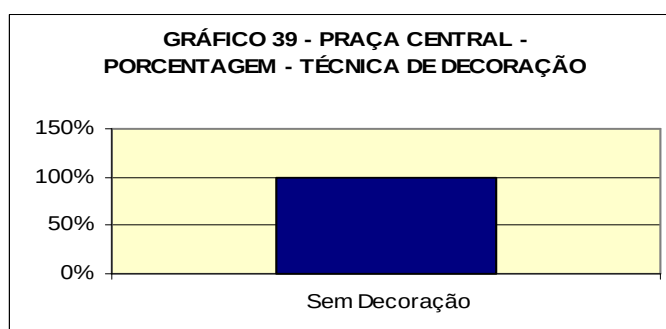
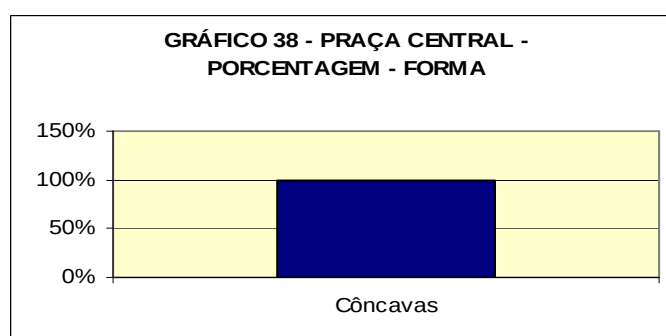
O relatório (NARQ, 2003) observa que foram feitas 02 caixas ZC, 01 CP2 e 01 CP3, onde a última, por motivo de obstrução por conta de um cano de água, teve de ser ampliada, dimensionando, por fim, 250 cm por 140 cm.



Comum a Área de Eventos, Beco da Cadeia, Rua Benedito de Pina, Rua do Carmo, Praça do Coreto e Rua Emanuel Jaime Lopes, a Rua dos Pirineus não possui, em seu acervo arqueológico de Faianças Finas, quantidade satisfatória para servir como amostragem de toda a área. Não nos é válida, a interpretação de uma rua inteira, debruçados em somente 3 fragmentos.

PRAÇA CENTRAL

Acreditamos que houve um possível engano na confecção da etiqueta usada para nomear a Praça Central. A Praça está no acervo dos materiais arqueológicos, porém não consta em nenhum relatório, tanto o de campo, quanto o de laboratório. Presumimos que a Praça Central poderia ser outra praça (Praça da Matriz ou Praça do Coreto) ocorrendo então um engano no preenchimento da etiqueta.

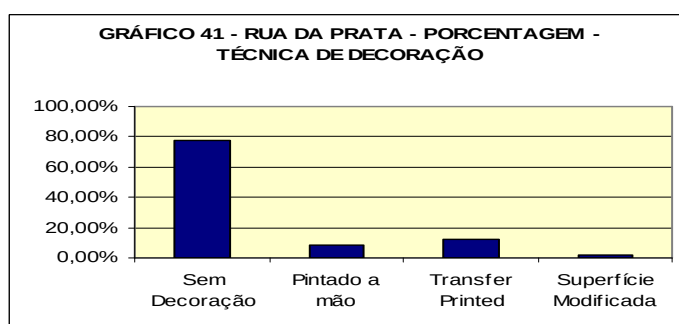
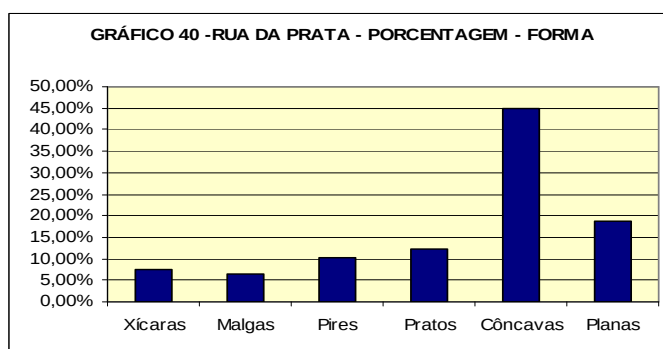


Como podemos notar nos gráficos 38 e 39, há apenas uma coluna em cada gráfico, referente ao único fragmento proveniente desse local, tornando-o não passível de interpretação.

RUA DA PRATA

Na área de 31,23 m² aberta para as caixas(16 ZB, 06 ZC, 01 ZD, 02 CP2, 08 CP3) além da vala, que não consta a metragem no relatório de campo do NARQ (2003), foram retirados materiais de vidro, metal, cerâmica, louça e osso.

Na maioria das sondagens não foi verificada a presença de material arqueológico, devido a presença de sedimento de aterro, entretanto, em uma das sondagens, na profundidade de 62 cm a 87 cm, havia “um bolsão de terra marrom escuro e muito carvão com alta densidade de material arqueológico.” (NARQ, 2003.p. 18).

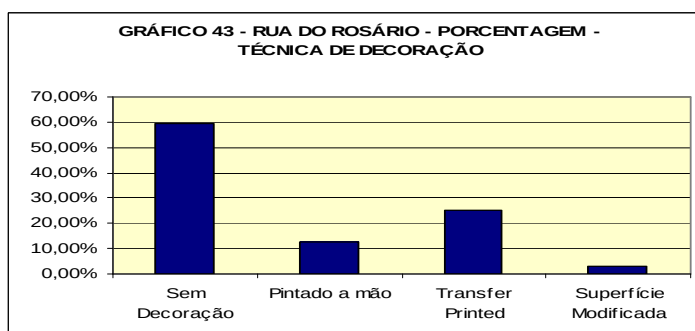
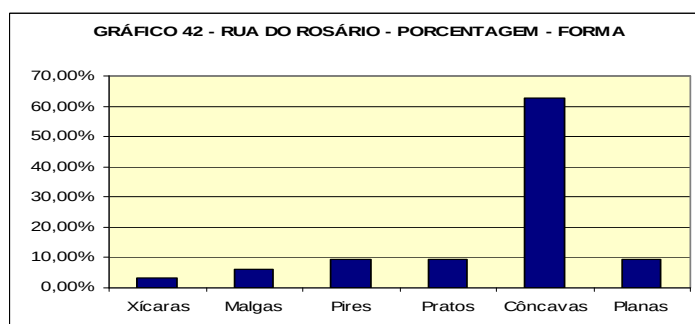


Os pires, com uma ligeira maior porcentagem que as xícaras, completam com as Malgas e Pratos a variabilidade de Faianças Finas encontradas na Rua da Prata, onde as de forma Côncava, seguem com as de forma Plana, como as mais encontradas no local. A decoração em Transfer Printed é a segunda de maior ocorrência, atrás, naturalmente, dos fragmentos sem decoração.

RUA DO ROSÁRIO

Os tipos de caixas feitas na Rua do Rosário foram: 05 ZB, 10 ZC, 01 ZD, 03 CP3, 01 CS1, além de vala que não possui no relatório a sua metragem. Na área de 24,63m² foram identificadas cerâmicas, vidros, louças, metais e material construtivo.

“Em três sondagens foi observada a presença de sedimento marrom escuro com material arqueológico, nas demais o material encontrado estava misturado com objetos recentes.” (NARQ, 2003.p. 18). Em uma caixa de manutenção, referente à rede telefônica, foi evidenciado, a 53 cm de profundidade, um calçamento de pedras que demonstrava estar perturbado. Juntamente ao calçamento, havia uma mancha de terra escura com alta concentração de cerâmica e ossos. (NARQ, 2003.p. 19).

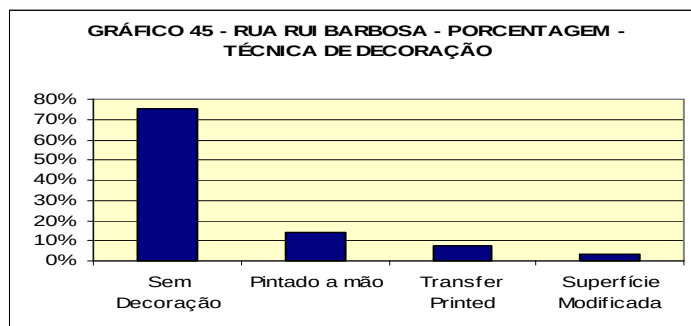
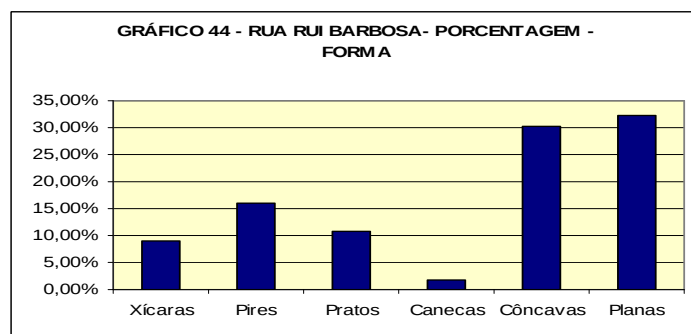


A mesma proporção entre Pratos e Pires (9,37%), vide gráfico 42, em conjunto a porcentagem dos fragmentos em Transfer Printed (25%), nos permite uma possível interpretação de que os membros da Rua do Rosário optavam por uma alimentação mais sólida (pratos), além do uso de parafernália do chá (pires), os quais, em boa parte, eram decorados pela técnica do Transfer Printed.

RUA RUI BARBOSA

Totalizando uma área de 10,38 m² trabalhados, sendo 05 caixas ZC e 03 CP3, na Rua Rui Barbosa foram encontrados materiais em metal, louça, vidro, osso, cerâmica e material construtivo.

Aos 18 cm de profundidade os arqueólogos do NARQ observaram a presença de um antigo calçamento de pedras, “provavelmente destruído quando da colocação do encanamento de água encontrado logo abaixo a 35 cm.” (NARQ, 2003.p. 19).

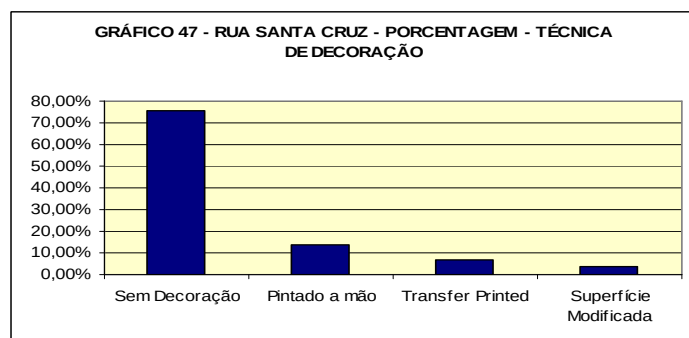
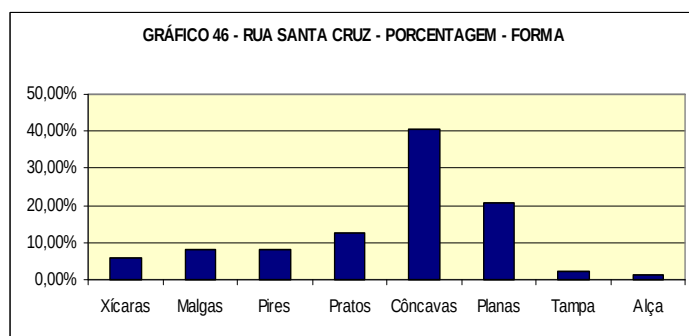


É possível notar no gráfico 44 a maior frequência de pires no material arqueológico, alcançando 16,07% do total da amostra. A decoração pintado a mão, mostrou ter sido mais utilizada em relação aos outros tipos de decoração, porém os fragmentos sem decoração alcançaram a marca de 75% total da amostra, quanto a Técnica de Decoração.

RUA SANTA CRUZ

O resgate arqueológico que ocorreu tanto na Rua Santa Cruz quanto na Travessa Santa Cruz, contemplou uma área total de 31,61m². As 11 caixas ZB, 07 ZC, 07 CP3, 07 ZB, 01 CP2, 01 CP3, além da vala, que não teve suas medidas descritas no relatório de campo, foram responsáveis em evidenciar as louças, vidros, metais, cerâmicas e ossos.

Além de uma mancha de terra escura com alta densidade de material arqueológico, na Rua Santa Cruz foi verificado um calçamento de pedras que certamente cobria toda a rua neste local. O calçamento também foi encontrado na Travessa Santa Cruz a 38 cm de profundidade.



Apesar da alta ocorrência de pratos na Rua Santa Cruz, a Malga, como era previsto, teve uma função expressiva na quantidade de material arqueológico resgatado na rua, pois, como se sabe, a Rua Santa Cruz era habitada por ex-escravos e seus descendentes, os quais, por participarem da classe econômica mais baixa de Meia-Ponte, faziam consumo, na maioria das

As ruas que elegemos para interpretarmos foram a Rua Direita e a Rua Santa Cruz. Sobre a primeira consta que teria ela sido a pioneira rua de Meia-Ponte, que ligava a Matiz à saída para Vila Boa (capital). Nela fez-se surgir o comércio da cidade bem como serviu de habitação para a sociedade mais detentora de posses (OLIVEIRA, 2001, p. 144). Quanto à Rua Santa Cruz, sabemos que era simplesmente uma rua estreita, em declive acentuado, povoada por ex-escravos e seus descendentes (JAYME, 2003, p. 193), ou seja, a classe sócio-econômica meiapontense mais inferior.



Como havíamos dito anteriormente, a área escavada na Rua Direita foi de 71,59 m², o que resultou em 42 fragmentos de Faiança Fina. Na Rua Santa Cruz, 31,61m² foram abertos, sendo possível resgatar 86 fragmentos do mesmo material.

A primeira questão que devemos apurar é sobre a quantidade de fragmentos por metro quadrado. A Faiança Fina, produto importado além mar, das longínquas terras Britânicas, acabava por estacionar em Meia-Ponte carregando um valor econômico mais oneroso que em outras regiões do Brasil,

pelo simples fato de que o sertão goiano ficava a alguns meses distantes dos portos do litoral brasileiro.

O mais esperado seria que, na Rua Direita, houvesse mais fragmentos de Faiança Fina, porém os cálculos nos mostram o contrário, onde o metro quadrado da Rua Direita possuía 0,58 fragmentos e em contrapartida, a Rua Santa Cruz detinha 2,72 fragmentos por metro quadrado.

Este fato pode, possivelmente, ser explicado pelo Código de Posturas da cidade de Meia-Ponte, do ano de 1835. O 7º artigo do Código de Posturas cita: *“Todos os proprietários são obrigados nesta Villa, e nos Arraiais do Município a conservarem as frentes de suas cazas, lados e fundos dos quintaes livres de matos ,immundicias, e estagnações: a infração será punida com a pena pecuniária de hum mil reis.”* (POSTURAS, 1835). Entendemos assim, que o Código de Posturas proibia aos meiapontenses jogar lixo nas ruas, devendo conservar limpas as vias públicas.

No século XIX, a Rua Direita possuía o nome de Rua das Bestas, provavelmente caracterizando o comércio daquela rua, pois eram as bestas que ficavam responsáveis por transportar todo o material vendável por longos caminhos, dentro ou até mesmo fora das províncias. A Rua Santa Cruz, possuía a alcunha de Rua dos Porcos, o que acreditamos que, de forma totalmente depreciativa, o nome ia além da presença dos suínos e deveria designar como sendo um local sujo, inóspito, fora dos padrões de Postura.

Postura que fora claramente adotada da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (MEIAPONTESE, Matutina. Nº 211), que por sua vez, havia emulado o conceito de Postura europeu. Symanski (2002) aborda que para as elites brasileiras identificarem-se às européias, foi necessário a adoção de um “mundo material semelhante ao do grupo que estava sendo emulado. [...] os objetos passaram a ser cada vez mais fetichizados, transmutados em signos de distinção entre grupos, exercendo, assim, uma função instrumental na formação e criação da ordem social” (SYMANSKI, 2002.p.36).

A simples adoção da materialidade não contemplava os desejos dos brasileiros, então, a imaterialidade, ou seja, a própria cultura, representada como sendo as Posturas, fazia-se altamente necessária. Possuir produtos europeus e costumes europeus aproximava-nos de um mundo onde, no século XIX, começou a alastrar o conceito de higienização. Talvez, por conta disso, a Rua Direita possuísse menor quantidade de lixo, incluindo restos de louças (faianças finas) que estavam quebradas. Mas tratando de sertão brasileiro, onde toda essa higiene ainda não fazia-se enraizada na cultura local, certos indivíduos que moravam na Rua Direita deviam excluir seus lixos na própria rua, o que hoje, os arqueólogos agradecem.

Symanski (2002) aborda que, assim como as elites brasileiras emulavam através do consumo [e do comportamento], elas começaram a ser emuladas pelos segmentos médios e baixos da sociedade, “os quais começaram a ter acesso a uma razoável variedade de produtos industrializados” (SYMANSKI, 2002.p.36), incluindo a Faiança Fina. É o caso da Rua Santa Cruz, que teve acesso a esse material industrializado, porém não houve, até que escavações nos quintais provem, uma preocupação em respeitar o Código de Posturas e não jogar seus lixos nas vias públicas.

A cidade de Pirenópolis possui declividade acentuada em grande parte das suas ruas, pois a cidade nasceu no período de exploração do ouro e não houve planejamento no crescimento da cidade. Dada essa declividade, poderíamos supor que o material em Faiança Fina que se encontra na Rua Santa Cruz é proveniente da Rua Nova, rua essa que se localiza numa região superior a Rua Santa Cruz e que possui, em seu acervo arqueológico, fragmentos de Faiança Fina muito bem decorados. Essa suposição é refutada ao quantificarmos os fragmentos quanto à forma e decoração. Verificamos que o uso da malga, na Rua Santa Cruz, é quase da mesma porcentagem que os pratos, caracterizando que a alimentação mais líquida era comum pelos habitantes da rua. Já a Rua Nova possui grande diferença na porcentagem entre malgas e pratos, sendo, esse último, mais adotado pois era próprio para o consumo de alimentos sólidos, tendo em vista que os alimentos líquidos eram menos onerosos que os alimentos sólidos.

A decoração dos fragmentos de Faiança Fina da Rua Santa Cruz eram, em maior parte, pintados a mão, já os da Rua Nova eram, na maior porcentagem, decorados através da técnica Transfer Printed, a qual já mencionada, era a que possuía maior valor agregado de acordo com a escala de Miller.

Se fizermos um paralelo entre a decoração das faianças da Rua Santa Cruz e da Rua Direita, notaremos que a porcentagem entre elas se aproximam muito, sendo a decoração da Rua Direita de 26,18% e da Rua Santa Cruz de 24,4%

De acordo com a escala de Miller, a Rua Direita deteria fragmentos mais caros, pois possui 9,52% deles em Transfer, contra 6,97% da Rua Santa Cruz, entretanto, quanto aos fragmentos pintados a mão temos, na Rua Direita, uma porcentagem de 11,90% e na Rua Santa Cruz 13,95%.

Comum seria se esse paralelo fosse entre a Rua Direita e a Rua Nova, pois as duas possuíam pessoas de alto poder aquisitivo, no entanto, a diferença social entre a Rua Direita e a Rua Santa Cruz é muito ampla, porém a cultura material não nos mostra isso.

A proposta inicial que fizemos era de verificar se o modelo Centro-Periferia poderia ser usado, arqueologicamente, na Meia-Ponte do século XIX. O modelo enfoca que o “centro econômico é composto por localidades mais ricas [Rua Direita] e desenvolvidas do que aquelas da periferia [Rua Santa Cruz], de modo que o desenvolvimento econômico tende a diminuir, à medida que aumenta a distância de uma área em relação ao centro [que no nosso caso seria a Igreja Matriz]” (CRESSEY apud SYMANSKI, 2002.p. 39).

Vimos a impossibilidade de trabalhar com o conceito de Centro-Periferia na Meia-Ponte oitocentista, quanto ao estudo, unicamente, da Faiança Fina como objeto arqueológico histórico. De acordo com os conselhos do Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski, “o estudo apenas da Faiança Fina pode nos levar a erros, pois devemos considerar o contexto social antes de tudo, e então explicar o universo material a partir desse contexto. Louças finas podem estar

presentes em sítios de pessoas de baixa renda por uma série de motivos: compra de segunda mão, processo de redistribuição, coleta de fragmentos para formas diversas de reutilização, e mesmo emulação”.

Para avaliarmos a validade do modelo Centro-Periferia, deveríamos, além da Faiança Fina, fazer uso de outros objetos arqueológicos, como porcelana, iredone e principalmente a cerâmica produzida no próprio local, pois, parafraseando o Prof. Symanski, “ela é altamente indicativa da condição econômica do grupo”.

CONCLUSÃO

Como fora explanado nessa pesquisa, a historiografia de Goiás demonstra que antes mesmo da mudança da Capitania para a Província, marcada pela independência nacional, Goiás já havia passado por mudanças cruciais, primeiramente em sua economia, o que acabara alterando sua sociedade.

Palacin (1986) aborda que em Goiás, os efeitos da Independência do Brasil limitaram-se estritamente ao campo político e não provocaram alterações na ordem econômica e social. Já durante os cem anos de povoamento de Goiás, a economia, precisamente, perpassou por uma total alteração, tendo nos anos iniciais, a exploração do ouro como fundamentação econômica. Gradativamente a economia, por conta do déficit aurífero, transformou-se em agrária, praticamente de subsistência (PALACIN, 1986.p. 46).

O referido autor (PALACIN, 1986) propõe que, pelo fato da Independência não ter trazido nenhuma alteração econômica e nem social, já que a grande ruptura do passado seria com a escravidão, o que não aconteceu, Goiás teria tido, na verdade, uma ruptura com a ideologia liberal, dado que o princípio de qualquer mudança ideológica depende de uma alteração na ordem social. Outra anomalia que se segue é que em Goiás não houve burguesia, pois os interesses agrários caracterizaram o liberalismo brasileiro como artificial. Assim, tanto as autoridades goianas quanto o jornal A Matutina Meiapontense seguiam um liberalismo moderado, que apenas combatia os absolutistas à direita e os agitadores sociais à esquerda.

O uso da Matutina Meiapontense em conjunto aos Códigos de Posturas, foram necessários para caracterizar a sociedade goiana e a meiapontense, pormenor, tornando-os úteis a partir da potencialidade de serem fontes primárias. Contemplando-nos com notícias entre os anos de 1830 a 1834, o periódico cumpriu seu papel documental ao relatar o cotidiano dos munícipes de Meia-Ponte através de manchetes, notícias, pensamentos e cartas. Ao passo que o Código de Posturas, apesar da distância temporal entre eles, nos

relata os preceitos municipais de Meia-Ponte que proibiam ou outorgavam a postura que o cidadão deveria tomar diante a sociedade. Acreditamos que o Código de Posturas pode ser visto como a idealização, da elite, em formar, através das posturas, das condutas, uma sociedade meiapontense mais próxima daquela européia, como se o fato da emulação os tornasse mais civilizados. A matutina foi essencial ao mostrar-nos como essa sociedade, civilizada em sua maneira, portava-se mediante aos fatos. Certos de que, os relatos partiam de uma visão elitista, nos foi possível compreender como a dinâmica social ocorria em Meia-Ponte bem como tais Códigos de Posturas não eram, em várias vezes, respeitados.

Tentamos, com a arquitetura, e mais precisamente as fachadas das casas, ilustrar como eram representadas as residências para a sociedade. Partindo do princípio que a fachada da casa é o que há de mais público nesse privado, que é a própria casa, propusemos fazer um diálogo entre as Ruas Direita e Santa Cruz, caracterizando a segregação espacial que havia na cidade de Meia-Ponte nos séculos anteriores e, principalmente, no XIX. Amparados pela genuína obra de Jarbas Jayme (2003), demonstramos através da iconografia, como as casas punham-se à vista daqueles que por elas passavam e, quase que inconscientemente, aliamos tais imagens às atuais, na tentativa de compararmos as modificações estruturais que os edifícios sofreram ao longo dos anos.

Sob a óptica que a Arquitetura é parte da cultura material idealizada e intencionalizada pelo homem, vimos a riqueza ideológica imbuída nas casas, o que gerava unicidade ao determinado grupo que as pertencia. Tratando-se de sertão brasileiro, obviamente, não podemos exceder na magnificência das residências, o que as caracterizam ainda mais como vernáculas, representando legitimamente, através do saber fazer, a simplicidade dos meiapontenses.

Ao tentarmos regressar ao passado e entendermos a habitualidade dos moradores de Meia-Ponte, fizemos uso das Faianças Finas, as quais foram resgatadas em projeto arqueológico coordenado pelo NARQ/UEG em função da transposição da rede de energia elétrica e telefônica, aéreas, para o subsolo. A análise, arqueológica, dos fragmentos de todo o centro-histórico nos

revelou uma cultura material, em grande parte, simples, na qual as louças sem decoração eram majoritárias.

Não nos demos a todo esse trabalho somente para caracterizar tipologicamente essas louças, queríamos fazer uma interpretação relativa a sócio-economia dos meiapontenses, que fosse visível na própria análise da louça. Deparamo-nos com um sério problema, pois se olhássemos primeiramente ao material para depois embasar-nos da história de Meia-Ponte, teríamos cometido erros consideráveis quanto à classe econômica daqueles que povoaram as ruas, pois a cultura material de certas ruas não obedeceu à classe social daqueles que habitaram tal localidade. Mais uma vez notamos a necessidade primária de fazer um levantamento exaustivo de toda a bibliografia existente, tratando de arqueologia histórica principalmente, e, a possibilidade de partir para a análise de mais de um tipo de classe de material, não resumindo apenas à Faiança Fina ou qualquer outro objeto arqueológico.

Não há dúvidas que a declividade das ruas de Pirenópolis e da antiga Meia-Ponte ofereciam alta movimentação aos fragmentos, o que, em nossa pesquisa, descaracterizariam as ruas, visto que analisamos cada rua separadamente, como se fossem áreas distintas de um grande sítio arqueológico, porém, na tentativa de representar todo o centro-histórico, decidimos que seria possível trabalhar na análise do material, cientes do poder da declividade nos sítios arqueológicos.

Segundo o que podemos observar na análise das fachadas, ou seja, que há diferenciação arquitetônica entre as fachadas de uma única rua, somado ao fato de que a faiança fina não conciliou às fontes históricas, podemos interpretar que haviam diferentes famílias com distintas identidades e poderio econômico que habitavam a mesma rua. É certo que, a Rua Direita, como havíamos dito, era a rua da elite, porém, é a mais antiga, assim entendemos que antigas famílias não abastadas deveriam fazer parte dos habitantes dessa rua. Essas famílias humildes, com identidades diferentes, situações econômicas desiguais para com a elite, deviam não seguir à risca os Códigos de Posturas e acabavam por lançar seus lixos a frente da casa, motivo esse de encontrarmos na Rua Direita alta porcentagem de fragmentos sem decoração.

Tratamos consideravelmente a vida pública dos meiapontenses, porém não é só desta vida pública que se faz uma sociedade. Em seu bojo, as pessoas possuem uma outra vida, cultura, representação, que é alheia àquela apresentada em público. “A vida privada é tudo aquilo que não é cotidiano ou individual” (OLIVEIRA, 2001) e para expormos esse passado histórico, ficarmos presos somente ao estudo da vida pública, torna deficitária a reconstrução daquilo que já ocorreu.

Entendermos a história das mentalidades nos satisfaz quando, na tentativa de fazermos ciência, vimos a possibilidade de levantarmos as sensibilidades dos meiapontenses oitocentistas. Assim, o estudo da vida privada torna-se necessário por complementar e dar continuidade nesta já iniciada jornada científica.

Aspiramos continuar a realizar estudos de Arqueologia Urbana na cidade de Pirenópolis, entretanto, com esse simplório trabalho principiado, seguiremos com as pesquisas, creditando-o como um possível espelho da história de Meia-Ponte.

Eis quiçá, pirenopolinos, parte de vosso passado ...

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *A Existência na História: Revelações e riscos da Hermenêutica*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996

ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Ed. Vieira. Goiânia, 2005.

BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo, 1981.

BRASIL, Banco do. Disponível em: <http://www44.bb.com.br/appbb/porta/hs/moeda/MoedaImperio.jsp> . Acessado em 28/05/09.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. *AS POSTURAS E O ESPAÇO URBANO COMERCIAL: ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista*. Caderno Pós Ciências Sociais. v.1 n.1 mar/jul, São Luís/MA, 2004. Disponível em: http://www.pgcs.ufma.br/Revista%20UFMA/n1/n1_Heitor_Carvalho.htm

CARVALHO, Héllen Batista. *Uma Janela para Interior: Vida Cotidiana em Santa Cruz de Goiás no Século XIX*. Dissertação de Mestrado. UFG, 2000.

CAVALCANTE, Sílvio; GONÇALVES, Tadeu. *Pirenópolis: restaurando patrimônios*. Pirenópolis. Goiás. 1999.

CEMITÉRIO, Regulamento do. Cidade de Meia-Ponte. Ano de 1869. AHGG – Goiânia, Documentos Municipais, caixa 1.

CHAIM, Marivone Matos. *Sociedade Colonial (Goiás – 1749-1822)*. Secretaria de Cultura. Goiânia, 1987.

COE, Agostinho Júnior Holanda. *O Discurso Médico De Transferência Dos Enterramentos Das Igrejas Para Os Cemitérios Em São Luís (1820-1860)*. 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Agostinho%20Junior%20Holanda%20Coe.pdf>

COSTA, Diogo Menezes. *Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio*. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. UNESP, 2003.

INFOESCOLA.<http://www.infoescola.com/historia/historia-das-loterias-no-brasil/>.

Acessado em 22/05/09.

JAYME, Jarbas. *Cinco Vultos Meiapontenses*. Inst. Genealógico Brasileiro, 1943.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971, v.I e II.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. Pirenópolis: *Casa dos Homens, Vol. II*. Universidade Católica de Goiás, 2003.

KLEJN, Leo S. *La Arqueología Soviética. Historia y teoría de una escuela desconocida*. Barcelona. Ed. Crítica. 1993.

LISBOA, Biblioteca Nacional de. [Acesso em 23 de Março de 2009]. Disponível em: http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gazeta_de_lisboa.html .

MEIAPONTESE, Matutina. Nº 1 – Nº 526 (5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834). Meia-Ponte, Província de Goiás.

NARQ, Nucleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás. *Projeto de Acompanhamento e Resgate Arqueológico das Obras de Instalação dos Sistemas Subterrâneos de Energia Elétrica e de Telefonia da Cidade de Pirenópolis*. Cidade de Goiás, GO. 2003.

NETO, João Costa Gouveia. *Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século XIX*. Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História .PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteriores/2.2008/3_Joao_Costa_Gouveia_Neto_7-16_2a_Edio_2008.pdf

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma Ponte Para o Mundo Goiano do Século XIX: Um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia, GO. 2001.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *A Casa como Universo de Fronteira*. Dissertação de Doutorado. UNICAMP. Campinas, SP. 2004.

ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1992.

PALACIN, Luís. *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*. Goiânia: CERNE, 1986

PALACÍN, Luis. *O século de ouro em Goiás. 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. Ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PIRENÓPOLIS. Disponível em:
<http://www.pirenopolis.tur.br/portal/index.php?id=mapas>

PLANALTO. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_32/alvara_imposto.htm . Acessado em 28/05/09.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhanguera: História de Goiás*. Editora Kelps. Goiânia, 1997.

POSTURAS, Códigos De. Vila De Meia-Ponte. Anos de 1835, 1839, 1868, e 1888. AHGG – Goiânia, Documentos Municipais, caixa 1.

ROMANCINI, Richard; Lago, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis, Ed. Insular, 2007.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo, Ed. USP, 1975. Disponível em: <http://www.pirenopolis.tur.br/portal/index.php?id=saint-hilaire>

SILVA, Wellington Barbosa da. “UMA AUTORIDADE NA PORTA DAS CASAS”: OS INSPETORES DE QUARTEIRÃO E O POLICIAMENTO NO RECIFE DO SÉCULO XIX (1830-1850). *Saeculum – Revista de História*. [17]; João Pessoa, jul/ dez. 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum17_dos02_silva.pdf

SOUZA, Marcos André Torres de. *Ouro Fino, Arqueologia Histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. Dissertação de Mestrado, UFG. Goiânia, 2000.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre. Coleção Arqueologia 5. 1998.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil*. In: *Aquologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*, ed. By Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore. Buenos Aires, ediciones del Tridente, 2002. pp. 31-62.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. “*Preferências e Possibilidades de Consumo em Goiás nos Séculos XVIII e XIX*”. Dissertação de Mestrado. GOIÂNIA. UFG, 2000.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia, 1989.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. et alii. *A Faiança Fina Em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre. Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso e. *A casa goiana*. Documentação arquitetônica. Goiânia, Editora da UCG, 2003